

**APIO CLAUDIO BELTRÃO**

# **RECORTES HISTÓRICOS**

## **A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL**

### **E DO PRATA EM CINCO CONTORNOS**

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO RIO GRANDE DO SUL



**APIO CLAUDIO BELTRÃO**

# **RECORTES HISTÓRICOS**

## **A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL E DO PRATA EM CINCO CONTORNOS**

**IHGRGS  
2021**

Autor: Apio Claudio Beltrão

Organizador: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Conselho Editorial: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Editoração: Priscila Pereira Pinto

Capa: Priscila Pereira Pinto

B453r Beltrão, Apio Cláudio

Recortes Históricos : a história do Rio Grande do Sul e do Prata em cinco contornos [recurso eletrônico] / Apio Cláudio Beltrão – Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021. (Série Recortes Históricos, v. 1)

Modo de acesso:

<https://www.ihgrgs.org.br/ebooks.html>

ISBN: 978-85-62943-19-5

1. História. 2. História Militar. 3. Biografias : Dados Biográficos. 4. Demétrio Nunes Ribeiro. 5. José Feliciano Fernandes Pinheiro : Visconde de São Leopoldo. 6. José de Abreu : Barão do Cerro Largo. I. Apio Cláudio Beltrão. II. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III. Título.

CDU94

Bibliotecária: Márcia Piva Radtke.

CRB 10/1557

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: [ihgrgs@terra.com.br](mailto:ihgrgs@terra.com.br) / [ihgrgs.biblioteca@gmail.com](mailto:ihgrgs.biblioteca@gmail.com)

Site: [www.ihgrgs.org.br](http://www.ihgrgs.org.br)

Site da Revista: [seer.ufrgs.br/revistaihgrgs](http://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs)

## PREFÁCIO

A aposentadoria permitiu dedicar-me a atividades diversas das peculiares aos profissionais das ciências jurídicas. Ao longo da vida, fui preterindo ocupações de lazer, quer pela escassez do tempo disponível, quer pela atenção que os afazeres da profissão recomendavam fosse neles concentrada. As atividades diferidas diziam respeito, principalmente, ao convívio social e aos interesses de natureza cultural.

Nunca abandonei o hábito de ler, adquirido na infância, estimulado na adolescência e preservado rigorosamente até hoje, a despeito das solicitações de variada ordem que poderiam determinar sua postergação. Mas as impositivas leituras profissionais cobraram preço alto: as outras, muitas e ecléticas a princípio, foram pouco a pouco reduzindo-se e sujeitando-se a uma progressiva especialização. O sacrifício da ficção tornou-se inevitável. Contudo, do que remanesceu à seleção imperiosa, dois temas nunca sofreram restrição e foram zelosamente cultivados ao longo do tempo: a história, em especial nos seus aspectos político e militar, e as biografias de notabilidades que marcaram época no processo histórico.

As influências exercidas sobre a minha formação fizeram com que fosse atraído, especialmente, pela história de Santa Maria, terra natal, do Rio Grande do Sul, pátria menor, e do Prata, ambiente cultural mais próximo.

Disposto a fazer historiografia apesar das minhas conscientes limitações, orientei a escolha dos assuntos, naturalmente, para esses focos de atração. Assim, nasceram os dez estudos esparsos que, agora, propus-me a reunir em uma única publicação.

Em linhas gerais de consideração temática, o Rio Grande do Sul e o Prata estimularam a elaboração de cinco desses trabalhos; Santa Maria, dos demais. Sete deles são predominantemente históricos. Os outros três, biográficos em sua essência.

Esses estudos, embora elaborados com o cuidado que, nas circunstâncias originais, esforcei-me para que fosse o maior possível, caracterizam-se por estarem, geralmente, fundados em pesquisa restrita aos textos da bibliografia consultada. Todavia, por exceção, um ou outro fato foi revelado à vista de sua fonte documental, de modo direto e imediato. Conquanto leitor assíduo e voraz, não me dediquei à investigação radical de fatos históricos e biográficos, procurados nas suas fontes primárias, como o faria um autêntico pesquisador, do tipo **jocosamente caracterizado como “rato de arquivo”**.

Tendo em vista as matérias dos estudos reunidos, foi possível dividi-los em dois volumes. O primeiro trata dos trabalhos referentes ao Rio Grande do Sul e ao Prata. O segundo, dos artigos relativos a Santa Maria.

Neste primeiro volume, a resenha dos trabalhos contidos é a que segue.

Em 2014, a Oficina das Origens, o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul promoveram a “VII Jornada de Estudos Genealógicos: Território em Formação e Expansão”. Convidado pelo Doutor Miguel Frederico do Espírito Santo, Presidente do Instituto,

**a participar desse acontecimento, proferi na ocasião palestra cujo tema foi “A Força Militar de Terra do Primeiro Império na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. Levou-me a esse assunto o papel relevante que as forças armadas de mar e terra desempenharam na formação do Rio Grande do Sul, desde o primeiro avistamento, que teria sido feito pela expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531, até a última conquista significativa, a do Rincão do Arapeí, isto é, das terras situadas entre o rio Uruguai, os seus afluentes Quaraí e Arapeí e a Coxilha de Haedo (Serro do Lunarejo). Esta anexação, efetivada durante a Guerra de Artigas, de 1816 a 1820 e legitimada pela Convenção de 30 de janeiro de 1819 entre o Cabildo de Montevideu e Dom João VI, foi perdida em duas etapas: de início, por ocasião do Ato de Incorporação, de 31 de julho de 1821, do Estado Oriental ou Cisplatino ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e por fim quando da Convenção Preliminar de Paz, de 27 de agosto de 1828, entre o Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata e D. Pedro I, Imperador do Brasil. Além disso, motivou-me para o estudo o interesse pelo desempenho do exército imperial na Província do Rio Grande do Sul, durante a revolução na Província Cisplatina e a guerra com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, de 1825 a 1828, atuação que, apesar de não poucas vezes mal sucedida, foi de modo geral adequada aos princípios estratégicos traçados pela Corte.**

A convite do Professor Alfredo de Jesus Flores, meu estimado confrade no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, participei do **“IX Fórum de Debates sobre Direito, Política e Sociedade”, cujo objetivo era “o exame das questões e estratégias de administração militar na fronteira luso-brasileira e platina, na transição para as independências oitocentistas”. Na oportunidade, discorri sobre “A participação do Marechal-de-Campo José de Abreu e o Conflito Cisplatino de 1825 a 1828”. Esse trabalho foi revisado e vertido, em grande parte, noutro estudo, de maior amplitude, que também compõe esse volume. A exposição, ainda que adstrita ao relato de fatos documentados, ficou imbuída de um certo apelo emocional, pois o Marechal-de-Campo José de Abreu, Barão do Cerro Largo, é meu ascendente no quinto grau. Por outro lado, a consagração de Abreu como herói tende a atrair, para a sua biografia, atributos fictícios, quase lendários. Essas incrustações provêm, fundamentalmente, da tradição popular e, às vezes, são captadas por escritores que as re-elaboram, enriquecem e elevam à categoria de obras literárias, a exemplo do conto **“O Anjo da Vitória”, do celebrado João Simões Lopes Neto, incluído nos antológicos “Contos Gauchescos e Lendas do Sul”.****

Uma das presenças relevantes no meio político e militar do Prata, na primeira metade do Século XIX, foi José Fructuoso Rivera y Toscana. Nascido em família de estancieiros, possivelmente em 1774, foi oficial das milícias orientais e chefe artiguista; general dos exércitos imperial, platino e uruguaio; primeiro presidente da República Oriental do Uruguai, de 1830 a 1834; político habilíssimo e fundador do Partido Colorado; figura de atuação constante no cenário regional até sua morte, em 1854. Durante a conflagração de 1825 a 1828, Rivera aderiu desde logo aos revoltosos orientais, protagonizando com seu chefe Juan Antonio Lavalleja o controvertido episódio do Arroio Monzón; venceu os brasileiros no combate do Rincão de Haedo ou das Galinhas e destacou-se na batalha de Sarandi, vitória que abriu o caminho para a emancipação da Província Cisplatina. No entanto, sua maior façanha foi a invasão das Missões Orientais do Uruguai, em 1828, que ocupou por muitos meses. Essa operação bélica, facilitada pela debandada da escassa guarnição imperial e pela cumplicidade de alguns súditos de Dom Pedro I, foi sustentada pela adesão de parte significativa da população missioneira e coroada por uma retirada triunfal e

altamente proveitosa. A esse feito de armas dediquei, em 2017, o estudo sob título **“As Missões Orientais do Uruguai e a Guerra da Província Cisplatina”**.

Por sugestão de Miguel Frederico do Espírito Santo, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, preparei em 2018 a apresentação, com um conjunto de comentários, da série de artigos jornalísticos que Demétrio Nunes **Ribeiro publicou no “Correio da Manhã” do Rio de Janeiro**, de 2 a 22 de novembro de **1930, sob o título “Monólogo de um Veterano”. No ocaso de sua vida, Demétrio**, republicano histórico e positivista convicto, propunha-se a aconselhar Getúlio Vargas, notoriamente pragmático e oportunista, recomendando-lhe medidas de caráter financeiro. Conquanto indiscutível o conhecimento e a experiência de Demétrio nessa matéria, seus conselhos não se coadunavam com as tendências vivenciadas pelo mundo da economia política e das finanças públicas naquele momento histórico. Valeram, entretanto, como talvez a última manifestação pública do notável sul-rio-grandense, que pouco depois faleceria. Esse trabalho foi incorporado na presente coletânea **sob o título “Demétrio Ribeiro. Monólogo de um Veterano. Apresentação”**.

Dentre as personagens que atuaram no meio sul-rio-grandense, duas das mais notáveis em todos os tempos foram José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, e José de Abreu, Barão do Cerro Largo. Por mais que se qualificassem pelos respectivos méritos, jamais se poderiam comparar. Eram antípodas. José Feliciano, paulista, bacharel coimbrão e áulico. Abreu, oriental, militar de caserna e campeão. Contemporâneos, José Feliciano, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, e Abreu, Comandante das Armas dela, poderiam ser mutuamente simpáticos e cooperativos. Mas não o foram. É possível que houvesse antagonismo recíproco, mas é indubitável que José Feliciano detestava Abreu. A animosidade que comprometia suas relações afetou a defesa da Província e, de modo mais amplo, a atuação do Império do Brasil na repressão da revolta de 1825 na Província Cisplatina e na guerra de 1825 a 1828, que moveu contra a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. Esse tema foi objeto do artigo preparado em 2018 e trazido a esta compilação como **“O Barão do Cerro Largo nas Memórias do Visconde de São Leopoldo. Anotações Relativas à Revolta de 1825 na Província Cisplatina e à Subseqüente Guerra entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata”**.

Em um volume resultante da reunião de estudos diversos, como o presente, é inevitável a repetição de conteúdos. Embora ela não seja necessariamente ociosa e inútil, contribuindo para a clareza da exposição, a conexão dos assuntos e a fixação das matérias pode causar estranheza e irritação nos leitores, pelo que o autor antecipadamente apresenta suas desculpas.

Alguns conteúdos dos vários estudos reunidos nesse volume podem mostrar-se de extensão ou profundidade desiguais, ou mesmo contraditórios. Isso se explica pelos momentos diversos e pelas circunstâncias diferentes em que foram captados e registrados pelo autor. Ao leitor fica delegada a estimulante tarefa intelectual de compará-los, aquilatá-los, completá-los e conciliá-los, conforme o caso, suprimindo uma tarefa que o compilador deixou de lado por causa da intenção de preservar a autenticidade dos textos, tanto quanto possível.

## SUMÁRIO

A FORÇA MILITAR DE TERRA DE PRIMEIRO IMPÉRIO NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL .....	7
O MARECHAL DE CAMPO JOSÉ DE ABREU E O CONFLITO CISPLATINO DE 1825 A 1828.....	27
AS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI E A GUERRA DA PROVÍNCIA CISPLATINA .....	36
DEMÉTRIO RIBEIRO .....	54
O BARÃO DO CERRO LARGO NAS MEMÓRIAS DO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO .....	88
BIBLIOGRAFIA.....	133
POSTFÁCIO .....	137

# A FORÇA MILITAR DE TERRA DE PRIMEIRO IMPÉRIO NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

## PRÓLOGO

Distinguido com honroso convite para proferir palestra nesta elevada VII Jornada de Estudos Genealógicos, orientada para a temática da formação e expansão do território do Rio Grande do Sul, proponho-me a falar sobre o Exército enquanto processo histórico, depois de todos nós termos ouvido a magistral preleção do Doutor Miguel Frederico do Espírito Santo, Muito Digno Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sobre o mesmo Exército, porém como elemento de ocupação territorial.

Não sou historiador de ofício, sequer diletante. Tenho-me como simples curioso dos fatos da história, cujo conhecimento empolga-me desde a infância. Criado entre livros e estimulado pelo exemplo paterno, desde a infância leio assiduamente sobre a história política, militar e diplomática. No entanto – fato que descobri não ser raro – somente quando estudante universitário minha atenção foi despertada para o passado sul-rio-grandense e absorvida, inicialmente, pela **excelente “História Geral do Rio Grande do Sul”, do saudoso historiógrafo Arthur Ferreira Filho**, cuja segunda edição, 1503-1960, conservo com respeito e carinho.

Ainda adolescente, li, reli e tresli a **“Batalha do Passo do Rosário” de Augusto Tasso Fragoso**, obra que acendeu meu interesse pela Guerra da Província Cisplatina, travada entre 1825 e 1828 entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Esse episódio notável da história militar brasileira representa um elo intermediário do secular encadeamento de conflitos entre espanhóis e hispano-americanos, portugueses e luso-brasileiros na Bacia do Rio da Prata, tendo como causa essencial o domínio territorial, juridicamente reivindicado com fundamento essencial em diferentes interpretações do Tratado de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494. Sobre o território da Banda Oriental do rio Uruguai, cuja parte norte cabe ao Estado do Rio Grande do Sul, tocando a parte sul à República Oriental do Uruguai, esses conflitos teriam começado em 1635, ano em que se deu a invasão do Caágua pela Bandeira de Aracambi, capitaneada por Fernão de Camargo, e terminado em 1865, ano da rendição da expedição paraguaia do Tenente-Coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, cercada em Uruguaiana pelos exércitos da Tríplice Aliança em presença dos chefes-de-estado dos países que a compunham: Dom Pedro II, pelo Império do Brasil, Bartolomé Mitre Martinez, pela República Argentina e Venancio Flores Barrios, pela República Oriental do Uruguai.

O significado da Guerra Cisplatina é maiúsculo principalmente por suas conseqüências, na medida em que determinou expressiva perda territorial para o Império, provocou o nascimento da República do Uruguai e, por implicação, envolveu o Brasil em relevantes questões políticas que muito contribuíram para arrastá-lo às Guerras de Caseros (1851/1852), do Uruguai (1864/1865) e do Paraguai (1864/1870). Isso sem considerar sua importância como causa não desprezível da

Revolução Farroupilha (1835/1845). À margem desses aspectos, a mim sempre fascinou a interrogação sobre o porquê das derrotas sofridas pelo exército brasileiro, notadamente no Rincão das Galinhas, em Sarandi e no Passo do Rosário, e da sua incapacidade de evitar e depois repelir a invasão das Missões Orientais do Uruguai pelos seguidores de José Fructuoso Rivera y Toscana.

Esse fascínio é a razão primeira de eu ter escolhido, como proposição desta **palestra, “A Força Militar de Terra do Primeiro Império na Província do Rio Grande do Sul”**. Em segundo lugar, moveu-me a necessidade de adequar o tema ao tempo colocado ao meu dispor. Assuntos como a Guerra das Bandeiras (1630/1640), a Guerra Guarani (1753/1756), as Guerras das Invasões Castelhanas (1762/1777) e a Guerra de Artigas (1816/1820), demandariam exposição mais prolongada. De outra parte, a conquista das Missões Orientais (1801) e a pacificação da Banda Oriental (1811/1812) não se caracterizariam por suficiente interesse militar. Por conseguinte, a eleição de um título que, embora restritivo a uma fração do teatro das operações de guerra, não deixa de compreender uma abordagem ampla da Guerra da Cisplatina parece representar o desejado ponto de equilíbrio temático.

Eis o plano da palestra:

A exposição se iniciará por um esboço da situação do Exército do Reino de Portugal e do subsequente Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, desde a época da chegada da Família Real Portuguesa na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808, ocasião em que teve começo o processo da independência política do Brasil, até o momento culminante deste processo, qual seja o da proclamação da Independência e da instituição do Império, em 1822. O termo final desse estudo, sem maior desvio técnico, poderia ser postergado para 1825, ano em que se concluiu o aludido processo pelo reconhecimento, pelo Reino de Portugal, do Império do Brasil e, na Banda Oriental, irrompeu a revolta contra a incorporação ao Império e, como consequência de seus bons resultados militares e políticos, instaurou-se a Guerra da Cisplatina.

A seguir, se fará um breve exame das disposições da Constituição Imperial de 1824 acerca da força militar de terra.

Mais adiante, se tratará do Exército Imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ao longo da Guerra Cisplatina.

Por fim, se enfrentará o estado do Exército do Império no território sul-riograndense, entre a Convenção Preliminar de Paz de 1828 e a abdicação de Dom Pedro I, em 1831.

## **O EXÉRCITO NA INDEPENDÊNCIA**

A defesa do Brasil contra agressões externas sempre se constituiu em problema de difícil solução para a monarquia portuguesa.

O litoral extenso estava aberto aos incursões procedentes das potências européias – espanhóis, franceses, ingleses e holandeses – geralmente buscando provisões, riquezas minerais e outros produtos da terra mas, às vezes, também

visando à fixação permanente através da instalação de postos de comércio, fortificações e colônias.

No interior, as disputas se davam principalmente no âmbito da Bacia do Rio da Prata, por obra de espanhóis ou hispano-americanos que, provenientes dos focos expansionistas estabelecidos em Buenos Aires e Assunção, contendiam com opositores portugueses e luso-brasileiros nas fronteiras dos atuais Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A resistência dos indígenas, conquanto tenaz e persistente, foi debilitada pela enorme desproporção de meios de ataque e defesa em relação aos colonos seus adversários. O último recurso dos aborígenes foi a retração para os sertões, facilitada pela plena capacidade de adaptação ambiental.

Os africanos, prejudicados pelo desarraigamento mesológico e cultural, também resistiram com pertinácia, porém como menos sucesso, de vez que as restrições impostas pela escravização sistemática reduziam a possibilidade de seu refúgio em quilombos defensáveis ou inacessíveis. Mesmo quando libertos, pouco mais podiam fazer do que oposição passiva.

Grandes inimigos de Portugal, portanto, foram os países coloniais, principalmente a Espanha, por causa da secular Questão do Tratado de Tordesilhas que sequer a união pessoal monárquica sob os três reis da Dinastia Filipina ou dos Áustrias (Felipe II, Felipe III e Felipe IV, na Espanha, ou Felipe I, Felipe II e Felipe III, em Portugal), de 1580 a 1640, logrou resolver. Muito pelo contrário, só fez acirrar.

Ouve-se, vez por outra, que a Metrópole Portuguesa, priorizando as Índias Orientais, descuidou a defesa do Brasil no início do Século XVI.

Se tivessem avançado decididamente e se apossado da margem esquerda do rio da Prata antes da primeira fundação de Buenos Aires pelos espanhóis na margem direita, em 1536, talvez reforçando a expedição de Martim Afonso de Souza em 1531, os portugueses teriam se firmado na região e possivelmente evitado uma secular contenda pela diplomacia e pelas armas que, iniciada em 1580 com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento por Manoel Lobo (ou em 1630, com o ataque de Antônio Raposo Tavares ao norte de Guairá), só terminou em 1777, com a conquista derradeira da Colônia por Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón, ou em 1943, com o encerramento da demarcação definitiva dos limites entre o Brasil e o Uruguai).

Essa crítica a Portugal é no mínimo exagerada.

Nos extremos de suas possibilidades em regra escassas, o reino português nunca poupou energia para proteger seus interesses na América do Sul. Se mais não fez foi por falta de recursos humanos e materiais. É certo que, durante quase todo o Século XVI, priorizou seu império essencialmente comercial na Ásia e na Oceania, empenhando-se ao mesmo tempo em preservar suas conquistas na África após o desastre de Alcácer-Quibir (1578). Entretanto, a partir do Século XVII, na medida em que perdia, no continente africano, Mina e Mombaça, assim como quase todas as suas possessões no Oriente, procurou fortalecer-se e expandir-se no Grão Pará e no

Brasil, com vista à consolidação de um império territorial que abrangesse as bacias dos rios Amazonas e da Prata. Essa política foi perseguida com tenacidade ao longo do Século XVIII e coroada com as conquistas da Guiana Francesa, esta efêmera, de 1809 a 1817, e da Banda Oriental, já no início do Século XIX.

Destarte, em 1822 o Reino Unido tinha quase os mesmos limites do Brasil atual, com duas grandes modificações: a subtração do atual Estado do Acre e a soma da então Província Cisplatina.

É chegado o momento de concentrar -se no núcleo do assunto.

A disposição militar vigente no Vice-Reino do Brasil em 1808 previa, para as forças de terra tidas como regulares, três níveis de estruturação designados como se fosse o posicionamento de um exército em ordem de batalha, diante do inimigo: a primeira linha, isto é, a tropa paga, profissional e permanente; a segunda linha, ou seja a tropa auxiliar da primeira linha, não profissional e provisória, funcionando como reserva imediata da tropa permanente; e a terceira linha, vale dizer, a tropa de ordenança, também não profissional e provisória, mas se distinguindo da segunda linha por se constituir na reserva mediata, somente chamada ao serviço depois de convocada a reserva imediata da tropa permanente.

A par da tropa regular, formada segundo a lei e conforme aos princípios da hierarquia e disciplina, costumava existir a tropa irregular, formada quase sempre por voluntários, sem a necessária observância dos ditames legais, de hierarquia por vezes informal e disciplina menos rigorosa, para não dizer frouxa. No Sul, reunia-se em companhias de guerrilhas sob a denominação de voluntários ou paisanos, anteriormente conhecidos como aventureiros paulistas, lagunenses ou continentinos, conforme sua procedência.

A expressão **“tropa paga”** é um tanto eufêmica porque, devido a fatores tais como penúria do erário, dificuldades de comunicação e transporte ou desleixo, os soldos eram pagos com atraso às vezes enorme, expondo os soldados a vexames e estimulando condutas ilícitas. A deserção e o exercício paralelo de outro ofício ou profissão eram práticas comuns. Em vista disso, a disciplina podia ser severa e rígida apenas se exigida de conformidade com os regulamentos em vigor, porém tendia a mostrar-se essencialmente tolerante e pouco rigorosa em face da realidade econômica e social.

A tropa auxiliar era em geral constituída dos súditos bem dotados de prestígio e fortuna, que deviam em princípio aprestar -se às próprias custas. Embora a mesma exigência se fizesse em relação à tropa de ordenança, esta se compunha dos alistados menos capacitados para o serviço das armas, quer pela pouca aptidão física ou idade avançada, quer pela menor expressão comunitária ou carência de pecúnia. O alistamento era freqüentemente falseado pelo interesse em não servir ou servir por menos tempo ou em melhores condições. Por conseguinte, se a qualidade das tropas auxiliares podia ser tida como aceitável, a das tropas de ordenança era certamente sofrível, se não de todo ruim.

A primeira tropa paga a servir no Brasil foram os 600 homens que João Batista Magalhães, em **“A Evolução Militar do Brasil”**, p. 125, refere como provavelmente

advindos do conto da marinha, organizados em companhia de cerca de 100 homens cada uma e comandados pelo Governador Geral Tomé de Souza, em 1549. No entanto, as forças auxiliares e de ordenança já haviam sido reguladas pelas instruções régias de 1548 que, virtualmente, criaram a defesa territorial em todas as capitanias, povoações, engenhos e fortalezas do Brasil. Pode-se dizer que essas instruções constituíram a primeira organização militar brasileira de abrangência geral.

Transcorridos quase três séculos, o Governo de Rio Grande de São Pedro do Sul, sucessor da Capitania d'**El Rei (1562)**, da Donataria dos Assecas (1676) e da Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro (1737), foi por sua vez sucedido pela Capitania de São Pedro (1807), assentada sobre o território desde há muito conhecido como o Continente de São Pedro. Portanto, abstraído qualquer laivo de crença religiosa, é possível a identificação do Rio Grande do Sul com o santo fundador da Igreja Católica Apostólica Romana e padroeiro dos pescadores, embora também se possa presumir uma homenagem de Martim Afonso de Souza a seu irmão Pero Lopes de Souza, em 1531, quando da denominação **“Rio Grande de São Pedro”**, dada ao canal que liga a Lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico.

João Batista Magalhães, em sua precitada obra, ps. 242/243, 251 e 260/261, refere que a tropa paga existente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, no fim do Século XVIII, orçava por 7.000 homens. Em 1797, estacionavam no Rio Grande do Sul um regimento de dragões, três companhias de cavalaria ligeira e um batalhão de infantaria e artilharia, de quatro companhias. Em 1801,

**“... As forças militares da capitania, constituídas então do Regimento de Dragões, da Legião de Cavalaria Ligeira, de um Batalhão de Infantaria, a quatro companhias, e de três companhias do Regimento de Estremós, que haviam ficado após os acontecimentos de 1777, somavam um efetivo reduzido de 1.200 homens.**

...

Nos depósitos existiam 18 peças de artilharia, pólvora bastante, algumas armas de fogo em mau estado e **armas brancas ‘mas tudo em tão pequeno número que não chegava a armar a gente que ao depois se irá vindo, que se juntou na Campanha’** (Porto Seguro, História Geral do **Brasil, 5º volume, nota VIII, p. 49, de Rodolfo Garcia)**”

...

Na campanha de 1816, da luta pela incorporação da Cisplatina ao domínio da coroa lusitana, a **‘Legião de São Paulo’** constituiu-se de dois batalhões de **infantaria, dois pequenos esquadrões de cavalaria e ‘duas boas companhias de artilharia, cavaleiros que guarneciam onze canhões, quatro de calibre três, três de calibre seis e quatro obuses de seis polegadas’**, conforme registra **Diogo Arouche.**”

...

**A ‘Cavalaria de Linha do Exército Brasileiro’** constituía-se ainda ... dos 4º e 5º do Rio Grande do Sul.

...

Em 1809 existia no Rio Grande do Sul **um ‘corpo de artilharia a cavalo’** constituído de companhias de **‘seis bocas de fogo’,** ou sejam, quatro peças e dois obuses, cujos quadros eram formados por um capitão, um primeiro-tenente, um picador vago-mestre, um sargento de companhia,

três sargentos de esquadra, um furriel, três cabos de esquadra, um cadete, dois clarins, um carpinteiro segeiro, um ferrador-serralheiro, um seleiro e ferrador, para 74 soldados artilheiros e 20 boleiros – ou sejam, ao todo, 113 homens. ... A infantaria conservava-se a mesma do tempo dos vice-reis, de modo geral, com pequenas alterações. Entre estas, nota-se a criação das unidades de infantaria do Rio Grande, **reorganizadas em 1809 em ‘batalhões de caçadores’, tendo a artilharia** que antes delas faziam parte ido pertencer ao que foi depois o 3º batalhão de artilharia montada, já no período do Império.”

...

Deste estado de coisas nos dá boa idéia o **‘Almanack da Vida de Porto Alegre’, datado de 20 de julho de 1808:**

Registra o mencionado documento: **‘A tropa miliciana desta capitania** é seguramente a melhor do mundo, para o país em que estamos, muito valente e desembaraçada; S.A.R. dela pode confiar tudo: a maior parte dos soldados são pobres e casados, e no seio das suas famílias tratam das suas agriculturas, ou daqueles modos de vida que cada um tem; se há guerra, eles prontamente e com gosto marcham às fronteiras, ou aonde os superiores lhes determinam, mas não havendo guerra eles se afligem que os incomodem por mil modos, havendo muita tropa de linha que em tempo de paz faça o **serviço preciso da capitania’ etc. ‘A organização dos** três regimentos de cavalaria miliciana com seus competentes oficiais é da maior necessidade, pela lassidão e desordem em que se acham os **mesmos corpos’. Depois, feitos estes** comentários e outros mui judiciosamente, regista qual é a tropa existente nas raias sulinas: **‘Tem esta capitania um regimento de dragões de cavalaria completo,** existente no Rio Pardo, de que é chefe o Brigadeiro Patrício José Correia da Câmara. Há uma legião de cavalaria existente no Rio Grande de São Pedro, e de que é chefe o Marechal Manoel Marques de Souza. Há um batalhão de infantaria e artilharia, composto de quatrocentos homens de que é chefe o Brigadeiro Alexandre Eloy Portelli. Há um corpo de cavalaria miliciana de que se podem formar três regimentos, tropa de desempenho e de quem S.R.A. pode confiar tudo’.”

Por sua vez, Gustavo Barroso, em História Militar do Brasil, ps. 29 e 30, escreve:

**“A Capitania do Rio Grande do Sul foi separada da de Santa Catarina e reorganizada a tropa ali existente, obtendo-se um regimento de dragões com 956 homens e um batalhão de caçadores com 601.**

...

Datam ainda do governo de D. João VI ... a criação de pedestres, dragões, pretos, pardos, polícias e milícias na Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará, Goiás, Mariana e Ouro Preto, e a fundação do regimento de Lanceiros Guaranis, composto de índios, nas Missões. Em 1813, ainda se preparam **tropas no Rio Pardo e no Ceará.”**

Em que pesem as campanhas militares realizadas no período de 1811 a 1820, quais sejam a invasão da Banda Oriental pelo Exército Pacificador de Dom Diogo Martim Afonso de Souza Teles de Menezes, Conde de Rio Pardo, em 1811/1812, e a conquista dessa região, entre 1816 e 1820, pelos esforços de chefes tais como os

Capitães-Gerais Luís Teles da Silva Caminha e Menezes, Marquês de Alegrete, e José de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Souza, Conde da Figueira, o Tenente-General Carlos Frederico Lecor, primeiramente Barão e depois Visconde de Laguna, o Tenente-General Joaquim Xavier Curado, Barão e depois Conde das Duas Barras, o Marechal-de-Campo Sebastião Pinto de Araújo Correia e os Brigadeiros Bernardo da Silveira Pinto, Francisco das Chagas Santos, João de Deus Mena Barreto e Joaquim Oliveira Álvares, a situação militar da Capitania não sofreu modificações significativas.

Durante ambas as campanhas, lutou-se no território missioneiro. Na primeira delas, contra eventuais incursões predatórias de caudilhos. Porém, na segunda, contra o principal esforço bélico das forças artiguistas. Não é demasiado lembrar que as Missões Orientais do Uruguai vinham em continuada decadência desde a época do Tratado de Madri (1750) e da Guerra Guaranítica, e a devastação conseqüente à Guerra de Artigas mais a acentuou, contribuindo significativamente para sua extinção como comunidades dotadas de expressão peculiar. As sementes de descontentamento que os artiguistas plantaram ou talvez apenas regaram na região vieram a frutificar passada cerca de uma década, em 1828, quando se tinha por quase terminada a Guerra da Província Cisplatina. Dessa época em diante, as Missões Orientais desapareceram como realidade atual, sobrevivendo como objeto de investigação histórica, para não se falar em evocação idílica ou devaneio utópico.

Felizmente, no entanto, os efeitos danosos da luta pouco afetaram diretamente as áreas mais desenvolvidas da Capitania, com maior expressão econômica e melhor desenvolvimento social.

Uma digressão permitirá observações sucintas sobre a organização e a hierarquia militares desse tempo, que pouco se alteraram em relação ao período do Primeiro Império.

A doutrina militar e os regulamentos eram de inspiração inglesa, absorvida principalmente durante as campanhas contra os exércitos de Napoleão Bonaparte na Península Ibérica, entre 1807 e 1814.

As unidades eram geralmente chamadas de corpos de tropa. Em tempo de paz, havia regimentos de infantaria e de cavalaria. Os regimentos subdividiam-se em companhias, estas em meias-companhias e em esquadras; as companhias de infantaria podiam agrupar-se em batalhões e as de cavalaria, em esquadões. Havia, também, companhias de artilharia, que podiam ser reunidas em regimentos, batalhões, brigadas ou corpos. Os corpos de artilharia de campanha podiam compreender companhias de artilheiros, incumbidos de servir as peças de artilharia, e de condutores, encarregados de deslocá-las e aos carros que as acompanhavam, além de bombeiros, mineiros e artífices. Em tempo de guerra, não se conheciam corpos de exército.

O exército em campanha compunha-se de duas ou mais divisões, estas de duas ou mais brigadas de infantaria, cavalaria ou mistas, e cada brigada de dois ou mais regimentos de infantaria ou cavalaria; a artilharia geralmente repartia-se pelas divisões e brigadas. Forças conjuntas de infantaria, cavalaria e artilharia podiam formar legiões, mesmo na paz. Os regimentos de infantaria comumente tinham dois

batalhões, cada um com quatro, seis ou oito companhias. Os de cavalaria, dois, três ou quatro esquadrões, cada um com duas companhias. A artilharia, exceto nas fortificações, quase sempre se dividia em frações de companhia e, no terreno, adaptava seu desdobramento à infantaria e à cavalaria que devia acompanhar.

A infantaria especializava-se em pesada, que combatia em ordem unida ou em formação cerrada: eram os granadeiros, soldados de elite, e os fuzileiros, armados com fuzis (espingardas ou granadeiras), sabres curtos (terçados) e baionetas; e leve ou ligeira, que combatia em ordem dispersa ou em formação aberta: eram os caçadores, armados com carabinas e sabres-baionetas. A cavalaria era pesada, com os dragões que combatiam pelo choque tanto a pé como a cavalo, ou ligeira, com os lanceiros e os clavineiros, que combatiam pelo reconhecimento, pela cobertura e pela escaramuça, quase sempre montados; o armamento compreendia espadas ou sabres, clavinas (tercerolas), pistolas e lanças. As armas de fogo portáteis funcionavam por meio de pederneira (chispa ou faísca). A artilharia leve ou de campanha era a cavalo ou montada em carros porque exigia mobilidade, e a pesada ou de posição a pé porque pertencia em princípio às fortificações, embora pudesse tornar-se móvel em certos casos, como os de movimentação para cooperar nos cercos de locais fortificados; seu material compreendia peças de três tipos: canhões, obuses e morteiros, tracionados por bois ou muares. Nessa época, não havia tropa de engenharia.

Os modelos dos uniformes passavam a ser influenciados pelos figurinos ingleses; aliás, o término das Guerras Napoleônicas, em 1815, fez com que a Inglaterra facilitasse aos exércitos interessados a aquisição de peças de fardamento provenientes de suas sobras estocadas.

Das munições de guerra, encarregavam-se os militares, porém os víveres e transportes eram incumbidos a fornecedores e comissários civis.

No Sul, a alimentação básica da tropa era a carne de gado, acompanhada de farinha e feijão preto, quando havia; a erva-mate era tida como indispensável e a cachaça não era desprezada. A logística baseava-se nos muares de carga e no comboio de carretas; nos acampamentos, quase todos os serviços eram prestados pelos paisanos (comércio) e pelas mulheres (chinas) que costumavam acompanhar os combatentes. A remonta era problemática: os eqüinos reíunos viviam do pasto natural, eram pouco resistentes e não eram afetados particularmente a cada cavaleiro, mas apanhados e montados aleatoriamente; cada soldado de cavalaria necessitava, para ser eficiente, de no mínimo dois, um para a marcha, outro para o combate, embora a quantidade ideal fosse de nada menos do que cinco: três para a marcha, um para o combate e um de reserva.

A escala hierárquica previa oficiais e praças. Os oficiais gerais eram o marechal, o tenente-general, o marechal-de-campo e o brigadeiro; os oficiais superiores, o coronel, o tenente-coronel e o sargento-mor, depois denominado major; os oficiais subalternos, o capitão, o tenente (primeiro-tenente na engenharia e artilharia) e o alferes (segundo-tenente na engenharia e artilharia); entre suas funções, as de comandantes, fiscais administrativos, ajudantes, quartéis-mestres, secretários e porta-bandeiras. As praças eram os cadetes (primeiro e segundo), os sargentos (ajudante, quartel-mestre, primeiro e segundo), o furriel, o cabo-de-

esquadra, o anseçada e o soldado; entre suas funções, as de tambor, clarim ou corneta, espingardeiro, coronheiro, ferrador, seleiro, correeiro, ferreiro, serralheiro, carpinteiro e segeiro.

Os terços de tropas pagas e de ordenança, com origem nas companhias de ordenança do Século XVI e cujos comandantes eram os mestres-de-campo e os capitães-mores, respectivamente, evoluíram no Século XVIII para os regimentos, comandados por coronéis e tenentes-coronéis. Os sargentos-mores passaram a chamar-se majores por ocasião da Guerra Peninsular Ibérica de 1808/1814, para evitar confusão entre o posto de oficial superior do exército português com a graduação homônima de suboficial ou oficial inferior do exército inglês. Os furriéis, de encarregados do forrageamento passaram a virtuais terceiros-sargentos. E os anseçadas, soldados diferenciados por certos privilégios, dentre os quais o de não fazer faxina, desapareceram da hierarquia militar brasileira em 1907.

Após conquistadas as Missões Orientais em 1801, a fronteira do Governo de Rio Grande de São Pedro do Sul com a Banda Oriental, a sudoeste, beirou o rio Quarai. A pacificação da Banda Oriental, em 1811 e 1812, fez avançar essa fronteira até o rio Arapeí. A Convenção entre o Cabildo de Montevidéu e Dom João VI, de 1819, confirmou a delimitação da Capitania de São Pedro pelo rio Arapeí e, ao sul, por limite ulterior à margem ocidental da Lagoa Mirim, além dos muros da Fortaleza de Santa Teresa e do Forte de São Miguel. Todavia, essa demarcação em breve recuou para o rio Quarai e o arroio Chuí, em conseqüência do Ato de Incorporação da Província Oriental no Reino do Brasil, de 1821. O território sul-rio-grandense, embora pacificado, não pode desfrutar da tranqüilidade necessária para sua prosperidade, eis que a expectativa de renovados conflitos transferiu-se para a vizinha Província Oriental, fronteira platina viva por excelência da Monarquia de Dom João VI.

## O EXÉRCITO NA CONSTITUIÇÃO IMPERIAL

A Constituição outorgada ao Brasil pelo Imperador Dom Pedro I em 1824 dedicou especificamente para a força militar o Capítulo VIII, de seu Título V, estendendo-se do artigo 145 ao artigo 150.

O serviço militar foi imposto a todos os **brasileiros** “para sustentar a Independência, e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos e **internos**” (art. 145).

A força militar existente poderia subsistir até que a Assembléia Geral designasse outra maior ou menor (art. 146).

A organização, as promoções, o soldo e a disciplina do exército seriam reguladas por ordenança especial (art. 150).

A força militar foi sujeitada à obediência e à reunião somente por ordem da autoridade legítima (art. 147), competindo ao Poder Executivo empregá-la na segurança e defesa do Império (art. 148).

Aos oficiais foi reconhecida a estabilidade funcional, não podendo ser privados das respectivas patentes senão por sentença do juízo competente (art. 149).

Por esta sinopse vê-se que a força militar foi constitucionalizada de modo a reger-se pela lei e segundo os princípios da obediência e da ordem, que pressupõem, respectivamente, a hierarquia e a disciplina.

Nessa ocasião, o exército ressentia-se do abalo estrutural causado pela recente ruptura com o poder militar português, assim como da conseqüente improvisação de uma nova estrutura, genuinamente nacional. Havia que enfrentar, do Norte ao Sul, a ameaça da iminente reocupação e da provável recolonização lusitana. Por isso, aceleraram-se de afogadilho medidas de defesa: criação de corpos de tropa regular, tolerância de forças irregulares, cooptação de portugueses que serviam no extinto Reino do Brasil, principalmente de oficiais de alta patente porque escassos os de origem brasileira, contratação de oficiais e soldados estrangeiros, aquisição de material bélico etc.

Era preciso superar a emergência e consolidar as providências por ela ditadas. Como resultado, sobreveio a organização sistemática do exército imperial, através do Decreto de 1º de dezembro de 1824, nas palavras de **Gustavo Barroso, “História Militar do Brasil”, p. 46, “acabando-se com as formações irregulares, fragmentárias e deficientes que havia”**.

A tropa paga constituiu a primeira linha; a tropa auxiliar e a de ordenança, como tropa de milícia, a segunda linha; a terceira linha foi suprimida.

Na primeira linha, a infantaria contava com o Batalhão do Imperador, três batalhões de granadeiros (dos quais dois estrangeiros) e vinte e sete batalhões de caçadores, depois aumentados para vinte e nove (dois deles estrangeiros). A cavalaria, com a Imperial Guarda de Honra e sete regimentos. A artilharia, com doze corpos de posição e cinco montados.

Na segunda linha, havia cinqüenta e dois batalhões de caçadores, que pouco depois passaram a ser oitenta e nove. Vinte e seis regimentos de cavalaria, logo elevados para trinta e oito. E quatro brigadas montadas de artilharia guarda-costas, depois acrescidas de oito companhias.

Em outubro de 1826, essa organização previa efetivos portentosos: cerca de 26.225 homens na primeira linha e 91.016 homens na segunda linha, isto é, 117.241 homens no total.

Era uma massa de impressionar, notadamente se comparada com a população estimada do Império naquela época. João Batista Magalhães em **“A Evolução Militar do Brasil”**, p. 278, refere quatro milhões de habitantes, cerca de dois terços constituídos por escravos e indígenas, metade por mulheres e boa percentagem de **crianças e velhos. Outra fonte de informação, as “Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires”, da “testemunha ocular”** (que, segundo o Barão do Rio Branco, seria o Capitão Barão Carl de Leenhof), às ps. 98 e 99, aponta dados de uma relação estatística sobre a população do Brasil, de 1818: 843.000

brancos, europeus e crioulos; 628.000 mulatos e mestiços, dos quais 202.000 escravos; 1.887.500 escravos negros, dos quais 159.000 libertos; e 259.400 índios e mestiços.

No papel, a força do Exército parecia realmente grandiosa. Na realidade, porém, era bem menor: por insuficiência de recursos humanos e materiais, ou por outros motivos, sendo de se supor que alguns desses corpos de tropa ficassem praticamente sem efetivo e os demais, com a possível exceção dos incumbidos da guarda do Imperador e da Família Imperial, jamais atingissem plenamente o efetivo previsto, como é corriqueiro no dia-a-dia das casernas.

Dos mencionados corpos de tropa de primeira linha, quatro foram destinados à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: o 9º Batalhão de Caçadores (antigo Batalhão de Infantaria e Artilharia de Curitiba) e o 3º Corpo de Artilharia Montada (antiga artilharia de São Pedro do Rio Grande do Sul), para Porto Alegre; o 4º Regimento de Cavalaria (originado do Esquadrão de Voluntários da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul), para Serrito; e o 5º Regimento de Cavalaria (antigo Regimento de Dragões do Rio Grande), para Rio Pardo.

Foi com essa organização que o exército brasileiro defrontou-se com sua prova de fogo no Prata, se deixada de lado a movimentação militar que induziu as tropas portuguesas de D. Álvaro da Costa a pactuar a evacuação da Banda Oriental por Montevideu, em março de 1824. A qualidade das armas do Império estava por ser testada na revolta dos patriotas orientais que, principiada em abril de 1825, acarretou em dezembro do mesmo ano a Guerra da Província Cisplatina e culminou com a independência da República Oriental do Uruguai, após mais ou menos quaranta meses de hostilidades.

## **O EXÉRCITO NA GUERRA DA PROVÍNCIA CISPLATINA**

Durante a Guerra da Província Cisplatina, que se desenrolou de abril de 1825 a agosto de 1828, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, limítrofe pelo sul com a província conflagrada e pelo oeste com as Províncias Unidas do Rio da Prata pela Província de Corrientes, não se livrou das incursões inimigas, três delas suficientemente expressivas para assumir o porte de invasões. As duas primeiras foram empreendidas por Carlos Maria de Alvear y Balbastro, à frente do Exército Republicano e a terceira, por José Fructuoso Rivera y Toscana, chefiando o chamado Exército Republicano do Norte.

Ao longo do período bélico, o exército brasileiro na Província de São Pedro foi comandado pelo Marechal-de-Campo José de Abreu, Barão de Cerro Largo, até fevereiro de 1826; pelo Brigadeiro Francisco de Paulo Massena Rosado, de fevereiro de 1826 até janeiro de 1827; pelo Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, Visconde e depois Marquês de Barbacena, de janeiro a junho de 1827; pelo Marechal-de-Campo Gustavo Henrique Brown, de junho de 1827 a janeiro de 1828; e pelo Tenente-General Carlos Frederico Lecor, primeiramente Barão e depois Visconde de Laguna, de janeiro de 1828 em diante.

Ao estalar a revolta na Cisplatina, Abreu, Comandante-das-Armas na Província de São Pedro, sem esperar a concentração de mais forças, marchou pela costa do rio Uruguai até Mercedes com as que pode reunir, em sua maioria milicianas. Aberta a fronteira provincial às incursões dos revoltados, o Presidente José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, providenciou de imediato sua defesa e criou dois setores, um do Oceano Atlântico ao rio Negro (Bagé) e outro deste local ao rio Uruguai, confiando o primeiro ao Marechal Correia da Câmara e o segundo ao Brigadeiro Sebastião Barreto Pinto. Tendo Abreu retornado à Província de São Pedro após os insucessos brasileiros do Rincão das Galinhas e de Sarandi, estabeleceu em seguida um dispositivo de cobertura que envolvia forças dispostas desde o rio Uruguai até o Oceano Atlântico.

Ao romper das hostilidades, a Província de São Pedro contava com a diminuta força de primeira linha contemplada no aludido Decreto de 1º de dezembro de 1824; desta tropa, o 9º Batalhão de Caçadores, assim como o 4º Regimento de Cavalaria, talvez fizessem parte da guarnição de Montevideu ou da Colônia do Santíssimo Sacramento em 1º de março de 1826; do 3º Corpo de Artilharia Montada, não há informação; já 5º Regimento de Cavalaria figurou com destaque nas ações de guerra ocorridas tanto na Província de São Pedro como na Cisplatina. Essa força de primeira linha era apoiada pelos seguintes corpos de tropa de segunda linha: os Regimentos de Cavalaria de Milícias 20º (Porto Alegre), 21º (Rio Grande), 22º (Rio Pardo), 23º (Alegrete), 24º e 25º (São Borja), 39º (Cerro Largo) e 40º (Santana do Livramento), o 46º Batalhão de Caçadores de Milícias (duas companhias em Porto Alegre e quatro em Rio Grande, Rio Pardo, São Francisco de Paula e Santo Antônio da Patrulha, respectivamente). Havia ainda pelo menos um corpo de ordenança (Rio Pardo).

Tendo o Império do Brasil declarado guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata em 10 de dezembro de 1825, o panorama militar da Província de São Pedro passou a alterar-se. Nas fronteiras sudoeste e sudeste, postaram-se duas Brigadas de Cavalaria Ligeira de segunda linha, a 1ª, do Coronel Bento Manoel Ribeiro, constituída dos 22º e 23º Regimentos, e a 2ª, do Coronel Bento Gonçalves da Silva, formada pelos 21º e 39º Regimentos. Sob essa cobertura, no Acampamento da Real Carolina (Santana do Livramento), concentraram-se os outros corpos de tropa existentes na Província, quais sejam o 3º Regimento de Cavalaria e o 13º Batalhão de Caçadores de primeira linha, e os 20º, 24º, 25º e 40º Regimentos de Cavalaria de segunda linha, acrescidos de um esquadrão de lanceiros e de companhias de guerrilhas. A esse contingente veio somar-se a Divisão Expedicionária conduzida pelo Brigadeiro Rosado e composta do 1º Regimento de Cavalaria, dos 3º e 4º Batalhões de Caçadores e do 1º Corpo de Artilharia Montada, mais o Esquadrão da Bahia e o 4º Corpo de Artilharia de Posição.

Assumindo o comando do Exército do Sul, o Visconde de Barbacena, após juntá-lo com as forças de Brown, constituídas dos 4º, 5º e 6º Regimentos de Cavalaria e dos 18º e 27º Batalhões de Caçadores, de primeira linha, procurou bater-se decisivamente com o exército platino de Alvear que adentrara a fronteira sudeste, passara por Bagé e São Gabriel e parecia demandar a fronteira sudoeste.

Em 20 de fevereiro de 1827, data do memorável embate nas imediações do Passo do Rosário sobre o rio Santa Maria, a ordem de batalha do exército imperial era a seguinte:

Comandante-em-Chefe (Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, Visconde de Barbacena)  
Chefe de Estado-Maior (Marechal de Campo Gustavo Henrique Brown)  
1ª Divisão (Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto)  
1ª Brigada de Infantaria (Coronel Antônio Leitão Bandeira)  
3º Batalhão de Caçadores, do Rio de Janeiro (Major João Crisóstomo da Silva)  
4º Batalhão de Caçadores, do Rio de Janeiro (Tenente-Coronel Manoel Freire de Andrade)  
27º Batalhão de Caçadores, do Rio de Janeiro (Tenente-Coronel William Wood Yeats)  
1ª Brigada de Cavalaria (Coronel João Egídio Calmon)  
1º Regimento de Cavalaria, do Rio de Janeiro (Major Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral)  
24º Regimento de Cavalaria, das Missões (Major João Severino de Abreu)  
2ª Brigada de Cavalaria (Coronel Miguel Pereira de Araújo Barreto)  
4º Regimento de Cavalaria, do Rio Grande do Sul (Tenente-Coronel Manuel Barreto Pereira Pinto)  
Esquadrão de Lanceiros, do Rio de Janeiro (Capitão Luís Von Quast)  
40º Regimento de Cavalaria, de Santana do Livramento (Tenente-Coronel José Rodrigues Barbosa)  
2ª Divisão (Brigadeiro João Crisóstomo Calado)  
2ª Brigada de Infantaria (José Leite Pacheco)  
13º Batalhão de Caçadores, da Bahia (Tenente-Coronel Morais Cid)  
18º Batalhão de Caçadores, de Pernambuco (Tenente-Coronel Bento José de Lamenha Lins)  
3ª Brigada de Cavalaria (Coronel Joaquim Cláudio Barbosa Pita)  
6º Regimento de Cavalaria, do Rio Grande do Sul (Major Bernardo Joaquim Correia)  
Esquadrão da Bahia (Tenente-Coronel Luís de França Pinto Garcez)  
20º Regimento de Cavalaria, de Porto Alegre (Coronel Joaquim José da Silva)  
4ª Brigada de Cavalaria (Coronel Tomás José da Silva)  
3º Regimento de Cavalaria, de São Paulo (Tenente-Coronel Antônio Maria Xavier de Souza)  
5º Regimento de Cavalaria, do Rio Grande do Sul (Tenente-Coronel Felipe Néri de Oliveira)  
Corpo de Voluntários, 11 Companhias de Paisanos (Marechal-de-Campo José de Abreu, Barão do Cerro Largo)  
1ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Coronel Bento Manoel Ribeiro)  
22º Regimento de Cavalaria, de Rio Pardo (Coronel Antônio de Medeiros Costa)  
23º Regimento de Cavalaria, de Alegrete (Major Cláudio José Dutra)  
8 Companhias de Guerrilhas (Major Eleutério Severino dos Santos Pereira)  
2 Companhias de Lanceiros (Capitão Almeida)  
2ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Coronel Bento Gonçalves da Silva)  
21º Regimento de Cavalaria, de Rio Grande (Major Manuel Soares da Silva)

39º Regimento de Cavalaria, de Cerro Largo (Tenente-Coronel Bonifácio Isás Calderón)

Artilharia (Coronel Tomé Joaquim Fernandes Madeira)

1º Corpo de Artilharia Montada, do Rio de Janeiro, 6 canhões e 2 obuses (Capitão Lopo de Almeida Henriques Botelho e Melo)

4º Corpo de Artilharia de Posição, de Santa Catarina, 4 canhões (Major Francisco Samuel da Paz Furtado de Mendonça)

Escolta do Parque e da Bagagem (Coronel Jerônimo Gomes Jardim)

25º Regimento de Cavalaria, das Missões (Coronel Jerônimo Gomes Jardim)

A 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira não participou da refrega.

O resultado da Batalha do Passo do Rosário foi adverso ao exército imperial.

O exército platino, perseguido pelo exército brasileiro, depois de repelir Bento Manoel Ribeiro e sua 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira para a margem direita do rio Ibicuí, buscou atravessar o rio Santa Maria, seu afluente pela margem esquerda. Talvez por recear ser **alcançado na transposição do curso d'água**, Alvear fez repassar para a margem direita os elementos que já o haviam passado e tomou posição nas proximidades do Passo do Rosário. Barbacena, dispondo suas forças em uma só linha, acometeu o inimigo com a 1ª Divisão, tendo como ala direita a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, e manteve a 2ª Divisão como reserva, com os voluntários de Abreu como ala esquerda; na retaguarda, postou-se o comboio. Empregando a fundo a cavalaria e a artilharia, assim como a menor parte da infantaria de que dispunham, os platinos dispersaram ambas as alas do exército imperial, neutralizaram o restante da sua cavalaria, detiveram seu ataque, fixaram sua reserva e pilharam seu comboio, somente não conseguindo apresar a cavalaria de reserva porque os respectivos guardadores a tinham previamente tocado para São Gabriel. Em tais circunstâncias, Barbacena viu-se forçado à retirada, que operou passando o rio Cacequi, afluente do rio Santa Maria pela margem direita, o rio Vacacaí, afluente do rio Jacuí pela margem direita, e os arroios São Sepé (onde deixou uma retaguarda de cavalaria) e Santa Bárbara, afluentes do rio Vacacaí pela margem direita, até chegar ao passo de São Lourenço sobre o rio Jacuí, próximo à então vila de Cachoeira. Alvear perseguiu-o frouxamente até São Gabriel; apesar de senhor do campo de batalha, não se achou em condições de colher os frutos da vitória e também se retirou para o território cisplatino.

Em abril de 1827, Alvear novamente invadiu a Província de São Pedro, aparentando visar a área de Rio Grande. Contudo, encontrou resoluta resistência e, no mês seguinte, desistiu desse renovado intento ofensivo. Sem batalhar em busca de uma decisão, voltou para a Banda Oriental.

Esses acontecimentos motivaram a vinda de novos reforços para o exército brasileiro na Província de São Pedro, ou seja, do 14º, 17º e 26º Batalhões de Caçadores. Com eles, as forças do Império no território sulino alcançaram, em janeiro de 1828, o total de 9 batalhões de caçadores, 13 regimentos e 3 esquadrões de cavalaria e 3 brigadas de artilharia (12 peças), distribuídos entre o exército em campanha e as guarnições das Missões Orientais do Uruguai e da Fortaleza de Santa Tereza.

Tudo indicava o amadurecimento das negociações de paz que se sucediam desde 1826 quando um raio fulgurou ao sol do meio-dia. Rivera, saindo do ostracismo

a que fora votado após os primeiros sucessos na guerra e procurando contrastar o prestígio de seu compatriota Juan Antonio Lavalleja y de la Torre, que passara a comandar o exército platino em julho de 1827, após a demissão de Alvear, obteve a anuência de Manuel Crispulo Bernabé Dorrego, Governador da Província de Buenos Aires, que esperava fortalecer sua posição nas referidas negociações, e invadiu as Missões Orientais em abril de 1828, ocupando-as quase sem encontrar oposição, apesar da perseguição que lhe moveu seu compatriota Manuel Ceferino Oribe y Viana, a mando de Lavalleja.

Enquanto a Província de São Pedro sofria tamanha perda em suas fronteiras noroeste e sudoeste, a guerra prosseguia de modo pouco intenso na fronteira sudeste, com os contendores alternando operações ativas e reativas sem muito empenho nem grande resultado. Embora a expressão tática dos combates fosse diminuta, o sentido estratégico era obter o máximo de vantagem ao menor custo, tendo em vista a melhor posição no momento em que a guerra terminasse.

Foi nessa situação de impasse que o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata afinal firmaram a Convenção Preliminar de Paz, de 27 agosto de 1828.

Contudo, continuava pendente a ocupação riverista das Missões Orientais. Rivera, desamparado pelos governantes platinos e pressionado pelo Governo Imperial, viu-se afinal obrigado a retirar-se para a margem esquerda do rio Quarai, o que fez relutantemente à vista das tropas do Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto e do Coronel Bento Manoel Ribeiro (Acordo de Irerê-Ambá, em 25 de dezembro de 1828), arrastando consigo o que restava da população guarani naquelas plagas.

Fechou-se assim o pano no teatro de guerra sul-rio-grandense, com a platéia exausta a prantear seus mortos, curar suas feridas, refazer seu patrimônio, recalcar seus ódios e, talvez com receio mas ao mesmo tempo com pertinácia, projetar silenciosamente uma futura desforra. Isso porque a paz não era definitiva e a questão platina ainda não estava concluída, como o futuro afinal veio a mostrar.

## **O EXÉRCITO NA ABDICAÇÃO DO PRIMEIRO IMPERADOR**

Acabada a Guerra da Província Cisplatina, as tropas brasileiras que lá ainda permaneciam, principalmente em Montevideu e na Colônia do Sacramento, foram retiradas da Banda Oriental. A Colônia foi entregue em 3 de dezembro de 1828 e Montevideu, em 3 de abril de 1829.

Os corpos de tropa de primeira linha que se encontravam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram, em sua maioria, deslocados para as localidades do Império de onde tinham provindo. Os corpos de milícias foram licenciados.

Em junho de 1828, ocorreu no Rio de Janeiro a revolta dos corpos de tropa estrangeiros, afetando o 2º e o 3º Batalhões de Granadeiros. Dominada a sublevação, o 2º Batalhão de Granadeiros foi enviado para Pernambuco e o 3º Batalhão de Granadeiros, extinto. Dos dois corpos de tropa estrangeira remanescentes no Rio de

Janeiro, o esquelético e efêmero Batalhão de Fuzileiros Lá permaneceu e o 28º Batalhão de Caçadores foi transferido para a Província de São Pedro, partindo do Rio em 20 de agosto de 1828, passando por Santa Catarina e afinal chegando a Santa Maria da Boca do Monte, onde permaneceu da primeira quinzena de 1829 até por volta de outubro de 1830, quando retornou a Porto Alegre para ser dissolvido em janeiro ou fevereiro de 1831. Deste corpo de tropa ainda se tratará no presente trabalho.

Consumada a abdicação de Dom Pedro I em 7 de abril de 1831 e instaurada a Regência que governaria o Império durante a menoridade de Dom Pedro II, adveio em maio de 1831 uma nova organização para o Exército.

De acordo com o novo padrão, passaram a existir, na primeira linha, 16 batalhões de caçadores, 4 regimentos de cavalaria, um corpo de artilharia a cavalo, 5 corpos de artilharia de posição e uma legião, totalizando teoricamente 14.320 homens. A Província de São Pedro foi contemplada com os seguintes corpos de tropa: o 8º Batalhão de Caçadores, antigo 9º Batalhão de Caçadores; os 2º, 3º e 4º Regimentos de Cavalaria e o Corpo de Artilharia a Cavalo. O real poderio militar dessa guarnição provincial era pouco expressivo. Augusto **Tasso Fragoso, em “A Revolução Farroupilha,” p. 51**, evocando os primórdios da epopéia farrapa, transcreve **Alfredo Varela (“Revoluções Cisplatinas”, 2º volume, p. 694)**:

**“A força que existia na Província, no momento de estalar a Revolução, era esta: em São Borja estacionava o 8º, muito desfalcado de gente; no Rio Pardo, o corpo de artilharia, com umas 80 praças; em Bagé, o 2º regimento de cavalaria, com pouco mais de 100; em São Gabriel, o 3º, com um pouco mais que o anterior; em Jaguarão, o 4º, sobre cujo pessoal nos faltam dados, certo sendo, entretanto, que esse era muito diminuto.”**

Outra novidade da Regência foi a criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831, concomitantemente com a extinção dos corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças.

A experiência do Primeiro Império convenceu a elite política brasileira da necessidade de contrapor ao Exército uma força armada civil merecedora de maior confiança institucional. Convenceu, igualmente, da ineficiência de muitos dos corpos de tropa milicianos e da precariedade das guardas municipais permanentes, voltadas para o serviço de polícia. Portanto, julgou-se conveniente e oportuna a instituição do modelo de força pública adotado pelos revolucionários franceses em 1789 e posteriormente imitado nos Estados Unidos da América. A versão brasileira previa que a Guarda Nacional tivesse como finalidade defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; manter a obediência e a tranquilidade pública; e auxiliar o exército de primeira linha na defesa das fronteiras e das costas. Os guardas nacionais eram organizados por municípios e formavam por legiões compostas de batalhões, seções de batalhão, companhias e seções de companhia de infantaria, bem como de regimentos, esquadrões, companhias e seções de companhia de cavalaria; previa-se, ainda, a possibilidade de serem criadas companhias, batalhões ou corpos de artilharia.

Há quem critique negativamente a atuação da Guarda Nacional, descrevendo-a como um arremedo ridículo e inútil de força militar. Esse juízo poderia comportar cabimentos pontuais mas não se justifica se considerada a média das atitudes, ao menos na Província de São Pedro. É inegável que a mencionada instituição, por sua natureza e regime essencialmente civis, prestava-se ao jogo político e escapava do estrito controle militar, salvo quando convocada para o serviço auxiliar do exército. Não obstante, cabe assinalar que, antes de pacificada pelas proclamações de Manoel Lucas de Oliveira e David Canabarro, de 28 de fevereiro de 1845, e do Barão de Caxias, de 1º de março de 1845, antes mesmo da criação do Corpo Policial em 1837, a Província compreendia quatorze municípios, dos quais apenas dois contavam com guarda municipal permanente: Porto Alegre e Rio Grande. Nos demais municípios, ou não havia policiamento regular, ou este era feito por guardas nacionais convocados.

Em que pesem os atrativos do tema, não se pretende aprofundar comentários acerca da evolução da Guarda Nacional ao longo do Império e da Primeira República porque ultrapassariam de longe o âmbito desta exposição. Mas não é demasiado ressaltar que foram incontestáveis os bons serviços prestados pela cavalaria da Guarda Nacional rio-grandense nas campanhas do Prata, especialmente no curso dos mais de cinco anos de duração da Guerra do Paraguai.

Justificada, por conseguinte, foi a criação da Guarda Nacional no momento histórico em que teve lugar.

## **EPÍLOGO**

Costuma-se homenagear os soldados mortos na guerra, conhecidos ou desconhecidos, com bronzes, mármores, flores e fitas.

Acertado e justo, esse tributo convive com outro, tão ou mais significativo, que é a perpetuação dos caídos na memória dos contemporâneos e dos pósteros, através de evocações que o tempo pode esfumar mas raramente apaga de todo.

Um soldado somente se torna verdadeiramente desconhecido quando plena e totalmente esquecido.

Como expoentes de todos os oficiais e praças que tombaram na Guerra da Província Cisplatina, escolhi quatro nomes para que fossem honrados como representantes de todos os outros. Três dos seus portadores caíram na Batalha do Passo do Rosário, constituindo-se nos poucos oficiais de posto superior a capitão perdidos pelo exército imperial. O quarto, um obscuro subalterno, foi morto na margem direita do rio Ibicuí, em combate desigual, defendendo heroicamente o solo missioneiro.

O Marechal-de-Campo José de Abreu, Barão do Cerro Largo, cognominado O Anjo da Vitória por seus feitos na Guerra de Artigas, foi mortalmente ferido no campo da Batalha do Passo do Rosário. A propósito desse acontecimento, registrem-se três depoimentos.

Primeiro, o de João Crisóstomo Calado, **em Augusto Tasso Fragoso, “A Batalha do Passo do Rosário”, p. 41**<sup>7</sup>:

**“Atacam 3 esquadrões inimigos** a força do Sr. Marechal Abreu (...); desgraçadamente, a gente do Sr. Abreu não recebe a carga do inimigo, retira-se, abandona a peça de artilharia, atropela o 5º Regimento de Cavalaria, que se achava em coluna, e cai uma força desordenada sobre o meu quadrado. Grito ao Sr. Marechal Abreu que contenha, mas não sou ouvido, nem atendido, talvez porque S. Exa. já vinha ferido; o meu cavalo cai morto, e eu grito, de pé, com furor, ao quadrado que faça fogo para não ser roto (...).”

Segundo, o de Antônio Adolfo Frederico de Seweloh em **“Reminiscências da Campanha de 1827”**, data de fevereiro, 20, 1827 (terça-feira):

**“O Marechal Abreu estava caído ali** perto e parecendo-me que não estava morto, fui buscar para ele o médico do 3º B.C., o qual, além de Mr. Scott, do 27º, era o único que havia **no campo de batalha.**”

Terceiro, o de Francisco José de Souza Soares de Andréa, em Augusto Tasso Fragoso, **“A Batalha do Passo do Rosário”, p. 413**:

**“Estando já por algum** tempo afastado do quartel-general, desci a colina para o lado em que os caçadores da 1ª Divisão estavam em proteção da nossa cavalaria, e encontrando-me com o Sr. Marechal Brown, que vinha da direita, e não me dando notícia do Sr. General-em-Chefe, tomei à esquerda e me uni a S. Exa. Pela mesma ocasião em que o Sr. Marechal Barão do Cerro **Largo acabou de morrer.**”

É possível que Abreu, ao tentar deter a debandada dos paisanos voluntários que convocara e conduzia, quando atacados de flanco pelos orientais de Lavalleja, tenha sido ferido pelo inimigo; se isso não ocorreu, certamente foi atingido pela fuzilaria dos caçadores da 2ª Brigada de Infantaria, sobre a qual, formada em quadrado, precipitaram-se os fugitivos já misturados com seus perseguidores.

O Major Bento José Galamba, supostamente fiscal do 4º Batalhão de Caçadores, tombou no mesmo recontro, em circunstâncias não detalhadas.

O Major João Severino de Abreu, comandante do 24º Regimento de Cavalaria de Milícias, caiu ainda na mesma refrega quando seus comandados, guaranis das Missões Orientais, foram acometidos de revés pelos orientais de Julián Laguna e completamente destroçados, indo os remanescentes engrossar a horda que, na retaguarda, saqueava o comboio do exército imperial.

O Tenente Mariano Pinto de Oliveira sacrificou-se quando da investida de Rivera contra as Missões Orientais do Uruguai, em 1828. Vejam-se duas versões para o fato.

Nos dizeres de Alberto Palomeque, **“Guerra de la Argentina y el Brasil”, “El General Rivera y la Campana de Misiones” (1828)**, p. 71, aqui traduzidos do castelhano para o português:

**“Rivera chegou** no Ibicuí em 21 de abril, no mesmo dia em que Balcarce intimava a Oribe suspender toda a perseguição e retirar-se para o assédio de Montevideú. Chegou, **como dizia, em meio ao ‘entusiasmo e decidido ardor de meus bravos soldados’. No lado** oposto do Ibicuí havia uma força brasileira. Os **orientais se lançaram no rio ‘muito cheio’, comandados pelo ‘benemérito e valente Capitão Caballero’. Eram 80** homens que **passavam ‘a nado com somente os sabres na cintura e as pistolas atadas na cabeça’. Os atacantes** mataram o chefe inimigo e 19 homens, fazendo 23 prisioneiros. Logo passou a tropa restante, cuja operação terminou no dia 22 à tarde, **‘marchando em seguida em três divisões, por diferentes direções’.**”

Nas palavras de Aurélio Porto, **“História das Missões Orientais do Uruguai”,** segunda parte, p. 387:

**“Acosado por Oribe, Rivera** penetra no território rio-grandense. No dia 2 de abril, o alferes José Silveira, que percorria a campanha com 24 praças milicianas do 24º, encontrando com as avançadas do invasor, a elas se incorpora com todos os seus soldados. A 21 chega ao passo do Ibicuí, guardado por Mariano Pinto de Oliveira com 40 homens, do 24º. Um emissário de Rivera, falando português, apresentou-se ali como amigo, solicitando facilidades na passagem. Deu resultado o ardid. Mas, descoberto o embuste do traidor, mesmo compreendendo que seria aniquilado pela superioridade numérica do inimigo, valorosamente, Mariano Pinto, à frente de poucos companheiros, resiste ao choque dos invasores até cair morto, com mais seis milicianos. Foi este o único gesto **de protesto.**”

Como celebração tácita e diuturna desse episódio, ocorrido há cento e oitenta e seis anos, o passo até hoje é conhecido como Passo do Mariano Pinto. Haveria homenagem mais significativa do que essa para glorificar um herói?

Voltando ao 28º Batalhão de Caçadores, será ele reencontrado na capela curada de Santa Maria da Boca do Monte, então quarto distrito do Município de Cachoeira, tendo chegado um tanto tardiamente para repelir a invasão das Missões Orientais.

No Rio de Janeiro, este corpo de tropa formado por estrangeiros, notadamente alemães, era conhecido como Batalhão do Diabo, pela conduta turbulenta que caracterizava os soldados que o compunham. No entanto, em Santa Maria sua presença foi benéfica, mostrando que a guerra, felizmente, não causa somente morte e destruição.

Como primeiro benefício, cite-se a presença de dois cirurgiões clinicando no povoado, o Cirurgião-Mor Jeremias Birne, que pouco permaneceu, e o Cirurgião Frederico Cristiano Manuel Kuffender, que se radicou no lugar e veio a falecer em 1835.

Como segundo benefício, pelo menos seis militares casaram-se na povoação entre 18 de janeiro de 1829 e 6 de junho de 1832: Felipe Valmarath com Leonor Delly, João Sater com Joana Dias do Nascimento, Valentim Freyler com Emerenciana Pedroso dos Santos, João Appel com Ana Maria de Oliveira, João Leopoldo Bilo com Maria Gomes da Cunha e José Seydler com Estela Maria Cabral. Além destes, também Boaventura Dauzacker, com Maria do Espírito Santo. O casal Valmarath mais tarde retirou-se, mas os demais vieram a constituir a gênese da contribuição alemã para a diversidade étnica local. Aliás, Frayler, Sater e Dauzacker eram pedreiros e, juntamente com Bilo, carpinteiro, foram os construtores das primeiras casas de alvenaria apresentáveis do lugarejo.

E, como terceiro benefício, a divulgação do povoado pelos alemães do 28º Batalhão de Caçadores entre os seus compatriotas da região colonial de São Leopoldo, talvez também de outras regiões, provocou significativo fluxo imigratório para a localidade.

Por isso, é indiscutível a importância da permanência do aludido corpo de tropa em Santa Maria, ainda que de duração não muito longa, de menos de dois anos.

Encerro a palestra com um apelo veemente.

Devemos preservar por todos os meios e a todo custo a memória dos que sacrificaram sua vida na guerra para que nós viéssemos a ter o Rio Grande do Sul de hoje. Recusar-se a fazê-lo ou não se empenhar para resgatá-los do olvido, se já esquecidos, é mais do que mera desatenção, é pura e simples imoralidade.

## O MARECHAL DE CAMPO JOSÉ DE ABREU E O CONFLITO CISPLATINO DE 1825 A 1828

O desembarque de Juan Antonio Lavalleja y de la Torre e seus companheiros na praia de Agraciada ou nas suas proximidades, à margem esquerda do rio Uruguai, vindos da margem direita do rio da Prata, mais precisamente das cercanias da cidade de Buenos Aires, em 19 de abril de 1825, desencadeou o conflito conhecido como Guerra da Cisplatina.

Na verdade, a guerra propriamente dita somente teve início em 10 de dezembro de 1825, data em que o Império do Brasil a declarou formalmente às Províncias Unidas do Rio da Prata, e findou com a ratificação, pelo Brasil em 30 de agosto e pelas Províncias Unidas em 29 de setembro, da Convenção Preliminar de Paz celebrada em 27 de agosto de 1828.

Entre abril e dezembro de 1825, o exército e a marinha imperiais esforçaram-se em vão para debelar a insurreição chefiada por Lavalleja. Não fossem as peculiaridades da Cisplatina em contraste com as demais províncias no concerto do Império, essa revolta bem poderia ser considerada comoção intestina ou guerra civil. Entretanto, pelos seus aspetos particulares, revestiu-se indubitavelmente das reais características de uma revolução libertadora.

A conflagração estendeu-se pelos territórios das duas províncias meridionais do Império, a do Rio Grande do Sul e a Cisplatina, ambas localizadas à margem esquerda do rio Uruguai e, portanto, na costa oriental desse **curso d'água. Todavia**, importa salientar que, ao longo do tempo, firmou-se o costume de denominar Banda Oriental do Uruguai apenas a parte sul da referida margem, a partir da embocadura do rio Quaraí (1). Assim sendo, a Banda Oriental, em sentido amplo, compreenderia as Províncias do Rio Grande do Sul e Cisplatina. Em sentido estrito, apenas esta última.

Quando do início da sublevação, era presidente da Província do Rio Grande do Sul José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, e comandante ou governador das armas o Marechal de Campo José de Abreu. Advirta-se de imediato que, relativamente ao efetivo comando militar, as atribuições e as responsabilidades dos dois cargos em geral não se tinham como suficientemente discriminadas em face do exercício das respectivas funções, o que poderia abrir caminho para conflitos de autoridade. No caso específico a ser considerado, essa colisão de poderes efetivamente veio a ocorrer, como adiante se verá.

Guarneciam a Província do Rio Grande do Sul quatro corpos de tropa de primeira linha: o 9º Batalhão de Caçadores, em Porto Alegre; os 4º e 5º Regimentos de Cavalaria, em Serrito e Rio Pardo, respectivamente; e o 3º Corpo de Artilharia Montada, também em Porto Alegre. Acrescentavam-se a eles sete corpos de tropa de segunda linha ou de milícias: o 20º Corpo de Cavalaria e o 46º Batalhão de Caçadores, em Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, São Francisco de Paula (Pelotas) e Santo Antônio da Patrulha; o 21º Corpo de Cavalaria, em Rio Grande; o 22º, em Rio Prado;

o 23º, em Alegrete; o 24º e o 25º, em São Borja. Além destes, mais dois corpos de cavalaria miliciano poderiam ser incluídos no elenco: o 39º, de Cerro Largo, e o 40º, do Lunarejo; essas localidades situavam-se na Província Cisplatina mas tinham expressiva população brasileira.

José de Abreu, ou José dos Santos Abreu, nasceu em terras hoje uruguaias, em São Carlos de Maldonado, em 1771. Seu pai, João de Abreu, chegara ao Rio Grande do Sul em 1752, acompanhando Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, e se estabeleceu em Povo Novo, nas vizinhanças de Rio Grande, onde lhe fora concedida uma data de terras. Em 1763, quando da ocupação do povoado pelos espanhóis de Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón, João de Abreu teria sido compelido a emigrar para Maldonado (2), lá permanecendo por dezessete anos. Em 1784, José de Abreu, com treze anos de idade, começou sua carreira militar ao sentar praça na Companhia de Infantaria e Artilharia, nela servindo por dez anos. Em 1794 foi promovido a cabo, tornando-se porta-estandarte em 1798, alferes em 1802, tenente em 1808 e capitão em 1811. Participou das campanhas de 1801, que resultou na incorporação das Missões Orientais ao Continente do Rio Grande de São Pedro, e 1811, conseqüente à ação pacificadora de Dom Diogo Martim Afonso de Souza Teles de Menezes, futuro Conde de Rio Pardo, na Banda Oriental. Em 1814, nas Missões, foi contemplado com promoção a tenente-coronel de milícias. Teve atuação destacada na campanha de 1816 contra as forças de José Gervasio Artigas y Arnal, que lhe valeu o cognome de Anjo da Vitória e a rápida ascensão a coronel do exército de primeira linha em 1817, a brigadeiro em 1819 e a marechal-de-campo graduado em 1820, sendo efetivado neste posto em 1824 (3).

A participação de Abreu na conflagração cisplatina operou-se em dois momentos distintos. O primeiro, de maio a dezembro de 1825, e o segundo em fevereiro de 1827.

Em maio de 1825, ao tomar conhecimento dos primeiros sucessos dos insurretos orientais, Abreu deslocou-se de Porto Alegre para a fronteira a fim de organizar a respectiva cobertura contra incursões inimigas, reunindo a força militar disponível na emergência. Constituíam-se ela, essencialmente, de alguns corpos da milícia provincial sul-rio-grandense. Depois de concentrar parte do contingente na margem direita do rio Santa Maria, com apoio em São Gabriel, Abreu cruzou esse curso d'água no passo do Rosário e dirigiu-se para Alegrete, onde estabeleceu seu quartel-general e agregou novos elementos. Em seguida, sem ouvir a opinião contrária do presidente da Província nem aguardar a incorporação de reforços esperados, Abreu decidiu passar à ofensiva (4).

Em 28 de maio, pôs-se em marcha buscando costear o rio Arapeí (que teria atravessado no passo de Chagas), despontar os rios Daiman e Queguaí e transpor o rio Negro, todos afluentes do rio Uruguai pela sua margem esquerda (5). Antes de chegar ao rio Negro, Abreu recebeu a incorporação da força sob o comando do brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, a qual fora destacada para o lado de Salto pelo Tenente-General Carlos Frederico Lecor, primeiramente Barão e depois Visconde de Laguna, que presidia a Província Cisplatina e nela exercia o comando militar geral (6). Abreu reuniu ambas as forças e com elas formou uma divisão de

cavalaria, composta de duas brigadas, comandadas uma por Barreto e outra pelo Coronel Bento Manoel Ribeiro. Consta que Abreu chefiava, originariamente, de 1.000 a 1.200 homens, e Barreto, 800, uns 2.000 ao todo; esse total afigura-se exagerado; é plausível que o efetivo das forças reunidas não ultrapassasse 1.200 homens no total. A divisão passou o rio Negro não em Quinteros, como inicialmente previsto, mas em Palmar, nos dias 5 e 6 de julho, ali acampando até o dia 14 de julho.

Abreu, preocupado com a exposição de seu flanco esquerdo à força inimiga de José Fructuoso Rivera y Toscana, procurou dar-lhe combate e, não o conseguindo, terminou por ocupar a localidade de Mercedes, na margem esquerda do Rio Negro, defrontando, na margem oposta, com o Rincão de Haedo, ou das Galinhas. Nesse rincão Abreu deixou seu gado e sua cavalaria, guardada por um contingente de 50 a 150 homens.

Por essa época, estima-se que Lavalleja e Rivera, cada um com cerca de 1.000 homens, estacionassem, o primeiro, na barra do rio Santa Luzia Chico e o segundo, em Durazno. Além de suas forças, as de Quirós e Manuel Ceferino Oribe y Viana, com 300 homens cada uma, assediavam Colônia e Montevideu, respectivamente.

Ao saber da marcha de Abreu, Lavalleja enviou contra ele Rivera com 500 homens. Antes da chegada de Abreu a Mercedes, Rivera atacou essa praça em 22 de agosto, sendo repellido pela pequena guarnição de 70 homens comandada pelo Tenente-Coronel Francisco de Paula de Avelar Cabrera, que a defendia juntamente com **a canhoneira “Dom Sebastião”**, da flotilha do rio Uruguai, cujo chefe era o Capitão-de-Fragata Jacinto Roque Sena Pereira. Tiroteios ainda ocorreram em 23, 27 e 28 de agosto porque Mercedes ficou sob a vista de uma força de observação, sob as ordens de Felipe Caballero.

Abreu, sabendo que Rivera recebera de Lavalleja ordem de juntar-se à força que cercava Colônia, em 2 de setembro resolveu enfrentá-lo. Para impedir a junção projetada, Abreu destacou Bento Manoel. Este, à frente de 800 homens, dispersou a hoste adversária no combate de Coxilha de Arbolito ou do Arroio de Aquila, em 4 de setembro, frustrando assim o plano inimigo.

Depois dessa vitória, Abreu, cumprindo requisição de Lecor, enviou a coluna de Bento Manoel para Montevideu. Esse destacamento compreendia esquadrões dos 3º, 4º e 5º Regimentos de Cavalaria de Primeira Linha, bem como os 22º, 23º e 40º Regimentos de Cavalaria de Segunda Linha, além de outros contingentes. Em consequência dessa providência, as forças de Abreu ficaram reduzidas ao magro efetivo de uns 400 homens, insuficientes para uma iniciativa ofensiva com perspectivas de bom êxito.

Dessa situação aproveitou-se Lavalleja, que reforçou a força de Rivera com outra de Andrés Latorre e ordenou-lhes arrebanhar o gado e a cavalaria encerrados no rincão de Haedo.

Enquanto Latorre distraía Abreu diante de Mercedes, Rivera cumpriu exitosamente o objetivo da missão em 24 de setembro, desbaratando com seus 250 a 400 homens a pequena guarda brasileira do mencionado rincão. Ocupado com reunir os animais apresados, dentre eles uns 6.000 a 9.000 cavalos, Rivera soube da aproximação de dois corpos de cavalaria miliciana sul-rio-grandense que, deixados para trás por Abreu, vinham das Missões reunir-se à tropa de Mercedes, pela fronteira de Santana do Livramento e com passagem por Paissandu. Eram o 25º Regimento de Cavalaria, com 230 homens, e o 24º Regimento de Cavalaria, com 190 homens, comandados respectivamente pelos Tenentes-Coronéis Jerônimo Gomes Jardim e José Luís Mena Barreto, que marchavam separados por cerca de meia légua. Rivera os acometeu no dia 25 de setembro e os destroçou sucessivamente. José Luís pereceu no combate. Jerônimo reuniu 300 dispersos e os retirou para além do rio Arapeí.

A essa primeira grande vitória seguiu-se uma segunda, decisiva para a afirmação política e militar dos orientais sublevados: Sarandi, em 12 de outubro.

Bento Manoel chegou a Montevideu em fins de setembro e foi fracamente reforçado por Lecor (7).

Em 1º de outubro, partiu para Minas a fim de juntar-se com a força de Bento Gonçalves, que vinha da fronteira de Jaguarão ao seu encontro. Propunha-se a destruir a força de Lavalleja antes que a esta pudesse reunir-se a de Rivera (8). Bento Manoel juntou-se com Bento Gonçalves mas não pôde obstar a junção das forças inimigas.

Apesar da inferioridade numérica, Bento Manoel resolveu enfrentar Lavalleja, certo da vitória pela confiança em seu mando e nos seus comandados (9). O encontro dos adversários deu-se em 12 de outubro, nas cabeceiras do arroio Sarandi, afluente do rio Negro mediante as águas do arroio Castro e do rio Yi. Foi um típico combate de cavalaria ao estilo platino.

Bento Manoel postou Bento Gonçalves à direita, com o 39º Regimento de Cavalaria de Segunda Linha como núcleo, uns 450 homens ao todo; ao centro, Joaquim Antônio de Alencastre, essencialmente com os elementos dos 3º, 4º e 5º Regimentos de Cavalaria de Primeira Linha, cerca de 800 homens; e à esquerda, ele próprio à testa, principalmente, dos milicianos que trouxera de Mercedes, ou seja, dos 22º, 23º e 40º Regimentos de Cavalaria de Segunda Linha, por volta de 300 homens. Seu dispositivo era simples, sem previsão de reserva.

Lavalleja contrapôs a Bento Gonçalves, Anacleto Medina na primeira linha, com 100 homens, e Rivera na segunda, com 800 homens; a Alencastre, Manoel Ceferino Oribe y Viana na primeira linha, com 400 homens, e Leonardo Oliveira na segunda, também com 400 homens, fração esta que também funcionava como reserva geral; e a Bento Manoel, 100 infantess e um canhão na primeira linha, e Pablo Zufriátegui na segunda, com 600 homens. Em síntese, uns 1.550 de Bento Manoel, na

sua maioria br**asileiros ou “portugueses”**, como eram depreciativamente chamados pelos contrários, contra 2.400 insurgentes de Lavalleja.

Os orientais iniciaram a peleja carregando em toda a frente de batalha. Enquanto as alas brasileiras eram ultrapassadas e superadas pelos atacantes, o centro resistiu e, embora contra-atacasse repelindo Oribe, não conseguiu vencer Leonardo Oliveira, vendo-se a seguir cercado por Medina, Rivera e Zufriátegui. O resultado foi a dispersão das forças de Bento Gonçalves e Bento Manoel, com o envolvimento da força de Alencastre.

Afinal, Bento Manoel reuniu uns 550 homens dispersos e com eles retirou-se para Santana do Livramento; outros 200 debandados conseguiram refugiar-se em Montevideú. As perdas dos vencidos somaram uns 250 mortos e 550 prisioneiros, dentre estes uns 130 feridos; os vencedores tiveram somente 35 mortos e 90 feridos (10).

Sarandi foi a pior derrota jamais sofrida por um exército brasileiro se apreciada em razão de suas conseqüências políticas.

Os efeitos do fracasso das armas imperiais foram vários e da maior gravidade. Fortaleceu-se a consciência e o sentimento de nacionalidade da população oriental, bem como se elevou ao máximo o moral dos combatentes vencedores. Afora as praças de Montevideú e Colônia, a fortaleza de Santa Teresa e o forte de São Miguel, a Banda Oriental ficou praticamente livre da presença de forças brasileiras. Abreu, que depois do combate do rincão de Haedo, ficara privado de suficiente provisão de carne e da indispensável remonta de sua tropa, por isso deixando Mercedes e começando a retrair-se ao longo da linha do rio Uruguai, após Sarandi acelerou sua retirada para a Província do Rio Grande do Sul, abandonando Paissandu e Salto e por fim vindo postar-se atrás do rio Arapeí. A praça de Mercedes, por obra da capitulação do Coronel Pedro Norberto Fuentes, que Abreu deixara a comandá-la, também passou às mãos dos orientais. E o Congresso Geral Constituinte de Buenos Aires, em 25 de outubro, declarou a Banda Oriental reintegrada nas Províncias Unidas do Rio Prata, desencadeando a crise que ensejou a guerra com o Brasil, o malogro do Passo do Rosário ou Ituzaingo e, ao fim e ao cabo, a perda da Província Cisplatina pelo Império.

Como visto acima, Bento Manoel, derrotado fragorosamente em Sarandi, retirou-se para Santana do Livramento com uns 550 homens, parte dos quais se dirigiram para Jaguarão sob as ordens do Coronel Bento Gonçalves da Silva.

Com a partida de Abreu, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, alarmado pelo desamparo da fronteira com a Província Cisplatina, entre 3 e 6 de novembro criara dois setores de vigilância: o primeiro, do Oceano Atlântico até Bagé, sob o comando do Marechal-de-Campo Bento Correia da Câmara, e o segundo, de Bagé ao rio Uruguai, comandado por Barreto.

Abreu, ao retornar, foi agraciado em 12 de outubro com o título de Barão do Cerro Largo e, em 13 de novembro, já se achava estabelecido em São Gabriel, tendo reassumido o governo ou o comando das armas.

Propondo-se a montar uma cobertura defensiva nas fronteiras da Província do Rio Grande do Sul com a província platina de Corrientes e com a Cisplatina, Abreu pôs em prática o seguinte dispositivo: o Coronel Palmeiro, com 400 homens, na barra do rio Ibicuí; e Bento Manoel e o Coronel Joaquim José da Silva, com 800 homens, junto ao rio Quarai, com patrulhas lançadas até o rio Arapeí.

No entanto, Abreu foi demitido em 1º de dezembro de 1825, talvez em razão do fracasso da incursão na Banda Oriental, com o desastre do Rincão de Haedo, e da desavença com o presidente da Província do Rio Grande do Sul. Não se pode responsabilizá-lo pela catástrofe de Sarandi, conquanto possivelmente pudesse evitar a reunião de Rivera com Lavalleja se dispusesse de cavalaria suficiente. Foi substituído pelo Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado.

Encerra-se nesse momento histórico a primeira participação de Abreu nas hostilidades. Sua segunda participação ocorreria passados uns quatorze meses.

Nomeado em 2 de outubro de 1826, o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, Visconde de Barbacena, em 2 de janeiro de 1827, assumiu o comando do Exército do Sul, nucleado no Acampamento da Imperial Carolina, em Santana do Livramento.

Antes de 20 de novembro de 1826, Barbacena encontrara-se com Abreu, que lhe teria ofertado a reunião de 1.500 a 2.000 homens para servirem sob seu comando como vanguardeiros do Exército do Sul. Em 12 de fevereiro de 1827, Barbacena, depois de transpor o rio Camaquã-Chico, teve notícia da aproximação de Abreu. Efetivamente, no dia 13 de fevereiro, Abreu juntou-se a Barbacena como prometido, porém à testa de somente 243 homens.

No dia 15 de fevereiro, o contingente de Abreu foi somado a outros paisanos e desertores perdoados que se vinham apresentando para formar um corpo de voluntários composto de 11 companhias de 50 homens cada uma, comandadas por oficiais milicianos. A esse corpo foi ordenado fizesse a vanguarda do Exército do Sul, juntamente com a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, de Bento Gonçalves, ambas as formações sob a chefia de Abreu. Por conseguinte, precedendo a coluna de Barbacena, Abreu passou o rio Vacacá-Grande no dia 16 de fevereiro, entrou em São Gabriel no dia 17, trocou tiros com os adversários nos campos próximos do arroio do Salso e do banhado do Inhatium no dia 18 e, no dia 19, continuou em contato com a retaguarda inimiga.

Sobreveio o dia 20 de fevereiro, no qual se feriu a batalha do Passo do Rosário. Abreu, à frente do seu corpo de voluntários, uns 550 homens, foi separado de Bento Gonçalves, que se deslocou para o flanco direito do dispositivo brasileiro, e colocado no flanco esquerdo, em posição um tanto avançada, com um canhão de reforço (11).

Defronte a ele postou-se a ala direita inimiga, constituída pelo 1º Corpo (Lavallega), privado da Divisão de Cavalaria Laguna mas reforçado pela Divisão de Cavalaria Zufriátegui, do 2º Corpo (Carlos Maria de Alvear y Balastro), uns 2.450 homens ao todo. À direita de Abreu colocou-se a 2ª Divisão do Exército do Sul, comandada pelo Brigadeiro João Crisóstomo Calado e composta da 4ª Brigada de Cavalaria (à esquerda), da 2ª Brigada de Infantaria (no centro) e da 3ª Brigada de Cavalaria (à direita).

Lavallega mandou que três de seus corpos carregassem contra os voluntários de Abreu. Esses corpos teriam sido o Regimento nº 16 de Cavalaria de Linha (Coronel José de Olavarría), flanqueado à direita pelo Esquadrão de Couraceiros de Linha (Tenente-Coronel Anacleto Medina), à esquerda pelo Regimento de Dragões Libertadores (Coronel Ignacio Abdón Oribe y Viana) e apoiado pelo Regimento nº 8 de Cavalaria de Linha (Coronel Juan Zufriátegui). A carga destroçou o corpo de voluntários de Abreu, que se desfez em fuga desabalada, abandonando a peça de artilharia que lhe fora confiada. Mesclado com os atacantes que o acometiam, atropelou o 5º Regimento de Cavalaria, que com o 3º da mesma arma constituía a 4ª Brigada, e precipitou-se sobre a 2ª Brigada de Infantaria. Calado, em situação crítica, não hesitou: fez com que os infantas formassem quadrado, com canhões em dois de seus ângulos (um canhão em cada um deles), e atirassem contra a massa de cavaleiros que vinham sobre eles, fuzilando indistinta e inevitavelmente amigos e inimigos.

Há dúvida sobre as circunstâncias da morte de Abreu. A primeira parte de Barbacena e a parte do Tenente-Coronel Antônio Elisiário de Miranda e Brito, quartel-mestre geral do Exército do Sul, dizem que Abreu foi morto pelo fogo do quadrado da infantaria brasileira. A parte de Calado refere que Abreu já vinha ferido antes da descarga das armas do quadrado da infantaria. Todavia, Antônio Adolfo Frederico de Seweloh, capitão de engenheiros do estado-maior de Barbacena, em suas memórias diz ter encontrado Abreu caído no terreno após empreendida a retirada, pelo que foi buscar para ele socorro médico. Por conseguinte, Abreu, embora mortalmente ferido, não teria morrido instantaneamente. É indubitável, porém, que pereceu no campo de batalha, durante a refrega ou depois dela. Possivelmente tentasse refrear o desbarato de seus comandados e, não o conseguindo, fosse envolvido pela debandada. Contudo, afigura-se inadmissível, pelo seu passado militar destacado e impoluto, maculasse seus bordados de marechal de campo e seu título nobiliárquico com a desonra, dando as costas ao inimigo e procurando na fuga salvação indigna, covarde e inglória.

Desse modo acabaram-se os dias de José de Abreu. Soldado desde a adolescência, teve a honra de tombar no campo de batalha. Foi um herói? A resposta está no juízo daqueles que avaliaram, avaliam ou vierem a avaliar os feitos de sua vida. Como quer que seja, mestre na guerra de manobra e movimento, teve o destino de expirar em meio ao fragor de um duro entrevero de cavaleiros.

Nos dizeres de Machado de Oliveira **nas suas “Recordações Históricas”, citado por Tasso Fragoso em “A Batalha do Passo do Rosário”: “Assim terminou sua carreira militar um dos mais afamados guerreiros do sul, que unicamente por seus**

distintos feitos de armas ascendeu a um dos maiores postos do exército, e foi enobrecido com um título. Como que vaticinando o fim de sua existência, ele dizia aos seus amigos, que aplaudiam a sua reparação na campanha, que ia restituir à guerra o que só dela havia **recebido**”.

Palavras dignas de um soldado de valor, cuja memória por certo se perpetuará entre todos quantos reverenciam o sacrifício pelo bem da Pátria.

## NOTAS

(1) Pela Convenção entre o Cabildo de Montevidéu e Dom João VI, de 30 de janeiro de 1819, a delimitação entre a Província Oriental e a Capitania-Geral de São Pedro fazia-se, a sudoeste, pelo rio Arapeí. Mais tarde, através do Ato de Incorporação da Província Oriental ao Reino Unido de Portugal e Brasil, aprovado pelo Congresso Cisplatino Extraordinário de 31 de julho de 1821, passou a ser feita pelo rio Quarai. A integração da Província Cisplatina ao Império do Brasil, efetivada em 1824, não a modificou.

(2) Poderiam ser San Fernando de Maldonado ou San Carlos de Maldonado, localidades do atual Departamento de Maldonado, da República Oriental do Uruguai.

(3) A função de porta-estandarte, como a de porta-bandeira, após o Primeiro Império deixou de corresponder a um posto específico para ser desempenhada por cadetes ou alferes mais modernos. Alferes, na atualidade, equipara-se a segundo-tenente; tenente, a primeiro-tenente; brigadeiro, a general-de-brigada; e marechal-de-campo, a general-de-divisão.

(4) É de se supor que a força de Abreu compreendesse o 22º e o 23º Regimentos de Cavalaria. O reforço deveria compor-se dos 24º e 25º Regimentos de Cavalaria. Todos esses corpos eram de segunda linha.

(5) Abreu poderia ter marchado pela costa do Rio Uruguai mas teria de transpor os rios Daiman e Queguaí, possivelmente com enchente causada pelas chuvas do outono e do inverno. Diante disso, é de acreditar-se que percorreu a Coxilha de Haedo ou a Serra do Lunarejo, conjunto de elevações que se estende de noroeste para sudoeste, entre a margem esquerda do rio Uruguai e a margem direita do rio Negro, começando perto de Santana do Livramento e terminando nas proximidades de Paso de los Toros.

(6) Esta força, que teria partido de Santana do Livramento, constituir-se-ia dos 3º, 4º e 5º Regimentos de Cavalaria de primeira linha. O 40º Regimento de Cavalaria de segunda linha poderia também integrá-la, a menos que se tivesse incorporado à força de Abreu.

(7) Os reforços consistiram em infantes do 7º Batalhão de Caçadores de primeira linha, guaranis de infantaria e condutores de artilharia convertidos em cavaleiros, além de guerrilheiros uruguaios e portugueses rebaixados, uns 300 homens no total.

(8) Bento Gonçalves teria marchado ao encontro de Bento Manoel pela Coxilha Grande, conjunto de elevações que se estende de nordeste a sudeste, entre a margem esquerda do Rio Negro e o Oceano Atlântico, começando perto de Aceguá e terminando nos arredores de San Carlos.

(9) Conte-se que, antes da refrega, o Tenente-Coronel Bonifácio Isás Calderón, observando o inimigo juntamente com Bento Gonçalves, seu superior imediato, e Bento Manoel, comandante em chefe, propôs a retirada. Bento Manoel teria dito: - **“Estou acostumado a surrar esses gringos um contra quatro. Não seria agora que iria evitar a luta. Faço tanto caso deles que vou atacá-los em coluna de meio (esquadrão) e sem reservas”.** **Por sua vez, Lavalleja** teria ordenado aos seus: - **“Sable en mano y carabinas à la espalda!”.** **Essa ordem contrasta** com o costume luso-brasileiro de a cavalaria descarregar suas clavinas antes do combate à arma branca.

(10) Sarandi pode ser definido como um combate de envolvimento, conquanto se afigure impróprio compará-lo com a batalha de Canas, ferida em 216 A.C. entre os catargineses de Aníbal e os romanos de Caio Terêncio Varrão e Lúcio Paulo Emílio. Aníbal, inferiorizado na quantidade de combatentes (86.000 contra 50.000), planejou o recuo de seu centro simultaneamente à fixação das alas, as quais, num segundo momento, vieram a comprimir e por fim envolver o exército romano. Lavalleja atacou em toda sua frente e o envolvimento do centro brasileiro aconteceu em razão do seu avanço por ocasião do contra-ataque, do desfazimento das alas que o resguardavam, da falta de uma reserva à retaguarda e da ampla superioridade numérica (2.400 contra 1.550 combatentes ou 1.600 contra 750, se abstraídos os colocados nos centros e considerados apenas os dispostos nos flancos).

(11) Há referência ao fato de os voluntários de Abreu apresentarem-se ao Exército do Sul mal armados, porém otimamente montados. Consta, também, que não lhes foi proporcionada remonta antes de iniciar-se a batalha do Passo do Rosário. A imaturidade disciplinar, o cansaço das montarias, a deficiência do armamento e a inferioridade numérica em relação à força atacante talvez se mostrem suficientes para explicar seu mau desempenho quando do ataque inimigo.

## **AS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI E A GUERRA DA PROVÍNCIA CISPLATINA**

Se faz oportuno, prefacialmente, definir os contornos geográficos das Missões Orientais do Uruguai. Para os efeitos deste trabalho, compreendem eles não só o território missioneiro propriamente dito, ou seja, a área delimitada pelos rios Uruguai e Ibicuí, seu afluente pela margem esquerda, assim como pela Coxilha Grande e seu prolongamento até a foz do rio Peperi-Guaçu, afluente do rio Uruguai por sua margem direita, como também a região situada à margem esquerda do rio Ibicuí e conhecida como Entre-Rios porque compreendida entre os rios Uruguai e Ibicuí, o rio Quaraí, afluente do rio Uruguai pela margem esquerda e o rio Santa Maria, afluente do rio Ibicuí também pela margem esquerda.

As terras localizadas na margem esquerda do rio Uruguai, de noroeste a sudoeste, podem ser divididas em três regiões: Missões Orientais do Uruguai, Entre-Rios e Banda Oriental do Uruguai (1). Foram alvo de uma disputa secular entre as monarquias ibéricas. No último quartel do Século VIII, depois dos Tratados de Tordesilhas, Madrid e do Pardo, as áreas das Missões Orientais e de Entre-Rios situavam-se na fronteira do vice-reino espanhol do Rio da Prata, tal como prevista pelo Tratado Preliminar de Limites ou Tratado de Santo Ildefonso, firmado entre os reinos de Espanha e Portugal em 1º de outubro de 1777 (2). No entanto, passaram a pertencer ao Vice-Reino do Brasil, mais precisamente ao Continente do Rio Grande de São Pedro, governo militar subordinado à Repartição do Sul e à Capitania Geral do Rio de Janeiro, em virtude da conquista empreendida pelos portugueses em 1801, depois de assinado com a Espanha o Tratado de Badajoz (3).

As Missões Orientais, considerando-se o ciclo histórico relacionado com os padres jesuítas e os administradores leigos espanhóis e portugueses que os sucederam na região, foram povoadas em duas etapas. A primeira, das dezesseis reduções, estendeu-se de 1626 até cerca de 1640 e findou com o êxodo da população para a margem direita do rio Uruguai, causado pelas incursões das bandeiras paulistas, voltadas principalmente para o apresamento dos índios (4). A segunda, dos sete povos, iniciou-se em 1682, com o retorno dos missionários e dos índios à margem esquerda do rio Uruguai, e terminou em 1828 com um novo êxodo, desta vez promovido por José Frutuoso Rivera y Toscana ao conduzir os índios remanescentes para a Banda Oriental e fixá-los em Bela União, colônia situada nas proximidades da confluência do rio Uruguai com o rio Quaraí, à margem esquerda deste, cujo centro urbano era o povo de Santa Rosa do Quaraí (5).

O território de Entre-Rios, nessa época, servia para a exploração pecuária e, com exceção dos estabelecimentos e dos postos das enormes estâncias pelas quais se repartia, notadamente a de Japeju, não abrigava povoados com habitação permanente.

A guerra da Província Cisplatina, propriamente dita, somente teve início em 10 de dezembro de 1825, data em que o Império do Brasil a declarou formalmente às Províncias Unidas do Rio da Prata. Seu término veio a ocorrer com a ratificação, pelo Brasil em 30 de agosto e pelas Províncias Unidas em 28 de setembro, da Convenção

Preliminar de Paz celebrada em 27 de agosto de 1828; ou, mais precisamente, em 5 de outubro de 1828, com a troca dessas ratificações realizada na cidade de Montevideú.

Entretanto, a insurreição na Banda Oriental do Uruguai, com características de verdadeira revolução libertadora, já começara em 19 de abril de 1825 quando do desembarque de João Antônio Lavalleja y de la Torre e seus companheiros na praia de Agraciada ou nas suas proximidades, vindos através do rio da Prata das cercanias da cidade de Buenos Aires.

As Missões Orientais do Uruguai, em 1825, situavam-se no Município de Rio Pardo que, juntamente com os de Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e São João da Cachoeira, compunham a totalidade do quadro municipal da Província do Rio Grande do Sul. Os quatro primeiros foram criados em 1809 e o quinto, em 1819.

Na época em que principiou a sublevação oriental, a Província do Rio Grande do Sul era presidida por Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo. O comandante ou governador das armas era o Marechal-de-Campo José de Abreu, depois Barão do Cerro Largo. Era comandante militar e administrador geral das Missões Orientais do Uruguai o Tenente-Coronel João José Palmeiro, nomeado em 8 de março de 1823. A sede do comando militar e da administração geral das Missões era o povo de São Borja.

Nas Missões não parava tropa de primeira linha, apenas existiam corpos de segunda linha ou de milícias. Eram estes o 24º e o 25º Corpos de Cavalaria, de São Borja. Em Rio Pardo, sede municipal, aquartelava o 5º Regimento de Cavalaria de Primeira Linha e havia, também, o 22º Regimento de Cavalaria de Segunda Linha. Alegrete, na região de Entre-Rios, sediava o 23º Regimento de Cavalaria de Segunda Linha. O 5º Regimento era o histórico Regimento de Dragões do Rio Grande, também chamado Regimento de Dragões do Rio Pardo. Os 24º e 25º Regimentos eram os dois antigos regimentos de guaranis a cavalo, organizados a partir de maio de 1811 pelo Coronel Francisco das Chagas Santos por ordem do Capitão-Geral de São Pedro, Dom Diogo Martim Afonso de Souza Teles de Menezes, mais tarde Conde do Rio Pardo, para integrar seu Exército Pacificador da Banda Oriental (6).

Em maio de 1825, depois de conhecidos os primeiros sucessos dos rebeldes orientais, Abreu deslocou-se de Porto Alegre para a fronteira a fim de organizar a defesa da Província do Rio Grande do Sul contra incursões provenientes da Província Cisplatina. Após concentrar alguns corpos da milícia provincial na margem direita do rio Santa Maria, tendo São Gabriel como base, Abreu marchou para Alegrete onde agregou novos elementos e estabeleceu seu quartel-general. Julgando segura a margem direita do rio Quarai, Abreu decidiu abandonar a estratégia defensiva que anteriormente adotara e passar à ofensiva. Contrariando a opinião do Presidente Feliciano Pinheiro e sem aguardar a incorporação dos reforços esperados para aumentar seus efetivos, Abreu, em 28 de maio de 1825, se pôs em movimento a caminho da Província Cisplatina, que adentrou (7).

Com a partida de Abreu, o Presidente Feliciano Pinheiro, alarmado pelo desamparo da fronteira da província que presidia, principalmente depois das derrotas das forças brasileiras nos combates do Rincão de Haedo ou das Galinhas,

em 24 e 25 de setembro de 1825, e Sarandi, em 12 de outubro de 1825, resolveu, entre 3 e 6 de novembro de 1825, criar dois setores de vigilância. O primeiro estendia-se do Oceano Atlântico até Bagé e ficou sob o comando do Marechal-de-Campo Bento Correia da Câmara. O segundo, prolongando-se de Bagé ao rio Uruguai, foi posto sob as ordens do Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto.

Em paralelo com o descalabro militar, também a situação política evoluía negativamente para o Brasil.

Rivera, antigo chefe artiguista, brigadeiro do exército imperial desde 23 de maio de 1823 e comandante da campanha na Província Cisplatina, deixou-se aprisionar por Lavalleja e, em 29 de abril de 1825, aderiu à insurreição.

Atento aos acontecimentos que se vinham desenrolando na Banda Oriental do Uruguai, o governo da Província de Buenos Aires, tendo à frente Juan Gualberto Gregório de las Heras, em 13 de maio de 1825, criou um exército de observação entregue ao comando de Martín Rodríguez, cuja organização se fez na Província de Entre-Rios, no lugar chamado Arroyo del Molino, junto à margem direita do rio Uruguai (8).

A expansão do movimento levou os orientais rebelados a instalar, a 14 de junho de 1825, em La Florida, um governo provisório que confirmou Lavalleja como general-em-chefe do Exército Libertador. Ciente do auxílio recebido de Buenos Aires pelos insurgentes e tendo em vista o quadro político que se vinha desenhando, o Império entendeu oportuna uma demonstração naval diante desse porto, levada a efeito em 5 de julho de 1825 pelo Vice-Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, comandante da esquadra imperial no rio da Prata.

Em 25 de agosto de 1825, uma assembléia dos representantes dos departamentos uruguaios decidiu anular os atos de incorporação da Banda Oriental a Portugal e ao Brasil, bem como uni-la, sob a denominação de Província Oriental, às demais Províncias Unidas do Rio da Prata. A união foi aceita em 25 de outubro de 1825 pelo Congresso Geral Constituinte de Buenos Aires, que dessa decisão notificou, em Montevideu, o Tenente-General Carlos Frederico Lecor, primeiramente Barão e depois Visconde de Laguna, presidente e comandante ou governador-das-armas da Província Cisplatina, em 4 de novembro de 1825.

Seguiram-se a ruptura de relações diplomáticas, por iniciativa portenha, e a declaração de guerra do Império às Províncias Unidas, mediante nota datada de 10 de dezembro de 1825. O repto foi aceito pelo governo portenho, através da proclamação datada de 3 de janeiro de 1826.

Retornando à Província do Rio Grande do Sul (9) e estabelecendo-se em São Gabriel, Abreu, já agraciado com o título de Barão do Cerro Largo, em 13 de novembro de 1825 (10), reassumiu o governo ou o comando das armas e se propôs a montar uma nova cobertura defensiva da fronteira sul-rio-grandense. A vigilância contemplava os limites com a Província Cisplatina, ameaçados de modo imediato, e também abrangia, por justificável cautela, a delimitação com a Província de Corrientes. O dispositivo que Abreu pôs em prática consistia na colocação do Tenente-Coronel Palmeiro, com 400 homens, na barra do rio Ibicuí, e dos Coronéis

Bento Manoel Ribeiro e Joaquim José da Silva, com 800 homens, junto à margem esquerda do rio Quarai, com patrulhas lançadas até o rio Arapeí (11).

Esse posicionamento defensivo não tardou em mostrar seu acerto. Em 10 de dezembro de 1825, Bento Manoel repeliu, junto à barra do arroio Ararungá, uma partida volante de reconhecimento oriental, chefiada por José Maria Raña, que fora destacada para vigiar a margem esquerda do rio Arapeí. Todavia, Abreu foi demitido em 1º de dezembro de 1825, sendo substituído pelo Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado, que assumiu seu comando em 3 de fevereiro de 1826 (12).

Rosado determinou a concentração do Exército do Sul em Santana do Livramento, no Acampamento da Imperial Carolina, e alterou o cordão defensivo implantado por Abreu, embora mantendo Bento Manoel, à testa de dois Regimentos de Cavalaria de Segunda Linha, os 22º e 23º, reunidos na 1º Brigada de Cavalaria Ligeira, junto ao arroio Catalan, afluente do rio Quarai (13).

Em março de 1826, dois eventos bélicos de pequenas proporções teriam afetado a tranquilidade da fronteira missioneira. Conforme registrou o historiador militar argentino Coronel Juan Amadeo de Baldrich, “tendo-se levantado uma companhia de indígenas nas Missões orientais, cometendo mil excessos, saiu contra eles o governador do território, Don Félix de Aguirre, à frente de uma centena de milicianos, os bateu e dispersou. Encontrando-se em Itaqui em 17 de março, Aguirre foi atacado por uns duzentos brasileiros e, não obstante não ter à mão nesse momento senão cinquenta lanceiros, carregou denodadamente sobre a coluna imperial, derrotou-a e arrojou os dispersos do outro lado do Uruguai, sem perder de sua parte mais do que quatro mortos e poucos feridos. Um dia depois do citado, o major José María Raña, comissionado pelo general Rodríguez para bater ou cercar, com cem homens bem montados, uma partida inimiga que pilhava em Belén, foi pressentido por esta que se retirou, não antes que uma de suas avançadas fosse destroçada por Raña na madrugada do dia 18.” (14).

Preparando o enfrentamento do exército das Províncias Unidas do Rio da Prata com o Exército do Sul, então concentrado em Santana do Livramento, Rodriguez ordenou a Rivera que desse cobertura ao seu avanço limpando de inimigos o vale do rio Quarai, de modo a evitar ataque à base de operações e à linha de comunicações quando da marcha de aproximação. Em 5 de maio de 1826, Rivera saiu de San José com cerca de 800 cavaleiros e 3 canhões para cumprir a ordem que recebera, buscando a força de Bento Manoel. Alcançando o rio Arapeí em 11 de maio de 1826, depois de fazer contato com um posto avançado adversário no passo do Mangrullo, Rivera, no dia 16 de maio de 1826, investiu contra a brigada de Bento Manoel, que se retraiu para a margem direita do Rio Quarai evitando travar combate a fundo. Rivera deu por cumprida sua missão, postou guardas junto ao rio Quarai, destacou Bernabé Rivera com 200 homens para cobri-las e, em 2 de junho de 1826, iniciou seu retorno para San José, onde chegou em 12 de junho de 1826. Livre da pressão exercida pela força expedicionária de Rivera, Bento Manoel não demorou em reocupar o incão de Catalan (15).

José López, conhecido como López Chico, colocou-se à frente de 300 entrerrianos, transpôs o rio Uruguai junto à barra do arroio Toro-Passo e invadiu a Província do Rio Grande do Sul com o fito precípua de arrear gado. Em 6 de agosto de

1826, foi alcançado pelo Tenente-Coronel José Antônio Martins e seus 500 homens, em local próximo ao rio Quarai. Não se sentindo em condições de resistir, refez caminho procurando repassar o rio Uruguai no mesmo lugar em que o passara. Perseguido tenazmente pelo Capitão Gabriel Gomes Lisboa, teve a sua retaguarda destroçada e abriu mão do gado coletado que ainda não levava para a margem ocidental (16).

Episódio mais sério foi o relativo à segunda invasão de Aguirre. Este, chefiando cerca de 400 combatentes, atravessou o rio Uruguai, penetrou no Rincão da Cruz, acima da foz do rio Ibicuí, e passou a arrebanhar gado. Avisado pelo Comandante da Fronteira das Missões, Tenente-Coronel Cláudio José de Abreu, Rosado ordenou a Bento Manoel que conjugasse esforços com a flotilha fluvial baseada em São Borja, sob o comando do Tenente Justo Yegros, para debelar a tropelia (17). Bento Manoel e os mais de 700 homens de sua 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira partiram do Rincão do Catalan em 26 de outubro de 1826, percorreram mais de 60 léguas (mais de 360 quilômetros) em 5 dias e, em 30 de outubro de 1826, encontraram-se com a flotilha de Yegros na embocadura do rio Ibicuí. Como Aguirre já voltara à margem oposta com o produto de sua arreada, Bento Manoel, no dia 31 de outubro, atravessou o rio Uruguai no passo do rio Aguapeí e, em 5 de novembro de 1826, atacou a retaguarda da força adversária na Capilla del Rosário, junto ao rio Meriñay, afugentando o grosso que a precedia e reavendo boa parte do gado arreado. O inimigo, que dispunha de 800 combatentes e 3 canhões, teve mortos o chefe Pedro Gomes Toríbio e mais 300 homens. Bento Manoel repassou o rio Uruguai tangendo o gado recuperado. A invasão trouxe um importante efeito colateral: Pedro Ferré, governador da Província de Corrientes, que se achava acampado em Curuzu-Cuatiá, retirou-se dessa posição para evitar o confronto com a coluna vitoriosa.

Rivera, nascido em 27 de outubro de 1784 e falecido em 12 de janeiro de 1854, iniciou-se na carreira das armas em 1811, como seguidor de José Gervasio Artigas y Arnal. Em 1º de janeiro de 1815, colheu sua primeira glória militar em Guayabos, combate no qual os orientais de Artigas venceram os portenhos de Manuel Crispulo Bernabé Dorrego e Miguel Estanislao Soler. Em 19 de novembro de 1816, foi derrotado pelo Brigadeiro Sebastião Pinto de Araújo Correia no combate de Índia Muerta. Em 2 de março de 1820, rendeu-se aos luso-brasileiros de Bento Manoel em Tres Árboles. Abandonando Artigas e aderindo aos vencedores, tornou-se comandante do Regimento de Dragões da União e foi incumbido do comando geral da campanha oriental. Em 29 de abril de 1825, bandeou-se para a hoste de Lavalleja. Em 14 de junho de 1825, foi nomeado inspetor-geral-de-armas pelo governo provisório de La Florida. Embora derrotado por Bento Manoel no combate da Coxilha do Arbolito ou do Arroio de Águila, em 4 de setembro de 1825, foi vitorioso nos combates do Rincão de Haedo ou das Galinhas, em 24 e 25 de setembro de 1826, contra as forças de Abreu e dos Tenentes-Coronéis José Luís Mena Barreto e Jerônimo Gomes Jardim, e de Sarandi, em 15 de outubro de 1826, sob as ordens de Lavalleja, contra a tropa comandada por Bento Manoel, secundado pelos Coronéis Joaquim Antônio de Alencastre e Bento Gonçalves da Silva.

Rivera não se sentia satisfeito com o papel que lhe era atribuído no teatro da revolução libertadora, aspirando ao protagonismo desempenhado por Lavalleja, então seu superior hierárquico porém antigo subordinado no Regimento de Dragões da União. Em verdade, Rivera ressentia-se da proeminência de Lavalleja e este da

popularidade daquele. Entre ambos havia uma tensão que se intensificava cada vez mais. Possivelmente se aproveitando do mau relacionamento entre Rodriguez e Lavalleja, Rivera teria sugerido àquele reclamar deste a incorporação, ao seu exército, do Regimento de Dragões Orientais, a nova denominação do Regimento de Dragões da União. Lavalleja, embora tencionasse reter a unidade reclamada, acabou por cedê-la de má-vontade. Todavia, o objetivo último de Rivera, além de humilhar Lavalleja, era o de exercer controle, ainda que sub-reptício, sobre os seus antigos comandados. Rodríguez não tolerou essa intromissão de Rivera e pretendeu dissolver o referido corpo. O conflito resultante dessa controvérsia levou-os ao desentendimento. Somaram-se a esses acontecimentos outros episódios ocorridos durante a expedição de Rivera aos rios Arapeí e Quaraí, que envolveram Bento Manoel e deram causa a suspeitas e intrigas.

Por fim, insubordinações, sedições e deserções atribuídas à inspiração de Rivera contribuíram para desgostar Rodriguez e levá-lo a pedir substituição no comando do exército platino. Além disso, convenceram Carlos Maria Alvear y Balbastro, seu substituto, a tomar medidas enérgicas para preservar a hierarquia, a disciplina e a coesão da tropa sob seu comando.

Lavalleja submeteu-se às ordens do novo comandante-em-chefe e Rivera afastou-se do exército em 18 de julho de 1826, dirigindo-se a Buenos Aires para explicar sua conduta. Na capital portenha, dentro em pouco tempo, foi mandado prender e processar (18). Para evitar a prisão, Rivera deixou discretamente a Província de Buenos Aires e buscou refúgio na Província de Santa Fé, junto ao governador Estanislao López, que o acolheu. Rivera lá permaneceria por muitos meses, em ostracismo, concebendo seu plano de retorno à evidência política e militar.

Pela metade do ano de 1827, significativas mudanças operaram-se no meio político e militar do Prata. O sucessor de Juan de las Heras, Bernardino Rivadavia, renunciou à presidência em 27 de junho de 1827, sendo substituído por Vicente López. Alvear pediu, em 28 de junho de 1827, demissão do comando-em-chefe que exercia, a qual foi aceita em 13 de julho de 1827, cabendo a Lavalleja ocupar o seu posto. Por sua vez, Vicente López foi sucedido em 27 de agosto de 1827 por Dorrego, governador de Buenos Aires, na direção dos assuntos de guerra, marinha e relações exteriores das Províncias Unidas (19).

Dorrego, antes de sua investidura, dirigiu a Rivera carta datada de 5 de agosto de 1827, estimulando-o a invadir as Missões Orientais, cuja reconquista constituía-se em aspiração cara aos políticos e militares do litoral platino desde a conquista portuguesa de 1801.

Rivera, animado por Dorrego e com o beneplácito de Estanislau López, expôs a Vicente López um plano visando à realização desse empreendimento (20). Vicente López, depois de ouvir Lavalleja, rejeitou-o. Há notícia de um plano paralelo mais amplo, provavelmente elaborado por Juan Ramón Balcarce, ministro da guerra de Dorrego, que também implicava a invasão das Missões Orientais.

As Províncias de Entre-Rios, governada por Vicente Zapata, e Santa Fé celebraram com a Província de Buenos Aires, em 27 de outubro de 1827, tratado visando à criação de uma força militar para ocupar as Missões Orientais. Rivera, como emissário de Zapata e Estanislao López, viajou a Buenos Aires para tratar com Dorrego da formação dessa expedição. Para operar a invasão foi criado o Exército do Norte, a ser comandado por Estanislao López, tendo Rivera como segundo chefe. Lavalleja, novamente consultado, desta vez teria concordado com o projeto, desde que Rivera não participasse de sua execução.

Dificuldades no reunir recursos humanos e materiais, atender a interesses pessoais, conciliar conflitos interprovinciais e adequar-se às exigências da política internacional retardaram o início das operações militares. Rivera, inquieto com a demora, decidiu passar à ação sem mais delongas. Partiu da Província de Santa Fé, atravessou a Província de Entre-Rios e penetrou na Banda Oriental onde reuniu, inicialmente, uns 80 milicianos, logo aumentados para 100, nas localidades de Soriano, Mercedes, San Salvador, Santo Domingo e outras. Em seguida, voltou à Província de Entre-Rios e dela encaminhou-se para a Província de Corrientes, incrementando sua força, nesse trajeto, mediante a incorporação de mais uns 100 voluntários.

Ao saber da empreitada de Frutuoso Rivera por carta que este lhe enviou de Japeju, em fevereiro de 1828, Lavalleja decidiu obstá-la. Determinou a Manoel Ceferino Oribe y Viana, então chefiando o assédio a Montevideu (21), que, secundado por Manoel Lavelleja, perseguisse e destruísse a coluna riverista. Sentindo-se incapaz de cumprir a missão com os meios de que dispunha, Oribe acampou em Belén e pediu auxílio ao governador de Corrientes, que lhe enviou o reforço de 500 milicianos sob as ordens de López Chico.

As Missões Orientais encontravam-se mal providas de recursos defensivos. O comando da fronteira era então exercido pelo Coronel Joaquim Antônio de Alencastre. A administração geral era desempenhada pelo Tenente-Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago, ao menos desde 26 de julho de 1827, como substituto do Coronel José Maria da Gama Lobo **Coelho d'Eça**. Na época da invasão, a escassa guarnição era constituída pelo 24º Regimento de Cavalaria de Segunda Linha, com 411 homens, por uma companhia de 35 lanceiros e pelo destacamento de marinheiros que tripulavam as 75 embarcações de Yegros. Os 397 homens do 25º Regimento de Cavalaria de Segunda Linha deixaram a região, em fevereiro de 1828, para reunir-se à brigada de Pereira Pinto que estacionava junto ao rio Piraí, nas cercanias de Bagé (22). A artilharia disponível compunha-se de dois canhões de três libras de peso de bala. Essa tropa achava-se distribuída por vários destacamentos, dentre os quais o heróico Capitão Mariano Pinto de Oliveira, no passo do rio Ibicuí que depois veio a receber seu glorioso nome, com 40 homens; o do Alferes José da Silveira, com 24 homens; o do Tenente Antônio Pereira Pavão, com 25 homens; e o de Itaquí, com o Capitão Fabiano Pires de Almeida. São Borja encontrava-se guarnecida por 122 homens, provavelmente comandados pelo Capitão Antônio Castanho de Araújo.

No início de março de 1828, Alencastre foi avisado da presença de inimigos em Entre-Rios e destacou, para repeli-los, um esquadrão do 24º Regimento de Cavalaria, comandado pelo Capitão Boaventura Soares. Este defrontou-se com um esquadrão

de 60 correntinos nas pontas do arroio Toro-Passo e derrotou-o, aprisionando o chefe Sotelo, o alcaide de Belén e mais 10 adversários (23).

Rivera transpôs o rio Uruguai no passo de Santana Velha, abaixo da cidade de Uruguaiana, e avançou pela região de Entre-Rios em direção ao rio Ibicuí. Em 2 de abril de 1828, recebeu a incorporação do transfuga Silveira e dos seus 24 milicianos. Em 21 de abril de 1828, já à frente de uns 500 homens, dos quais 150 armados de fuzil, passou o rio Ibicuí e aniquilou a guarda de Mariano Pinto, que morreu no combate (24).

Oribe, depois de ser reforçado por López Chico, decidiu-se a progredir de Belén para Santa Rosa do Quaraí e desta localidade para a margem norte do rio Ibicuí, buscando o encontro com Rivera. Nessa ocasião, López Chico sugeriu a Oribe um contato com Rivera, por seu intermédio, visando a entabular acordo de pacificação. Oribe consentiu na tratativa e o resultado da diligência foi a cooptação do mediador por Rivera, em troca de 10.000 vacas (25). Oribe, enfraquecido pela defecção de López Chico, repassou o rio Ibicuí e ficou inerte, à espera de reforços.

Sem mais temer um ataque pela retaguarda, Rivera prosseguiu na sua marcha em direção a São Borja. As passagens inauguradas por Silveira e seus comandados tiveram prosseguimento: Pavão e seus 25 subordinados, em 25 de abril de 1828; Soares, com 122 homens, em 27 de abril de 1828; Almeida e Araújo, em seguimento. A tropa desertou em massa, muitos de seus componentes passando-se para o inimigo, a exemplo dos casos acima citados; entre os paisanos, as adesões também foram numerosas (26). Alencastre, depois de confessar-se impotente para deter a invasão e disposto à retirada, passou o comando a Palmeiro por motivo de doença grave. A retirada teve início no dia 23 de abril de 1828. Alencastre dirigiu-se para São Martinho e, após descer a serra pela picada da Boca do Monte, refugiou-se em Santa Maria, abrigando-se sob a proteção do Tenente André Ribeiro de Córdova à espera dos reforços que pedira ao comandante da fronteira de Rio Pardo, Coronel João de Castro de Canto e Melo, Visconde de Castro. Palmeiro fugiu para Cruz Alta e Lago para Passo Fundo, de onde prosseguiu para Vacaria. Yegros também abandonou seu porto quando soube da aproximação do inimigo.

Para melhor ocupar as Missões Orientais que se lhe abriam à conquista, Rivera dividiu sua hoste em três colunas: a primeira, sob o comando de Felipe Caballero, encaminhou-se para São Francisco de Assis; a segunda, às ordens de Bernabé Rivera, dirigiu-se para São Borja; e a terceira, sob a sua chefia pessoal, rumou para Cruz Alta. Depois de ocupar Cruz Alta, Rivera retornou à costa do rio Uruguai e estabeleceu-se em Itaqui, de onde, em 17 de maio de 1828, comunicou a ocupação das Missões Orientais às autoridades platinas (27).

A primeira notícia oficial da perda das Missões Orientais chegou ao Brigadeiro Salvador José Maciel, então presidente da Província do Rio Grande do Sul, em 8 de maio de 1828, trazida pelo Tenente Francisco Xavier Cañete. Disse esse oficial que, em 24 de fevereiro de 1828, fora enviado por Lecor a Alencastre para informá-lo da projetada invasão das Missões Orientais; em 22 de abril de 1828, estando em São Francisco de Assis, soube da invasão e, perseguido pelos passados Boaventura e Silveira, conseguiu alcançar São Martinho no dia 29 de abril e rumar para Porto Alegre; à caminho dessa Capital, em 5 de maio de 1828, **foi informado “por um**

**orador” (grifei)** ter o inimigo entrado no Acampamento de Santa Maria da Boca do Monte em 3 de maio de 1828; ouviu dizer que os invasores somavam 3.000 correntinos, orientais, charruas e minuanos (28).

Tendo obtido de Dorrego autorização para governar as Missões Orientais, Rivera promoveu a organização administrativa de sua conquista. Alguns oficiais brasileiros adiestrados foram contemplados com comandos militares, entre os quais Boaventura, designado como comandante de São Borja; este militar, em outubro de 1828, valeu-se de um indulto para voltar ao serviço do exército imperial. Outros transfugas preferiram acompanhar Rivera em sua posterior retirada e emigraram para a Banda Oriental, voltando ao território da Província do Rio Grande do Sul somente depois de proclamada a República Rio-Grandense, em 1836. Por sua vez, Dorrego não perdeu a oportunidade de robustecer o Exército do Norte, enquadrando-o com alguns oficiais de reconhecida qualificação, a exemplo do artilheiro José Maria Pirán e do engenheiro Eduardo Trollé, e reforçando-o com tropas recém-recrutadas, como um novo batalhão de infantaria (29).

Rivera, com a habilidade conciliatória que lhe era peculiar, procurou consolidar sua conquista edulcorando-a com a proclamação dos princípios da república e do liberalismo. Dívidas foram pagas: em 1º de agosto de 1828, José Rondeau, ministro da guerra e da marinha de Buenos Aires, transferiu para Julián Gregorio de Espinosa 8.000 vacuns de origem missioneira. Valendo-se de seu conselheiro Lucas José Obes, Rivera igualmente buscou angariar simpatias, acalmar os temores da ocupação militar e das arreadas de gado e marcar posição nas negociações da paz. Convocou os povos a eleger representantes para um congresso que se reuniu em São Borja, entre 28 de agosto e 13 de setembro de 1828. Os eleitos foram Serafim de Oliveira Xavier, por São Francisco; Vicente Yatuhy, por São Nicolau; Fernando Tiraparé, por São Borja; José Mendes, por São Lourenço; João de Souza Meireles, por São João Batista; Manoel Pedroso de Camargo, por São Miguel; Atanásio Gonçalves Dias, por São Pedro; e mais Francisco Borges do Canto e Antônio Castanho de Araújo, que presidiu os trabalhos do conclave. O congresso tomou as seguintes resoluções: reconhecer que a nova Província das Missões Orientais sempre estivera unida às demais Províncias do Rio da Prata; designar dois deputados para representá-la no congresso reunido em Santa Fé; adotar, para ela, o regime republicano federal; aprovar-lhe uma lei fundamental consagrando a tripartição dos poderes estatais em legislativo, executivo e judiciário; designar Rivera como governador provisório, por três anos; e adotar um escudo de armas. À margem da representatividade popular que porventura pudesse ostentar, o congresso padecia de um vício inocultável: não passava de um fantoche manipulado por Rivera. Este, aliás, não descuroou a segurança do território recém-adquirido: guarneceu os passos do rio Ibicuí desde a barra do rio Uruguai até a picada de São Martinho e, por ordem sua, Caballero ocupou Alegrete garantindo uma eventual evacuação das Missões Orientais no rumo da Banda Oriental. Aliás, Bento Manoel, que deveria encontrar-se estacionado na região de Entre-Rios (30), teria recebido Obes e Manuel Pueyrredon, emissários de Rivera para tratar da criação de uma república sul-rio-grandense.

Entrementes, desde junho de 1828 o Império buscava reunir forças para retomar o território invadido. O Visconde de Castro ordenou ao Coronel Gaspar Francisco Mena Barreto se deslocasse de Rio Pardo para Santa Maria com 80

recrutas, tropa esta que chegou ao seu destino sob as ordens do Tenente-Coronel José Maria da Gama Coelho, por ter adoecido o primeiro comandante. Posteriormente, já recuperado, Mena Barreto foi investido no comando das forças em operação na fronteira das Missões Orientais. Em setembro de 1828, o reorganizado 24º Regimento de Cavalaria de Segunda Linha, comandado pelo Coronel Olivério José Ortiz, reocupou a picada de São Martinho. Em novembro, chegou o 4º Batalhão de Caçadores, do Tenente-Coronel Manoel Freire de Andrade. Eram esperados um contingente de artilharia de Santa Catarina, provavelmente advindo do 4º Corpo de Artilharia de Posição, aquartelado em Desterro, hoje Florianópolis, e o 28º Batalhão de Caçadores, do Coronel Alexandre Mac Gregor, unidade composta de mercenários alemães que, depois de revoltar-se no Rio de Janeiro entre 10 e 13 de junho de 1828, foi embarcada em 20 de agosto de 1828 com destino à ilha de Santa Catarina, onde se achava em 12 de setembro de 1828, marchando a seguir para a Província do Rio Grande do Sul e chegando a Santa Maria somente em janeiro de 1829 (31).

Celebrada, em 27 de agosto de 1828, a Convenção Preliminar da Paz, entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, Rivera, em 17 de setembro de 1828, recebeu de Dorrego a comunicação do respectivo recebimento para ratificação. Posteriormente, trocadas em Montevideu as ratificações da Convenção pelas partes celebrantes, em 4 de outubro de 1828, Rivera, estando junto ao rio Itu, foi avisado pelo governo brasileiro, em 1º de novembro de 1828, de que, nos termos do artigo 12º da Convenção, deveria deixar as Missões Orientais até 4 de dezembro de 1828. Rivera achou a ocasião oportuna para presentear Estanislau López com 4.000 vacas Pouco inclinado a abrir mão de sua conquista, que o fortalecia no contexto político oriental durante a transição de província brasileira para estado independente e lhe descortinava amplas perspectivas políticas para o futuro, Rivera recalcitava em dar cumprimento à Convenção e procurava ganhar tempo, como deixou claro sua nota de 15 de novembro de 1828 a Ortiz, perguntando-lhe se estava autorizado para receber formalmente as Missões Orientais em nome do Império (32). Por esse tempo, as tropas de Mena Barreto vinham acercando-se das forças de Rivera, que dominavam São Francisco de Assis e projetavam guardas avançadas sobre o rio Jaguari e a localidade de Santa Tecla, situada no atual Município de Tupanciretã. Certo é que a data-limite de 4 de dezembro de 1828 aproximava-se e Rivera não se apressava em deixar o território missioneiro.

Lecor pensou em resolver suasoramente o impasse criado nas Missões Orientais (33). Visando à evacuação pacífica da região pelo Exército do Norte, oficiou a Rivera por intermédio de Venâncio Pereira de Azambuja e, mais tarde, valeu-se sucessivamente dos parlamentários Coronel Bonifácio Isás Calderón e Tenente-Coronel João Francisco Pereira. Essas providências mostraram-se vãs. A procrastinação de Rivera convenceu Lecór de que deveria tomar atitudes enérgicas, empregando se necessário as forças de que dispunha para desalojar o inimigo do território ocupado. Por conseguinte, determinou a Pereira Pinto, então estacionado junto ao rio Piraí, nas cercanias de Bagé, que se deslocasse para a fronteira oeste da Província do Rio Grande do Sul e fizesse junção com brigada de Bento Manoel. Ordenou, também, a Mena Barreto que se aproximasse da linha do rio Ibicuí e se reunisse com a coluna de Bento Manoel. O plano consistia em concentrar forças, sob o comando geral de Pereira Pinto, para atacar Rivera com a melhor perspectiva de bom êxito. Finalmente, Lecór notificou Rivera de um ultimato: deveria transportar-se para a margem direita do rio Uruguai ou transpor o rio Arapef. Aliás, Rivera

também recebera de Dorrego, através de Hilarión de la Quintana, a determinação de passar para a margem direita do rio Uruguai e aguardar, em La Cruz, ordem para invadir o Paraguai. Rivera, colocado em posição incômoda, começou por desembaraçar-se de Dorrego, desacatando-o por entender que não mais devia submissão às Províncias Unidas depois da Convenção de 27 de agosto de 1828, dada a previsão de um estado oriental independente. Rivera foi mais longe ao confrontar os seus compatriotas: embora colocando-se às ordens da Assembléia de San José, recusou-se a obedecê-la quanto à dissolução de suas tropas, antes do ingresso no território uruguaio.

Rivera, acochado por forças superiores e sem possibilidade de oposição bem sucedida, compreendeu que a resistência não se mostrava razoável como alternativa de conduta e decidiu-se finalmente a deixar o território missioneiro. Deve ter tomado o caminho natural para a Banda Oriental, qual seja o da travessia da região de Entre-Rios, partindo dos passos do rio Ibicuí para chegar aos do rio Quaraí. Esse roteiro colocava-o em confronto previsível com a brigada de Bento Manoel, postada em Alegrete ou nas suas imediações, à qual se juntaria a brigada de Pereira Pinto, em marcha desde o rio Piraí, para formarem a 1ª Divisão de Cavalaria, sob o comando superior deste general. Além disso, sua retaguarda e seu flanco esquerdo ficavam expostos ao ataque da tropa de Mena Barreto. A situação militar das forças imperiais seria a seguinte: em Piratini, o grosso do Exército do Sul, com o quartel-general do seu comandante-em-chefe, Lecor; em Alegrete, Pereira Pinto com sua 1ª Divisão de Cavalaria, uns 2.000 homens; em São Xavier, Ortiz, com uns 800 combatentes; e em Santa Maria, Mena Barreto que, somados os militares à sua disposição com os esperados reunir, poderia ter mais de 1.000 homens às suas ordens (34).

Dias depois de 4 de dezembro de 1828, termo final do prazo convencionado, Rivera deu mostras de dar início à sua retirada. Dirigiu-se, em 6 de dezembro de 1828, a Estanislau López para renunciar ao cargo de segundo chefe do Exército do Norte. Em 18 de dezembro de 1828, os corregedores, tenentes-corregedores e caciques dos Sete Povos, reunidos na margem esquerda do rio Ibicuí, decidiram imigrar para a Província Oriental. Em 22 de dezembro de 1828, das vizinhanças do rio Itu, dirigiu-se ao governo provisório da Província de Montevideu, antiga Província Cisplatina. Entre 22 e 25 de dezembro de 1828, repassou o rio Ibicuí e, pondo-se à frente de uma horda de retirantes com o conseqüente comboio, moveu-se em direção à Banda Oriental. Eram militares e seus agregados, índios e suas famílias, bagagens e trastes diversos, carretame carregado de variadas espécies de bens, inclusive objetos de culto religioso, mercadorias e produtos naturais, gado. O elemento humano foi estimado entre 2.000 e 12.000 expatriados. A quantidade de carretas foi calculada entre 20 e mais de 60. Quanto às cabeças de gado vacum, sua quantificação oscilou de 20.000 a 100.000. Sabe-se que o Exército do Norte, em 1º de janeiro de 1829, contava com 1.206 combatentes, na maioria indígenas. O mapa geral dos bens dos povos, levantado em 26 de julho de 1827, constituiu-se na última estatística conhecida da administração geral das Missões Orientais. Segundo esse levantamento, na data em que procedido, os sete povos contavam com 467 famílias e 1.874 almas, além de 8.420 animais cavалares, 24.530 bovinos e 299 ovinos. Esses dados, por imprecisos que possam ser, fornecem um subsídio valioso para aquilatar as estimativas do êxodo sob os aspectos pessoal e material (35).

Pereira Pinto parecia em plenas condições de interceptar os retirantes e limitar seu retrocesso aos militares e àqueles que usualmente os seguiam nas campanhas. Entretanto, nas proximidades do arroio Toro-Passo, no campo de Irere-Ambá, firmou com Trollé e Rivera a convenção provisória de 25 de dezembro de 1825 (36). De conformidade com esse ajuste, Rivera continuaria sua marcha até o rio Quaraí, com o gado e as famílias indígenas que o acompanhavam; o Exército do Norte colocar-se-ia sobre a margem esquerda do rio Quaraí, no local escolhido por Rivera, entre o rio Arapeí e aquele **curso d'água, que seria o limite** provisório entre as forças brasileira e platina enquanto os governos interessados não resolvessem as questões pendentes; a força imperial situar-se-ia sobre a margem direita do rio Quaraí, devendo suas avançadas distar pelo menos 10 léguas das do Exército do Norte enquanto não tomada a aludida resolução. Rivera, em 26 de dezembro de 1828, de Ibagay, solicitou ao governo das Províncias Unidas ordens sobre sua destinação ulterior; em 27 de dezembro de 1828, de Bajá, protestou veladamente contra o abandono das Missões Orientais; e finalmente, em 29 de dezembro de 1828, passou o rio Quaraí pelo Pai-Passo (37). Em que pesem os descontentamentos, ambos os contendores cederam parte de suas pretensões para, de bom ou mau grado, entrarem em acordo. Afinal, cumpriu-se o pactuado e as hostilidades acabaram de fato, como já haviam cessado de direito. No fundo, era isso que mais importava.

Passou o tempo, passaram os homens. O que era provisório tornou-se definitivo. O rio Quaraí limita as fronteiras do Brasil e do Uruguai. As Missões Orientais, conquanto acertadamente empenhadas em preservar suas tradições, são guaraníticas somente pela sobrevivência de alguns vestígios culturais e pela evocação de um passado cada vez mais distante. Ninguém mais reclama o retorno dos índios emigrados, lamenta roubos, furtos e arreadas nem recrimina trãnsfugas, desertores e colaboradores. E Rivera tem sua simpática memória avivada como um traço de união entre os povos uruguaio e brasileiro, irmanados com os povos argentino e paraguaio na preservação do meio ambiente e da cultura da Bacia do Prata.

## NOTAS

(1) A banda oriental do Rio Uruguai, em sentido amplo, viria a incluir as duas províncias do Império do Brasil, situadas à margem esquerda desse **curso d'água**, quais sejam a do Rio Grande do Sul e a Cisplatina. No entanto, tornou-se usual denominar Banda Oriental do Uruguai apenas a Província Cisplatina, futura República Oriental do Uruguai.

(2) O Tratado de Tordesilhas foi celebrado em 7 de junho de 1494. O de Madrid, que o revogou, foi assinado em 13 de janeiro de 1750. A Guerra Guaranítica travou-se de 1754 a 1756. O Tratado do Pardo, que anulou o de Madrid, celebrou-se em 12 de fevereiro de 1761. Conforme o artigo 3º, do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, a fronteira meridional entre as possessões espanhola e portuguesa na América do Sul **se formaria “princiando** pela parte do mar o arroio Chui e Forte de São Miguel inclusive, e seguindo as margens da lagoa Mirim a tomar as cabeceiras ou vertentes do Rio Negro; as quais, como todas as outras dos Rios que vão a desembocar nos referidos da Prata e Uruguai, até à entrada neste último Uruguai do dito Pepiriguaçu”.

(3) A guerra de 1801, entre os reinos de Espanha e Portugal, chamada Guerra das Laranjas, durou meio mês e terminou pelo tratado de Badajoz, firmado em 6 de junho desse ano. A notícia da declaração da guerra chegou ao Rio Grande em 15 de junho de 1801, e a da celebração da paz, em 17 de dezembro de 1801.

(4) Segundo Aurélio Porto em sua **“História das Missões Orientais do Uruguai”**, de 1954, as dezesseis reduções foram, com os respectivos anos de fundação: São Nicolau do Piratini (1626), Nossa Senhora da Candelária (1627), Nossa Senhora da Assunção (1628), Todos os Santos do Caró ou Mártires (1628), São Carlos do Caapi (1631) e Santos Apóstolos São Pedro e São Paulo (1631), no rio Uruguai; São Tomé (1632), São Miguel (1632), São José (?) e São Cosme e São Damião (1634), no Tape, região do alto rio Ibicuí; e Santa Teresa (1633), Santana (1633), São Joaquim (1633), Natividade (1633), Jesus Maria (1633?) e São Cristóvão (1634), também no Tape, mas na região da bacia do rio Jacuí. Anteriormente, Jônatas **da Costa Rego Monteiro, no artigo “As Primeiras Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul 1626-1638”, de 1939, enumerara** dezoito reduções unindo as reduções de Jesus Maria e São **Cristóvão na de “Jesus S. Cristoval”, fundada em 1633;** partindo em duas a redução de São Cosme e São Damião, ambas chamadas de **“S. Cosme” e fundadas em 1633, a primeira, e em 1634, a segunda;** e apontando a existência de mais duas reduções: a de São João, omitido o ano de fundação, e a de São Xavier, fundada em 1628.

(5) Os sete povos eram, com os respectivos anos de fundação: São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luís Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706).

(6) Esses dois corpos de cavalaria de milícia ou de segunda linha, cujos quadros eram constituídos essencialmente de guaranis missioneiros, tiveram existência acidentada. O 24º, em 1816, no início da Guerra de Artigas ou dos Pátrias, desertou sob a chefia do Capitão Vicente Tiraparé e passou-se para o inimigo; reconstituído pela primeira vez, foi destroçado em 1825 no combate do Rincão de Haedo ou das Galinhas, perdendo seu comandante, Tenente-Coronel José Luís Mena Barreto; reconstituído pela segunda vez, foi desbaratado em 1827, na batalha do Passo do Rosário, perdendo novamente seu comandante, Major João Severiano de Abreu; reconstituído pela terceira vez e comandado pelo Tenente-Coronel João José Palmeiro, debandou nas Missões em abril de 1828, ao ensejo da invasão de José Fructuoso Rivera; por fim, em outubro de 1828, teve uma última reconstituição em Rio Pardo. O 25º, sob as ordens do Tenente-Coronel Jerônimo Gomes Jardim, foi também derrotado no Rincão de Haedo, reorganizado e novamente dispersado no Passo do Rosário onde, incumbido de guardar o comboio que acompanhava o Exército do Sul do Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes, Visconde de Barbacena, não só deixou de impedir fosse saqueado pelo inimigo como associou-se a ele nessa pouco honorável atividade; após reorganizado nas Missões, em fevereiro de 1828 foi novamente enviado para o Exército do Sul que, então sob o comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecor, Visconde de Laguna, operava na margem esquerda do rio Jaguarão; nessa oportunidade, juntou-se à brigada comandada pelo Marechal-de-Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto e estacionada nas vizinhanças de Bagé, e com ela deslocou-se para a região de Entre-Rios, onde presenciou o episódio final da incursão de Rivera nas Missões Orientais.

(7) A coluna do Marechal-de-Campo José de Abreu deveria compor-se, essencialmente, dos 20º, 22º, 23º e 40º Regimentos de Cavalaria de Segunda Linha, respectivamente de Porto Alegre, Rio Pardo, Alegrete e Santana do Livramento

(Lunarejo). O reforço esperado deveria constituir-se dos 24º e 25º Regimentos de Cavalaria de Segunda Linha, de São Borja.

(8) Os reveses do Rincão de Haedo e de Sarandi compeliram o Marechal-de-Campo José de Abreu, carente de efetivos adequados, de provisões suficientes de carne e da indispensável cavalaria de remonta, a deixar Mercedes, onde se estabelecera, e retrair-se ao longo da margem esquerda do rio Uruguai, abandonando Paisandu e Salto para afinal postar-se na margem direita do rio Arapeí.

(9) O governo da Província de Buenos Aires era exercido por Juan Gualberto Gregorio de las Heras, substituído, em 7 de fevereiro de 1826, por Bernardino Rivadavia. O exército de observação, sob o comando de Martim Rodriguez, foi convertido em exército de operação em 28 de janeiro de 1826, quando da transposição do rio Uruguai, na altura de Salto. Seu acampamento foi transferido de Arroio del Molino para San José e depois para Durazno. Rodriguez foi sucedido por Carlos Maria de Alvear y Balbastro em 14 de agosto de 1826. Este, depois de assumir seu comando, em 1º de setembro de 1826, novamente transferiu o acampamento do exército platino para junto do arroio Grande, afluente do rio Negro pela margem esquerda, de onde partiu, em 26 de dezembro de 1826, para invadir a Província do Rio Grande do Sul.

(10) O título nobiliárquico de Barão do Cerro Largo foi conferido ao Marechal-de-Campo José de Abreu no mesmo dia da derrota brasileira em Sarandi, para a qual não concorreu.

(11) Vencido em Sarandi, o Coronel Bento Manoel Ribeiro retirou-se para Santana do Livramento com uns 550 homens, parte dos quais se dirigiu para Jaguarão sob as ordens do Coronel Bento Gonçalves da Silva.

(12) Cinco dias antes da demissão do Barão do Cerro Largo, em 25 de novembro de 1825, o presidente da Província do Rio Grande do Sul, José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais tarde Visconde de São Leopoldo, deixara o cargo. Foi substituído pelo Brigadeiro José Egídio Gordilho Veloso de Barbuda, futuro Visconde de Camamu.

(13) No Acampamento da Imperial Carolina, foi reunido também o 25º Regimento de Cavalaria de Segunda Linha, do Coronel Jerônimo Gomes Jardim, procedente de São Borja e então sob o comando interino do Major Joaquim Daniel.

(14) O Coronel Juan Amadeo de Baldrich escreveu em sua **“Historia de la Guerra del Brasil” que Félix de** Aguirre, em Itaqui, derrotou os brasileiros e os dispersou para o outro lado do rio Uruguai. Supondo-se que tivesse liberdade de transpor o rio à sua vontade, como parece tê-lo feito na ocasião, estaria explicada sua presença eventual na margem brasileira. Porém não faria sentido a passagem forçada de uma força brasileira para a margem correntina. É possível que, por equívoco do eminente historiador militar argentino, Itaqui tenha sido mencionada em lugar de La Cruz ou Yapeju.

(15) Nessa ocasião, a brigada do Coronel Bento Manoel Ribeiro tinha a seguinte composição: 5 regimentos de cavalaria de segunda linha, cuja numeração, origem e efetivos eram os seguintes: 20º, de Porto Alegre, 270 combatentes; 22º, Rio Pardo, 9; 23º, Alegrete, 364; 24º, São Borja, 191; e 25º, São Borja, 98; 2 companhias de guerrilhas, que geralmente eram constituídas de paisanos voluntários; e 1 companhia de lanceiros, formada por índios; ao todo, 1.111 combatentes. A força de

José Fructuoso Rivera consistia, inicialmente, de uns 800 homens, dentre eles 400 milicianos orientais, às ordens de Julián Laguna, e o Regimento nº 1 de Cavalaria de Linha do exército das Províncias Unidas, comandado por Frederico Brandsen, porém foi em seguida reforçada com o Regimento nº 2 de Cavalaria de Linha, 150 couraceiros da Guarda e 3 canhões, montando seu efetivo final a uns 1.500 homens. Há notícia de tratativas oficiosas entre Rivera e Bento Manoel. Não é de duvidar-se que tenha existido, pois esses chefes atuavam de há muito no teatro platino, eram homens de seu tempo e compartilhavam usos, costumes e traços culturais.

(16) José López, militar de origem guarani nascido nas Missões Orientais do Uruguai, era chamado de López Chico para contrastar sua pessoa com a de Estanislao López, governador da Província de Santa Fé, que seria o López Grande.

(17) A flotilha de São Borja não deve ser confundida com a 3ª Divisão da Esquadra brasileira, constituída, depois de 12 de maio de 1826, pelo Vice-Almirante Rodrigo Pinto Guedes, mais tarde Barão do Rio da Prata e substituído do Vice-Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo no comando da esquadra imperial no rio da Prata, tendo como missão defender a Colônia do Sacramento, vigiar a ilha de Martim Garcia e policiar os rios Uruguai e Paraná. Essa divisão, que também era chamada de Flotilha do Uruguai e estava sob o comando do Capitão-de-Fragata Jacinto Roque de Sena Pereira, foi praticamente destruída no combate do Juncal, em 8 e 9 de fevereiro de 1827.

(18) Aparentemente, José Fructuoso Rivera não deu explicações satisfatórias ao governo de Buenos Aires: em 15 de setembro de 1826, foi chamado a apresentar-se para responder por **“crime de alta traição e infidelidade”** (grifado no original) porque, ordenada sua prisão, ausentou-se da capital logo que soube estar sendo procurado. De sua parte, Carlos Maria Alvear, em consequência da sublevação do Regimento de Dragões da União, em Durazno, insuflada por Bernabé Rivera, também ordenou a perseguição e a prisão de Fructuoso Rivera, em 25 de dezembro de 1826.

(19) Também do lado brasileiro ocorreram importantes trocas de posição. Em setembro de 1826, o Brigadeiro José Egídio Veloso Gordilho de Barbuda foi substituído na presidência da Província do Rio Grande do Sul pelo Brigadeiro Salvador José Maciel. Em 20 de junho de 1827, o Visconde de Barbacena transmitiu o comando do Exército do Sul para o Marechal-de-Campo Gustavo Henrique Brown, que o exerceu interinamente até 21 de janeiro de 1828, quando o retransmitiu ao Tenente-General Carlos Frederico Lecor, reconduzido a esse cargo em 18 de setembro de 1827.

(20) O plano de José Fructuoso Rivera era ambicioso. Do noroeste da Província do Rio Grande do Sul, o Exército do Norte avançaria em direção a Porto Alegre e faria uma conversão à direita, enquanto Manoel Antonio Lavalleja, do sudeste, com seu Exército do Sul procuraria envolver o Exército do Sul do Tenente-General Carlos Frederico Lecor e isolá-lo de Rio Grande e Pelotas, convergindo para a esquerda. A seguir, Rivera e Lavalleja deveriam reunir-se no centro da Província, à retaguarda da força adversária, para obrigá-la a mudar de frente e bater-se em batalha, enquanto um destacamento do Exército do Norte, sob a chefia de Bernabé Rivera, buscaria ocupar Pelotas. Contudo, dadas as proporções de recursos e meios disponíveis para as forças em confronto, o projeto de Rivera afigurava-se fora da realidade e fadado ao fracasso. Já o plano de Manoel Dorrego e João Ramão Balcarce

tinha alcance mais modesto: a invasão das Missões Orientais deveria deter-se em Rio Pardo.

(21) Costuma-se falar no cerco de Montevidéu mas a expressão é inadequada e peca pelo exagero. Primeiro: a esquadra brasileira tinha livre acesso ao rio da Prata. Segundo: a cidade era dotada de forte guarnição de soldados e marinheiros. De sua parte, os platinos careciam de recursos humanos e materiais para cercá-la efetivamente. Por isso, o máximo que conseguiram fazer, por mais de três anos, foi assediá-la a uma certa distância, inquietando-a com ataques esporádicos, pelas vias terrestre e fluvial, e procurando impedir, ainda que sem êxito significativo, suas comunicações e seu abastecimento.

(22) O Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto foi promovido a Marechal-de-Campo graduado em 12 de outubro de 1827. Somente seria efetivado nesse posto em 2 de dezembro de 1839, mais de doze anos depois.

(23) Essa incursão não deve ter causado grande alarme entre as autoridades das Missões Orientais porque aparentou ser mais uma expedição voltada para o saque, a pilhagem e o roubo de gado do que para a exploração precursora de um ataque geral.

(24) O Capitão Mariano Pinto de Oliveira foi o herói brasileiro da Campanha das Missões Orientais. O passo do rio Ibicuí, que testemunhou seu sacrifício e até hoje conserva seu nome, constitui um preito de homenagem mais perene que o bronze dos monumentos, exposto ao furto e à depredação.

(25) O gado, na época, era a principal riqueza derivada da exploração da terra e servia não só para aumentar o cabedal econômico com também para elevar o prestígio político de quem o possuía. Além disso, tinha importância para sustentar o poderio bélico, de vez que representava a provisão de boca por excelência das forças militares, regulares ou não.

(26) Observa Alfredo Varela **nas “revoluções Cisplatinas”** que, conforme carta remetida ao Ministério da Guerra pelo Marechal-de-Campo Manoel Jorge Rodrigues, em 9 de dezembro de 1829, o Tenente-Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago apontou os seguintes militares brasileiros que aderiram a Frutuoso Rivera: Capitães Boaventura, Fabiano Pires de Almeida e Antônio Castanho de Araújo; Tenentes Antônio da Costa Pavão e Antônio Paim Coelho de Souza; Alferes Serafim e Francisco de Paula Xavier. De uma nota aposta à mencionada carta, constou uma **lista de “paisanos** que serviram a Pátria”, **isto é, colaboraram** com os orientais libertários: Marcelino Lopes, Francisco Borges do Canto, Alexandre do Val, Francisco Fernandes, José de Souza Nunes, Vicente Alves de Oliveira e Albino de Lima (grifado no original). O autor citado prossegue afirmando que a lista é **“deficientíssima”** (grifado no original) e referindo São Vicente na **“Correspondência de Gabriel A. Pereira”: as 2.000 praças do exército** de Rivera não podiam provir todas das aldeias dos índios e todos os soldados que acompanhavam o Coronel Alencastre bandearam-se para o inimigo. E conclui mencionado carta de Lavalleja a Pedro Trapani, datada de 28 de junho de 1828, noticiando que, quando Oribe alcançou Rivera, já se lhe tinham unido mais de 200 portugueses. Registre-se que, dos militares arrolados, todos menos o último eram milicianos do 24º Regimento de Cavalaria. Anote-se, igualmente, que portugueses e brasileiros **chamavam “pátrias”** os adeptos da liberdade, independência e autonomia no litoral platino; por sua vez, os platinos denominavam **“portugueses” os brasileiros**, em particular aqueles contra os quais combatiam.

(27) Causa espanto a facilidade com que José Frutuoso Rivera assenhoreou-se das Missões Orientais, quase sem encontrar resistência. Ofereceram-se várias explicações para isso, todas plausíveis porém de peso desigual: a convicção de que Rivera era aliado do Império; a inexistência de tropa de primeira linha para a defesa; a simpatia dos indígenas; o desapego à terra de parte dos residentes; a admiração pelos caudilhos; e o republicanismo latente e disseminado entre os elementos expressivos da sociedade missioneira. A estas poderiam ser acrescentadas mais duas causas: a habilidade característica de Rivera, personalidade excelente no agregar simpatizantes, e o temor das represálias em relação às vidas e aos patrimônios, sempre impositivo nos momentos de comoção ou instabilidade política e social.

(28) Não se confirmou a propalada ocupação de Santa Maria por José Frutuoso Rivera ou quaisquer forças sob seu comando, direto ou indireto; todavia, é provável que os riveristas tenham ocupado São Martinho e a picada da Boca do Monte, talvez avançando até a saída para a campanha; se não se fixaram neles, pelo menos é de se admitir que os mantiveram sob vigilância próxima. Tampouco é plausível a quantificação de 3.000 combatentes inimigos: na época, o Exército do Norte somaria pouco mais de uns 1.200 homens: os 500 originariamente reunidos por Rivera, outros tantos de López Chico **e os 200 ou mais “portugueses” aderentes**; não se computam nessa estimativa os guaranis, desertores, vagos, bandidos e oportunistas de toda espécie que poderiam ter-se agregado à hoste invasora seduzidos pela perspectiva de pilhagem, saque e carcheio.

(29) O Exército do Norte deveria ter sido comandado por Estanislao López, mas há evidência de que, ao término de suas operações, José Frutuoso Rivera intitulava-se seu comandante-em-chefe.

(30) O Coronel Bento Manoel Ribeiro comandava a 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira, composta principalmente dos 22º e 23º Regimentos de Cavalaria de Segunda Linha. Manuel Pueyrredón afirmou que Bento Manoel comandava os 40º e 42º Regimentos de Cavalaria. Em 16 de janeiro de 1828, o Império tinha 13 regimentos e 2 esquadrões de cavalaria em atividade na Província do Rio Grande do Sul: os 1º, 3º, 4º, 5º e 6º Regimentos e os Esquadrões da Bahia e de Lanceiros, de primeira linha, mais os 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 39º e 40º Regimentos, de segunda linha. Inexistia, portanto, o suposto 42º Regimento de Cavalaria. Por sua vez, Alcides Cruz aludiu ao comando, por Bento Manoel, de uma brigada composta de um regimento de cavalaria de linha, um de milícias e companhias formadas em Alegrete, Porto Alegre e Missões. É possível que o indigitado regimento de cavalaria de linha fosse o 5º, enviado para Rio Pardo em meados de 1827, e o de milícias, o 23º, cuja parada era em Alegrete.

(31) O 28º Batalhão de Caçadores não tivera seu valor combativo posto à prova mas era notável pela indisciplina, merecendo o sugestivo **cognome de “Batalhão do Diabo”**.

(32) Constituída em 1830 a República Oriental do Uruguai, José Frutuoso Rivera foi eleito seu primeiro presidente.

(33) O Tenente-General Carlos Frederico Lecor não deve ser criticado por preferir uma solução pacífica ao desfecho bélico. A paz já fora celebrada entre os contendores principais e era previsível que Rivera não se pudesse sustentar por muito tempo na região ocupada. Ao fim e ao cabo, seria menos caro trocar tempo por sangue.

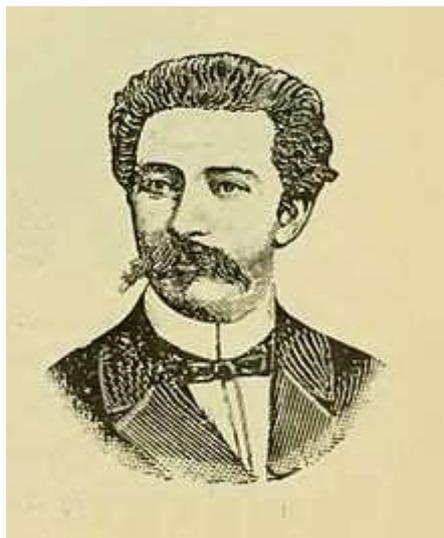
(34) O Marechal-de-Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto encontrava-se no comando de uma brigada formada pelos 1º e 3º Regimentos de Cavalaria e pelo Esquadrão da Bahia, todos de primeira linha, mais o 25º Regimento de Cavalaria, de segunda linha. Essa brigada uniu-se à do Coronel Bento Manoel Ribeiro para formar a 1ª Divisão de Cavalaria, cujo comando foi assumido pelo referido general. A força do Coronel Olivério José Ortiz compreendia o 24º Regimento de Cavalaria de Segunda Linha e o 4º Batalhão de Caçadores, equivalendo a uma brigada mista. E as tropas do Coronel Gaspar Francisco Mena Barreto deveriam ser engrossadas pelo 28º Batalhão de Caçadores.

(35) Parece evidente o prejuízo, para as Missões Orientais, das perdas e dos danos experimentados quando da invasão riverista. Entretanto, a campanha de José Fructuoso Rivera não foi o primeiro flagelo nem seria o último. Não ultrapassando o início do Século XX e destacando apenas os episódios de maior relevo, lembrem-se a Guerra Guaranítica de 1754 a 1756, a invasão portuguesa de 1801, a Guerra de Artigas de 1816 a 1820, a Revolução Farroupilha de 1835 a 1845, a invasão paraguaia de 1865 e a Revolução Federalista de 1893 a 1895.

(36) Alcides Cruz, na obra **“Incurión del General Fructuoso Rivera a las Misiones”**, afirmou que o topônimo Irere-ambá, bem como suas variantes Ibebearne, Trebe-Azubá e Irebe-Azubá, empregadas respectivamente por Manuel Pueyrredón, André Lamas e o Barão do Rio Branco, não são conhecidos no Rio Grande do Sul, alvitando a possibilidade de tratar-se de um galho do arroio Toro-Passo.

(37) Alberto Palomeque, em seu **“El General Rivera y la Campana de Misiones”**, não explicita a origem do topônimo Ibagay e supõe que Bajá fosse Bagé. Ybagay poderia ser Ibagé. Seja como for, Frutuoso Rivera conduziu seus seguidores para uma colônia que se tornou conhecida como Bela União. Esta área fica muito distante de Bagé e não haveria sentido em Rivera escolher o caminho mais longo para chegar ao seu lugar de destino, mormente inexistindo empecilho para a transposição do rio Quarai na estação estival. Susana Rodríguez e Rodolfo González, no **livro “En Busca de los Orígenes Perdidos”** aludem ao Pai-Passo sem esclarecer se a referência se faz a um determinado ponto de passagem do rio Quarai ou ao arroio afluente, pela margem esquerda, do rio Ibirapuitã, por sua vez afluente do rio Ibicuí por sua margem esquerda. Nesta hipótese, Rivera teria passado o arroio Pai-Passo antes de cruzar o rio Quarai.

## DEMÉTRIO RIBEIRO



### MONÓLOGO DE UM VETERANO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

2018

### APRESENTAÇÃO

Conforme seu batistério, Demétrio Nunes Ribeiro nasceu em Alegrete, na então Província do Rio Grande do Sul, em 5 de dezembro de 1853. Foram seus pais Demétrio Ribeiro e Carlota Nunes Ribeiro. O batismo, segundo o rito católico apostólico romano, ocorreu também em Alegrete, aos 23 de julho de 1854. Porém, Sérgio da Costa Franco, **no seu “Dicionário Político do Rio Grande do Sul 1821-1937”** - edição Suliani Letra & Vida, Porto Alegre, 2010 – aponta Demétrio Nunes Ribeiro como nascido em Rio Grande, em 1855.

**Euclides Torres, em “Bento Manoel Ribeiro o Caudilho Maldito”** – 1ª edição EDIGAL, Porto Alegre, 2016 – escreveu que Demétrio Ribeiro primeiramente se chamou Demétrio Machado mas, por ser fiel companheiro de Bento Manoel Ribeiro, decidiu escolher o sobrenome deste para prestar-lhe homenagem. Bento Manoel Ribeiro, que nasceu em Sorocaba, na Capitania de São Paulo, em 1783, e faleceu em Porto Alegre aos 30 de maio de 1855, foi, acima de tudo, um notável chefe militar. De simples soldado miliciano, em 1800, ascendeu ao mais alto posto do oficialato de primeira linha, ao reformar-se como marechal-do-exército, em 1852. Alcançou na carreira das armas um renome que perdura nos nossos dias.

Demétrio Nunes Ribeiro casou-se com Anna Clara de Sá e Silva, filha de Manoel José da Silva e Carlota de Sá e Silva, cujos pais foram Francisco de Sá Brito e Carlota de Souza Cambraia. Francisco de Sá Brito, nascido em Alegrete aos 18 de

julho de 1808 e falecido nessa localidade, em 14 de julho de 1875, estudou Direito em Coimbra e São Paulo, onde se bacharelou. Foi advogado, magistrado, jornalista, deputado provincial do Império, deputado constituinte e ministro da justiça – interinamente, também do interior e do exterior – da República Rio-Grandense, estancieiro e escritor, tendo legado para a historiografia do Rio Grande do Sul uma notável memória da Guerra dos Farrapos.

Portanto, destaque familiar não faltou para estimular Demétrio a uma vida de elevados projetos e grandiosas realizações.

Após os estudos elementares e preparatórios, Demétrio cursou engenharia no Rio de Janeiro, formando-se pela Escola Politécnica, de multissecular tradição porque sucessora, desde 1874, da Escola Central (1858), da Escola Militar (1839), da Real Academia Militar (1810), da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (1792) e da originária Aula de Fortificação (1699). Todavia, há notícia que se teria bacharelado em ciências físicas e matemáticas pela Escola Central.

Na qualidade de auxiliar do ilustrado engenheiro Guilherme Schüch ou Guilherme Capanema - nascido em Ouro Preto, na então Capitania de Minas Gerais, aos 17 de janeiro de 1824, agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Capanema e falecido na Capital Federal, em 28 de julho de 1908, que fundou e por primeiro dirigiu o Telégrafo Nacional - Demétrio foi encarregado das linhas telegráficas na Província do Rio Grande do Sul. Atuou como engenheiro, também, na Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana. Além disso, exerceu o magistério na Escola Normal da Província do Rio Grande do Sul.

Demétrio abraçou a doutrina positivista de Augusto Comte e adquiriu expressão política quando se filiou ao Club Republicano de Porto Alegre, sendo um dos membros subscritores da convocação para a convenção na qual foi decidida a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1882. Por essa razão, bem poderia ser considerado um republicano histórico. Evidência de prestígio na grei partidária foi a inclusão do seu nome juntamente com os nomes de Júlio Prates de Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado, Ernesto Alves, Fernando Abbot, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Ramiro Fortes de Barcelos, plenipotenciários republicanos que firmaram o pronunciamento de 21 de março de 1889, resultante da célebre reunião da Fazenda da Reserva, pertencente aos familiares de Júlio Prates de Castilhos.

Proclamada a República e instituído o Governo Provisório chefiado por Deodoro da Fonseca, Demétrio Ribeiro exerceu o alto cargo de ministro da agricultura entre 7 de dezembro de 1889 e 31 de janeiro de 1890, exonerando-se por não concordar com a política financeira preconizada pelo ministro da fazenda, Rui Barbosa de Oliveira, notadamente com o decreto de 17 de janeiro desse ano, que criou os bancos emissores estaduais.

Foram convocadas eleições para o Congresso Constituinte Geral. Foi externada a candidatura de Deodoro da Fonseca para a presidência da República. O Partido Republicano Rio-Grandense veio a apoiá-la. João de Barros Cassal não acolheu a diretriz partidária. Seja por Barros Cassal não ter aceitado a inclusão do seu nome na nominata partidária dos candidatos ao Congresso, seja porque Castilhos e seus

seguidores não quisessem fazê-lo, certo é que a rejeição e seus desdobramentos vieram a causar dissidência, à qual aderiram Demétrio, Antão de Faria e outros correligionários. Não obstante esse dissídio político-partidário, Demétrio foi eleito deputado em setembro de 1890, assumindo a função constituinte em 15 de novembro desse ano, quando da instalação do Congresso. Durante os trabalhos congressuais, antes de promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil em 24 de fevereiro de 1891, acirrou-se a divergência de Demétrio relativamente às posições e à liderança de Castilhos. Em maio de 1891, Demétrio passou a exercer o mandato de deputado federal da primeira legislatura republicana, aliás o único de sua breve experiência parlamentar.

A dissidência culminou quando Demétrio e outros companheiros criaram o Partido Republicano Liberal para disputar as eleições para o Congresso Constituinte Estadual, em 1891. A nova agremiação política foi mal sucedida nas urnas e teve curta existência. Prestou-se, entretanto, para justificar o rótulo de histórico no Partido Republicano Rio-Grandense, vez que este continuou abrigando a maioria dos elementos que o fundaram e nele militaram até o momento da secessão. Por conseguinte, a qualificação dos republicanos como históricos passou a ter dois significados: o antigo, referente ao momento da adesão, e o moderno, relativo à concordância com o ideário e o pragmatismo castilhista. Demétrio, histórico somente no primeiro sentido, embora se candidatasse à Assembléia não logrou eleger-se deputado estadual.

O afastamento do Partido Republicano Rio-Grandense e a conseqüente aproximação do Partido Federalista, em 1892, acabou por precipitar Demétrio no torvelinho da guerra civil de 1893 a 1895. Em face da Revolução Federalista e da Revolta da Armada, Demétrio viu-se colocado entre as pontas de um dilema que não quis ou não pode superar. Neste passo, mostra-se acurada a observação de Fausto José Leitão Domingues **ao prefaciar “Ideias Políticas de Demétrio Ribeiro”, edição IHGRGS-CORAG, Porto Alegre, 2011:**

**“(…) Sua função, estrategicamente estabelecido em Buenos Aires e Montevideú, era a da aquisição e fornecimento de recursos bélicos à revolução, tarefa, aliás, que, eventualmente, também foi exercida pelo chefe civil revolucionário [Gaspar da Silveira Martins]. Sendo amigo de Frederico Guilherme de Lorena, a aproximação de Demétrio a este e ao governo provisório do Desterro, já em fins de 1893, causara fundo desgosto em Gaspar Martins. Incumbiu-se Custódio de Mello de comunicar a Lorena que Gaspar não concordava com a organização do governo provisório por não contar com representante da revolução rio-grandense e também por ter **dado preferência aos ‘demetristas’ e ‘comtistas’.** (carta de Lorena para Mello transcrita em **‘O Paiz’, do Rio de Janeiro, em 7/12/1895**). Era o esfacelamento da organização revolucionária, o início da discórdia e a evidente impossibilidade, para Demétrio, de servir a dois senhores. (…)”**.

A pacificação de 1895 não foi concertada entre contendores com força equivalente, proporcionada ou ao menos equilibrada. Pelo contrário, conquanto ditada em última instância pela exaustão dos digladiantes, não deixou de ser

praticamente imposta pelos governistas vencedores aos revolucionários derrotados e afinal esgotados de todo e qualquer recurso.

Em face do republicanismo triunfante de Castilhos, a anistia não bastou para assegurar, aos adversários, tolerância em grau suficiente para o restabelecimento de sua força política. Ficou desde logo muito claro que, no Rio Grande do Sul, não haveria espaço para a oposição de um díscolo com passado de hostilidade aberta. Por conseguinte, Demétrio, sem alternativa viável, optou pelo afastamento e, a partir dessa época, não mais figurou no proscênio político.

Mesmo recolhido à vida privada e aos negócios particulares, Demétrio jamais deixou de atender às solicitações do interesse público, cooperando para a realização de obras portuárias no Norte e Nordeste e para o fomento das exportações de café.

Ocasionalmente, ainda vinha a público manifestar-se sobre acontecimentos políticos relevantes, como as revoluções de 1923 e 1930, ambas inspiradas por frustrações eleitorais: a primeira, de Joaquim Francisco de Assis Brasil no plano estadual sul-rio-grandense, e a segunda, de Getúlio Vargas no cenário federal. Dessa ordem, a coleção de dez artigos publicados no **“Correio da Manhã”**, do Rio de Janeiro, de 2 a 22 de novembro de 1930, que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul agora vem de reunir sob o título original, **“Monólogo de um Veterano”**.

Demétrio faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1931, aos setenta e oito anos de idade.

O Partido Republicano Rio-Grandense, a que Demétrio dedicou seus melhores esforços nas fases da propaganda e da instituição da República, sobreviveu-lhe por pouco tempo. Já se debatendo nos estertores de uma lenta porém inexorável agonia, veio a extinguir-se em 1937, por obra de Getúlio que, formado na escola de Castilhos e de Antônio Augusto Borges de Medeiros, tomou a seu encargo presidir o ocaso da Velha República e o surgimento do Estado Novo.

Quem se dedique, na atualidade, a analisar os fatos dessa transição, de certo neles constatará uma característica comum às carreiras políticas de Demétrio e Getúlio, qual seja a coerência com os respectivos padrões de conduta. Assim como Demétrio nunca deixou de pautar sua vida pelos princípios do positivismo ortodoxo, tampouco Getúlio jamais se afastou do positivismo pragmático que sempre orientou, da ascensão ao zênite, a trajetória do Partido Republicano Histórico.

Vitorioso, em 24 de outubro de 1930, o movimento revolucionário que, começado em 3 desse mês, culminou na derrubada do Presidente Washington Luís Pereira de Souza e marcou o término da Velha República, Demétrio sentiu-se motivado para iniciar a série de artigos jornalísticos acima referida, que, como dito, intitulou **“Monólogo de um Veterano”**, cujo sentido geral foi de aconselhar os novos governantes com fundamento na vivência de um velho e experimentado militante da política.

O primeiro desses artigos, saído na edição de 2 de novembro de 1930, apelou para a restauração do ideal de 1889. Destaquem-se as seguintes passagens:

**“(…) Convirjam,** pois, os novos e velhos republicanos sem jaça, reerguendo com pujança e prontidão o programa de 89, impessoal, porque é nacional; ponderado, porque não é improvisado de ocasião; perfectível, porque estruturalmente envolve com as idéias sob a égide da Moral. (...) Descentralização, unidade. Centralização, desmembramento. (..)”

O segundo artigo, publicado na edição de 4 de novembro de 1930, abriu caminho para a questão financeira preconizando a defesa do crédito do País e a moeda-papel conversível em ouro. Transcrevam-se esses trechos:

**“(…) Gesto** de profunda probidade, que vale por uma sugestão oportuníssima, qual a de convocar o Poder Público dos Estados devedores a identificarem-se com a União num concerto edificante de atos e sacrifícios em prol do reerguimento do crédito deles e dela, inequivocamente periclitante ante credores insatisfeitos em seus direitos e que lhes reclamam exação nos compromissos para com eles contraídos. (...) De caráter absolutamente essencial nessa lei [de 18 de dezembro de 1926] é o seu art. 2º que assim reza: todo o papel-moeda atualmente em circulação na importância de 2.569.304.350\$000 será convertido em ouro na base de 0,gr.200 por mil réis. (...) Mate-se o papel-moeda antes que ele nos arraste à inanição irremediável. Enquanto for ele o nosso meio circulante, nem crédito agrícola, nem crédito pessoal e nem orçamentos estáveis entre nós florescerão. (..)”

O terceiro artigo, vindo à luz na edição de 6 de novembro de 1930, deteve-se na objurgação do decreto de 17 de janeiro de 1890, que concedeu a particulares o poder de emitir moeda, na defesa da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e na dúvida acerca da esperada Constituinte. Vale transcrever os tópicos que seguem:

**“(…) E tudo** ia bem. E tudo continuaria bem se, de inopinado, não viesse tudo perturbar o nunca assaz execrado retrocesso de 17 de janeiro. Refiro-me, bem se percebe, ao decreto dessa data que concedeu a companhias particulares a faculdade de efetuarem emissões – uma vez que as lastrassem a tanto por tanto com títulos da dívida interna – de notas bancárias mas, na realidade, de curso forçado, porque só convertíveis em espécie quando sem interrupção de um dia, de uma hora, de um instante, durante os 365 dias do ano, a troca de 27 dinheiros por mil réis não discrepasse nem mesmo por uma fração infinitesimal **do ‘pence’**. Funesto aparelho de bater moeda, que de moeda só teve o nome e que, por não ter representativo realizável à vista, não passou de papel moeda da mais desonesta estirpe. (...) Do gravíssimo erro administrativo, que foi a causa geradora dos desnorteados rumos da República Velha, ainda hoje se sofrem as consequências, embora se não tenham esquivado algumas de nossas presidências quadriênais, como a de Campos Salles, a de Afonso Penna, ao empenho de delas libertar-nos. (...) Do ponto de vista político, revogar a Constituição de 24 de fevereiro é audácia perigosíssima. Preceitos nela existem que força é acautelá-los contra a rasura das paixões revoltas. (...) Dir-se-á que a Constituinte a ser convocada restabelecê-los-á, mas o público pergunta-nos: porque,

pois essa suspensão provisória, que mesmo se fora de um só dia, pesar-nos-ia como se durasse um século de atribuições desconcertantes? (...)”.

O quarto artigo, editado em 11 de novembro de 1930, continuou ocupando-se do tema da conversibilidade monetária. Ressaltem-se esses excertos:

**“(…) Moedas legais de valor real, são, por exemplo, o mil réis ouro da lei de [18]46, equivalente a uma quarta parte da oitava ouro de 22 quilates, com seus múltiplos e submúltiplos, rigorosamente equivalentes também aos respectivos múltiplos e submúltiplos da referida quarta parte da oitava de ouro de 22 quilates. (...) Moeda legal representativa de valor real é o ‘dinheiro-papel fiduciário’, que o Tesouro ou dado instituto bancário emita com a condição da conversibilidade à vista e à vontade do portador, na base do mil réis equivalente à quarta parte da oitava de ouro de 22 quilates, ou na de determinado submúltiplo desse padrão, por exemplo, as notas da Caixa de Conversão de 1906 e, mesmo as da Caixa de Estabilização de 1926. Moeda legal, finalmente, não representativa de valor real, é o papel-moeda do Tesouro, ou a nota bancária privilegiada, a usufruírem o abusivo direito do curso forçado, que, entretanto, não tem onde apoiar-se, pois nem o texto e muito menos o espírito da Constituição de 24 de fevereiro o admitem. (...) Aquele é constitucional. Este é bastardo fruto da incapacidade governamental em conúbio com o engenho do moedeiro falso. Deste engenho, aliás hereditário, valeu-se D. João VI, o criador do papel-moeda no Brasil. (...)”.**

O quinto artigo, publicado em 12 de novembro de 1930, reiterou a crítica à utilização do mil-réis de curso forçado como unidade monetária e alertou para o risco que a adoção de uma unidade monetária fictícia traria para a veracidade dos orçamentos. Trasladem-se essas passagens:

**“(…) Ninguém há que se conforme com o absurdo de medir-se dada distância com um metro que dê de si, que se dilate ou se contraia, sem ciência nem consciência de quem dele se sirva. Contrassenso da mesma estirpe é o de utilizar-se, à guisa de unidade monetária, do mil réis de curso forçado, oscilante em seu valor, cada dia, para não dizer a cada hora, a cada instante. Muito embora de estabilidade, em absoluto, não inalterável, o ouro, desde remotas eras, vem usufruindo foros de substância ou **‘subtractum’ de** valor monetário relativamente consistente. (...) Desses parlamentos foi invento original o dispositivo que, mais que todos, superintendia a inexatidão teórica e prática de seus orçamentos: a verba elástica das diferenças de câmbio, com que mal se encobria a depreciação ou oscilações do preço real do papel durante cada exercício. De fato, era **um ‘deficit’ que, em geral,** se apurava para saldar o qual sempre se pôs em contribuição, ou a emissão de apólices, ou a emissão de papel, ou, ainda, e quando possível, a emissão de empréstimos externos. Essa diferença de câmbio, capítulo obrigado nos orçamentos de tempos idos, graças sobretudo à agravação viciada de**

nosso meio circulante, também subsiste nos orçamentos da República, sob uma forma porém modernizada. (...)”.

O sexto artigo, divulgado em 13 de novembro de 1930, versou sobre o meio circulante e a fundação do primeiro Banco do Brasil. Recomenda-se a seguinte transcrição:

**“(...) Entre a letra de** câmbio e o dinheiro-papel fiduciário, ou simplesmente o bilhete fiduciário, as afinidades são tangíveis. Um e outro veiculam créditos fundados, não aventurados, não hipotéticos. Pela letra de câmbio, como pelo bilhete fiduciário, responde o valor real efetivamente nascido da transação que lhes é a origem. São irmãs, para assim dizer, cabendo à letra de câmbio a primogenitura. Com efeito, só depois dela é que veio ao mundo o bilhete fiduciário realizável à vista, à vontade do portador. Ambos movimentam o crédito mas não criam o crédito. Este, necessariamente, os antecede, pois sem ele a letra de câmbio e o bilhete fiduciário não existiriam. Vulgarizadas já eram essas noções quando, do velho continente, para aqui embarcou-se D. João VI, enxotado por Bonaparte. (...) Criou o **primeiro ‘Banco do Brasil’**, a um só tempo banco de depósitos e descontos e banco emissor de bilhetes fiduciários convertíveis à vista e ao portador. Dentro em pouco, por se tornarem inconvertíveis tais bilhetes, o Tesouro, já no Primeiro Império, houve de assumir a responsabilidade deles. Data de então, como é sabido, o papel-moeda nacional, que se ainda não está banido entre nós é porque com uma versatilidade de pasmar mudamos de programa financeiro como se muda de **e camisa. (...)**”.

O sétimo artigo, datado de 15 de novembro de 1890, enfatizou a criação, pelo Governo Provisório, do Conselho Nacional Consultivo. Cabe o traslado deste passo:

**“(...) Convirá, não** obstante, examinar, mais de espaço, o que farei, as funções que virá desempenhar o Conselho Consultivo. Referir-me-ei, às carreiras, apenas à de orçar a receita e fixar a despesa da República, que seria sobre todas a de maior urgência, uma vez que a representação ao Congresso Nacional foi dissolvida sem ter concluído o orçamento que elaborava e deverá vigorar no exercício de 1931. Mas, mais curial a este respeito seria, percebo, que, em vez de cometer-se essa incumbência urgentíssima ao Conselho Consultivo em projeto, o governo provisório cogitasse em prorrogar o orçamento do exercício a extinguir-se, a fim de precaver-se, no país e no exterior, de ser acoimado de instituir em matéria da maior transcendência, a ditadura financeira. (...)”.

O oitavo artigo, publicado em 20 de novembro de 1930, postulou a outorga, ao Banco do Brasil, da faculdade de emitir notas ao portador conversíveis na base da taxa de resgate do papel-moeda. Transcreva-se:

**“D**esse-se ao Banco do Brasil a faculdade emissora por um prazo não excedente, admita-se, ao de quinze anos, estatuinto, como dispositivo capital, que nos bilhetes gozariam em todos os casos do curso legal e como tais seriam recebidos em pagamentos a particulares e às

repartições públicas no território nacional por um valor – seja o de 200 miligramas ouro por mil réis, ou outro igualmente fixado – com a obrigação de, nessa mesma base, trocá-los em espécie à vontade dos portadores. Onde está o ouro para esse efeito? Esse viria sem sustos incorporar-se às forças vivas, do país, uma vez que restabelecêssemos a confiança que lá fora periclita e, entre nós, não mais se desse guarda à emissão de papel-moeda como meio de governo ou instrumento criador de riquezas, indústrias e economias. **(...)**”.

O nono artigo, advindo em 21 de novembro de 1930, persistiu no tema do artigo anterior. Acerca da desvalorização monetária, é relevante destacar esse trecho:

**“(…)** A origem do papel-moeda é coeva, toda gente o sabe, de D. João VI que o emitiu por intermédio do primeiro Banco do Brasil, na base de 67,5 **‘pence’ ou de 5/8 da oitava** de ouro de 22 quilates por mil réis. Esse mil réis que deveria ser conversível, como se prometera, logo e logo, só correu pela força do curso forçado e, como tal, já em 1833 valia, quando muito, nada mais que 43,2 **‘pence’ ou 2/5 da** mesma oitava de ouro, nunca mais parando, salvo episódicas e esporádicas vezes, em sua ininterrupta decadência. Em 1846 **desceu a 27 ‘pence’ ou a 1/4** da oitava de ouro e, nesta hora, admita-se por concessão e argumento, não atinge a 6 **‘pence’ ou 1/18** da referida oitava de ouro de 22 quilates. (...) Admita-se que alguém, por heranças sucessivas, agora ainda possuísse economias ou fortunas acumuladas no mil réis de D. João VI e, por simples e curioso devaneio computemo-las no mil réis de hoje, como o daquelas épocas, igualmente de curso forçado. O tostão de D. João VI, dada sua depreciação, não alcançaria nem mesmo a bem menos de sua oitava parte, ou o conto de réis de outrora, **de 67,5 ‘pence’, valeria**, quando muito, bastante menos que 125\$000 atuais. É tremendo! **“.**

Finalmente, o décimo e último artigo, lançado em 22 de novembro de 1930, advertiu a República Nova contra os vícios do filhotismo, dos privilégios e do desperdício do dinheiro público. Eis sua mensagem final:

**“(…)** A Constituição de 24 de fevereiro será revista, tendo por base os seus princípios cardiais. O representativismo deixará de ser um funcionalismo de parasitas desocupados. Respeitada sua missão precípua, orçará a receita e a despesa, com a atribuição de acompanhar a execução dos orçamentos, de modo a impedir que o Executivo faça deles uma arma de corrupção e predomínio. Assim na União, assim nos Estados e Municípios. A consequência, mais ou menos próxima, desse método governamental, será, em primeiro lugar, o chamar a postos as atividades úteis, que após desiludidas, davam provas, não há muito, de uma passividade contagiosa; e, em segundo lugar, mesmo por efeito da opinião revigorada, uma renovação indispensável dos impostos que nos vem impondo o estatismo absorvente, retrógrado e, por cima disso, promotor de revoluções. **onfiemos. (...)**”.

Diante desse ideário, que dizer dos princípios sustentados por Demétrio?

Sua defesa da preservação do esteio liberal da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891 mostrou-se inócua. A nova Constituição, promulgada em 16 de julho de 1934, aliás de vigência efêmera, afastou-se significativamente de sua antecessora ao adotar disposições programáticas de caráter intervencionista. E sua sucessora, a Constituição decretada em 10 de novembro de 1937, foi marcada pelo totalitarismo, tendo o seu preâmbulo explicitado **do que, “sob** as instituições anteriores, não dispunha o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem estar do povo”. **Nada mais distante do** pensamento de Demétrio do que essa inspiração autoritária.

Contudo, a sugestão do restabelecimento da conversibilidade monetária, embora inspirada por doutrina conservadora, não discrepou das correntes de opinião que, na época, ofereciam-se à escolha dos governantes como remédio para os males da economia política e das finanças públicas.

Cincinato Braga, em **“Brasil Novo”** (Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, 1930), apreciando a balança dos pagamentos internacionais e a dívida interna do Brasil entre 1900 e 1930 (tomo I, págs. 13 a 15), assim se pronunciou:

**“(…) O contumaz ‘deficit’** na balança dos pagamentos internacionais vem de longe, e não tem sido combatido: - é uma diátese que se vem agravando, sem nenhuma medicação específica. Muito pelo contrário, se vem agravando com medicação errada, consistente no entorpecente dos empréstimos externos, empregados, não como reagentes nos campos da produção, mas apenas como liquidantes **de ‘deficits’** anteriores. O doente assim vai morrendo pelo remédio, que tem dia a dia cavado mais fundo a úlcera maligna. Esse **‘deficit’** – Maelstrom insaciável – tem devorado nos últimos trinta anos L 157 milhões de empréstimos públicos! Ele tragou já a Caixa de Conversão de 1906, que poderia se ter salvo, se então houvéssemos enveredado pela política de produção exportável, que substituísse na nossa pauta a queda, então iminente, da nossa borracha, que, só ela, nos dava L 20 milhões por ano. (...) Sem essa política, a Caixa de Conversão Affonso Penna baqueou logo. Em 1926, surgiu o seu arremedo, com o nome de Caixa de Estabilização, edifício irrefletidamente erigido sobre a areia movediça de uma economia nacional patentemente deficitária. Seu fim está sendo igual ao da Caixa de Conversão, com a diferença de haver sido muito mais curta a sua duração. Note-se bem que até aqui só me tenho referido aos compromissos do Brasil em moeda-ouro. Se coubesse no possível desfrutarmos, paralelamente a essa, uma situação interna de abundância, ou mesmo de tranquilidade nos compromissos públicos e privados, pagáveis em papel-moeda, ainda poderíamos nutrir a ilusão de prosperidade na fortuna geral. Mas o que dentro do país ocorre nas dívidas papel é o contrário disso é uma agravação cada vez maior de dificuldades. Vejamos de perto este outro descalabro. A dívida interna fundada do Tesouro Nacional saltou de 511 mil contos em 1901, para 2.389.000 contos em 31 de dezembro de 1929: - quase quintuplicou-se! A dívida do mesmo Tesouro Nacional, proveniente de emissões de papel-moeda, saltou de 730.000 contos, em 1900, para 2.643.000 contos em 1930. Não temos dados das dívidas dos Estados e Municípios em 1901, mas

sabemos que ela cresceu em iguais ou maiores proporções, pois se eleva hoje a 2.000.000 contos. (...)"

E mais, cogitando do regime monetário adotado ou por adotar-se pelo Governo Provisório, discorreu (tomo II, págs. 4 a 6):

"(...) Dois meses de Governo Revolucionário estão decorridos, e sob esse aspecto estamos no meio de trevas. Procurando decifrar o enigma, nos perdemos no seu labirinto. Pensará o Governo Provisório que regular o meio circulante seja assunto a ser confiado a um Banco Emissor Central? Pensará que essa missão deva ser reservada ao Tesouro? Cada uma dessas interrogações sintetiza uma escola monetária. O Chefe do Governo Provisório [Getúlio Vargas], como Ministro da Fazenda e primeiro executor da reforma monetária Washington Luís, desmoronou o edifício do Banco Emissor Central, obra do quadriênio 1922-1926. Colocou sob a ação direta do Tesouro todo nosso regime monetário. O Tesouro assumiu a responsabilidade do papel-moeda circulante, bancário e não bancário, e passou a emitir por sua conta, através dos guichês da Caixa de Estabilização, tolhida assim para o anterior Banco Emissor Central a função de regular o meio circulante. Depois de Ministro, o atual Chefe do Governo Provisório foi candidato da Aliança Liberal ao cargo de Presidente da República. Em sua plataforma se pronunciou com franqueza, dizendo ser de opinião 'que o sucessor do Sr. Washington Luís deverá manter e consolidar seu plano financeiro, pois muito maiores seriam os prejuízos resultantes do seu abandono, do que os benefícios pouco prováveis que pudessem ser colhidos com a adoção de outra diretriz'. Por seu lado, o cognominado 'Pai da Revolução', o ilustre Sr. Antônio Carlos, adotou essa plataforma, de acordo com sua obsoleta doutrina condenatória dos Bancos de Emissão, doutrina em cuja defesa escreveu um livro, aliás muito bem feito. Parece, pois, que todos os compromissos da revolução são no sentido de manter-se uma reforma monetária fragorosamente fracassada e geralmente repelida pela opinião. S. Ex. o atual Ministro da Fazenda [José Maria Whitaker] é pela emissão bancária, conforme se verifica em seus relatórios quando presidente do Banco do Brasil. Esta circunstância, longe de esclarecer, aumenta a confusão para o público, em problema tão vital para o país. Minha convicção é em favor do regime monetário governado, não pelo Tesouro, não pelo Governo, mas por Banco Emissor Central, ou Único, em que o Governo seja elemento preponderante de fiscalização, mas não de deliberação. (...)"

Waldemar Falcão, em **"O Empirismo Monetário no Brasil – Ensaio de Crítica Financeira"** (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1931), contemplando a história das finanças públicas do Brasil de 1827 a 1898 (págs. 145 a 171), afirmou:

"(...) Através do passado financeiro do País, que a valorização do dinheiro brasileiro estava na razão inversa do aumento da circulação fiduciária inconversível."

Disse, mais, que essa tendência não se modificou desde o fim do Século XIX, apesar dos esforços empreendidos por Joaquim Murinho e Leopoldo Bulhões, sob as presidências de Francisco de Paula Rodrigues Alves e Afonso Augusto Moreira Pena, para contê-la ou mesmo revertê-la, contribuindo significativamente para acentuá-la a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918 (págs. 13 a 23).

Abordando a reforma monetária do Presidente Washington Luís (págs. 79 a 116), assim se expressou:

**“(..)** Para falar somente de 1914 para cá, tivemos a experiência aguda e tormentosa das emissões de papel-moeda, verificadas no fim do quadriênio Hermes da Fonseca e durante o quadriênio Wenceslau Braz, o tempo da Guerra Européia. Veio depois, no período governamental do Sr. Epitácio Pessoa, a experiência das emissões para a Carteira de Redescostos. Seguiu-se no quadriênio imediato, do Sr. Arthur Bernardes, o plano artificioso e empolgante das emissões bancárias. (...) [A Washington Luís] pareceu-lhe que ao Brasil só restava um caminho: fazer a quebra do seu padrão monetário, adotar uma taxa fixa, bem que insignificante, para o seu estalão cambial, e tentar assim obter a conversibilidade em ouro do seu dinheiro-papel, embora recorrendo para tal a recursos em grande parte artificiais e ilusórios. (...) Destarte, essa lei [Lei nº 5.108, de 18 de dezembro de 1926] determinou logo a conversibilidade do papel-moeda em circulação, embora deixando a data precisa dessa conversão para ser marcada posteriormente pelo Poder Executivo, com antecedência de 6 meses. Essa conversão seria, porém, uma utopia irrealizável, como os acontecimentos se encarr**egaram de provar. (...)**”.

Por fim, deplorou o neo-mercantilismo que, a seu juízo, instalara-se no Brasil, apontando, como corretivos para a crise em que mergulhadas a economia e as finanças nacionais, **“uma espécie de deflação salvadora” advinda** da revisão racional das tarifas aduaneiras, da abertura de créditos recíprocos com os países de maior intercâmbio comercial, da facilitação e do barateamento dos transportes, além de outras medidas especificadas (págs. 197 a 215), e preconizou a criação de um banco central de emissão e redescosto como complemento das medidas para a reorganização monetária do Brasil (págs. 219 a 249).

No entanto, a marcha da história encaminhava-se para outro destino.

Conforme Henri Guitton (Economia Política, Editora Fundo de Cultura S. A., Rio de Janeiro, 1960, terceiro volume), a inflação resultante da Primeira Guerra Mundial exigiu dos governos europeus providências deflacionárias. A Alemanha, em 1924, **definiu um novo ‘reichsmark’ ligado** ao ouro. A Inglaterra, através do **‘Gold Standard Act’ de 1925, pôs termo** ao curso forçado da libra esterlina. A França, em 1928, obrigou seu instituto de emissão a reembolsar em ouro as notas de banco. Porém, a reversão ao curso forçado não tardou. A Inglaterra, em 1931, abandonou o padrão-ouro, desvinculando a libra esterlina desse metal precioso. Os Estados Unidos da América, em 1933, desligaram o dólar de sua base-ouro. E a França, em 1936, tornou o franco moeda inconvertível (págs. 99 a 124).

Estaria Demétrio desinformado das atualidades da economia e das finanças ao publicar seus artigos, em fins de 1930? Absolutamente não. O citado economista francês, no contexto acima aludido, observou:

**“(...) Um observador do mundo monetário podia legitimamente crer, entre 1928 e 1931, que a história do curso forçado estava encerrada. Parecia então que a Guerra de 1914 estava, enfim, liquidada. Infortunadamente, isso não passava de ilusão (págs. 112 e 113).”**

Seja pela crise de 1929, que se desenvolveu pela década de 30 adentro, seja pela antevisão crescente de um segundo conflito bélico generalizado, a instabilidade e a conseqüente insegurança das instituições induziram os governos das potências democráticas a descomprometer-se com um câmbio que, nas circunstâncias daquele momento histórico, poria em risco seu poder de enfrentar conjunturas críticas. Demétrio talvez tivesse em mente essa conjuntura, mas preferiu adotar uma posição fundada na realidade do presente em vez de especular com as possibilidades do futuro.

Essa a atitude esperada de um positivista convicto da doutrina há muito adotada e sempre perfilhada.

## MONÓLOGO DE UM VETERANO

### I

Ainda que de armas em punho se batessem os beligerantes nos entreveros que precederam o 24 de Outubro, o dia memorável em que situacionistas e anti-situacionistas deram por suspenso o fraticídio demolidor a uns e outros, não se hesite em reconhecer o afincamento ao lar comum e à honra do Brasil. Não se lhes conteste nem esse vínculo racial, nem se lhes atribua ingênita subalternidade de intuítos pelos atos casuais ou disparatados a que episodicamente os arrastou o partidarismo em fúria.

Conceda-se-lhes antes a atenuante da obliteração dos sentidos, comprovada, aliás, exuberantemente nas agressões com que se vinham retaliando na tribuna parlamentar, na tribuna da imprensa diária, nos comícios por aí além, desde os inícios do desventurado pleito de 1º de março.

Conceda-se-lhes, sobretudo, a confiança a que façam jus pela subordinação consciente ao dever de não retomar em jamais armas mortíferas para, em guerrilhas sangrentas, deprimirem dissídias partidárias. Sem essa subordinação que ainda não foi, não sei por que, por todos subscrita, num pacto solene, as seguranças da ordem material têm o quer que é de periclitantes, pois sem a comunhão espiritual num mesmo pensamento pacificador, nada se estabiliza.

À suspensão de armas de 24 do corrente, cumpre seguir-se já e já a deposição irrevogável do individualismo desorientado, criador nefasto da divergência por sistema, ou do direito pessoal com que cada qual se arvora em potentado, semideus

ou genial inventor de um saber político de fancaria, contraditório na liça das ideias, como mais que desastrado, porque, em geral, simplesmente estúpido, na gestão prática dos interesses superiores da nação.

O quero porque quero ou o mando porque posso, perderão desta vez todo o seu prestígio degradante com que desprestigiavam o nome brasileiro se, na realidade, a nova fase político-administrativa tiver a antevisão da República, restaurada, sem patronatos nem afilhados, sem negociastas, com que a desdourou a autocracia multiforme que desde muito a usurpara e, dela, por anos e anos, dispôs como de coisa de sua exclusiva propriedade.

Proclamaram a República em 1889 os que a idealizaram, disciplinados na lealdade e probidosas aspirações. Ardorosos, não advertiram nas astúcias audaciosas dos que a ela aderiram por conveniências e egoísmos de saltimbancos adestrados. Caça a essa raça proliferante é, sobremaneira, indispensável nesta hora reconstrutiva, sob pena de novo insucesso como o de 89.

Convirjam, pois, os novos e velhos republicanos sem jaça, reerguendo com pujança e prontidão o programa de 89, impessoal, porque é nacional; ponderado, porque não é improvisado de ocasião; perfectível, porque estruturalmente evolui com as ideias sob a égide da Moral.

Sob seus auspícios nunca o Brasil unido retrocederá.

Sem ele repor-se-á o domínio dos ambiciosos sem alma e sem pudor, mais dia, menos dia. À Junta Governativa, renovada ou não, cumpre superpô-la a quaisquer plataformas singulares que, se o não desdenham, obscurecem-no, contudo, de sombrias preocupações individualistas. A da Aliança Liberal, por exemplo, foi bandeira eleitoral no pleito de março, signo de partidarismo em dissídio com a vontade do Catete, gerador de excitações que culminaram na deflagração da guerra civil.

Realizou o seu fito. Anulou aquele pleito. Viveu o seu tempo. Eis tudo. Por outro lado, de suas reivindicações políticas, aliás, restritas sem deixarem de ser legítimas, nenhuma contrapõe-se ao programa de 89, que as compreende todas na amplitude de seus postulados tradicionais e, sobre os quais não prevalecerão, sem retrocesso, quaisquer rumos novos que deles dissentirem.

Adotá-los resolutamente importa, ao contrário, na redenção da República de 89, a conquista máxima com que se possa aureolar o movimento da opinião renascente e sensata, normalizada e eficiente e primordial e mais legítimo apoio que pode almejar a autoridade ao serviço do bem público, sem discrepar jamais da memorável divisa de 3 de dezembro de 1870:

Descentralização, unidade. Centralização, desmembramento. CORREIO DA MANHÃ (RJ) ed. 11003 2/11/1930

## II

Do Sul ao Norte, de Leste ao Oeste, à cordial fraternidade de rebentos do mesmo lar, dominamos a alma conciliante, que nos é peculiaríssima. Esse liame

ingênito que como filhos desta terra inigualável nos mantêm coesos – os mineiros, por serem mineiros, como ao paulista por ser paulista, ao pernambucano por ser pernambucano, ou ao gaúcho por ser gaúcho na defesa da nacionalidade brasileira inquebrável, haja o que houver.

Unifica-nos um mesmo amor à ordem, porque detestamos o arbitrário; uma mesma fascinação pela liberdade, porque não se compadece, com qualquer potência discricionária, nossa qualidade de homens independentes.

Nem demagogia, nem aulicismo, vindas ao mundo aos coices sem que ninguém cerifique a qual deles cabe a primogenitura.

Com o nosso apoio voluntário porque esclarecido, pode, porém, sempre contar a autoridade, na União, nos Estados, nos municípios, que nos não exacerbe com dislates e desmandos.

A pau ninguém nos leva, nem a suborno nos detém. Essa a nossa divisa. Com ela começamos a formação do nosso caráter, banindo, ao norte, de nosso território intangível, o batavo argentário dominador dos mares, e ao sul, invasores tenazmente propensos a traçarem-nas pelas armas a usurpação de nossas posses, nossas fronteiras meridionais.

Constituiu-se desde então nossa nacionalidade inconfundível.

A progredir fizemos a Independência, a Abolição de 88, a República de 89, e nesta hora de hombridades revivescentes caracteriza-nos a solidariedade ativa nesse intuito alevantado, que nos enobrece, de resgatarmos a dívida externa nacional mediante contribuições voluntárias, mas pessoais, e, por isso, insuficientes ante o fim colimado.

Nobre, contudo, é esse consenso espontâneo de nossa boa gente, bem compenetrada de que com defender-se o crédito do país exalça-se-lhe a própria dignidade. Gesto de profunda probidade, que vale por uma sugestão oportuníssima, qual a de convocar o Poder Público dos Estados devedores a identificarem-se com a União num concerto edificante de atos e sacrifícios em prol do reerguimento do crédito deles e dela, inequivocamente periclitante ante credores insatisfeitos em seus direitos e que lhes reclamam exação nos compromissos para com eles contraídos.

A esse objetivo capital não pode conservar-se indiferente o presidente Getúlio Vargas, sobretudo porque o prestígio de agora investe-o de credenciais incomparáveis para promover e levar a bom termo essa convocação e com ela a decisão, por parte da União como dos Estados de negociar em responsabilidade conjunta um empréstimo de unificação de suas respectivas dívidas, ora impontualmente pagas.

Provar-se-á, assim, com evidentes vantagens para todos, que o regime federativo nos não impede, mas, ao contrário, nos faculta a convergência da União com os Estados para enfrentarem situações precárias que, a prolongarem-se, levar-nos-iam à definitiva inferioridade de devedores relapsos.

Dê-se esse passo após estudo aprofundado, mas urgente. Realize-se o empréstimo necessário na base que mais convier, quanto a prazos, juros, amortizações, garantias e preços dos títulos respectivos, como é de praxe em operações desse gênero.

E para que a opinião (pois em contacto direto com ela o dr. Getúlio Vargas quer governar) se capacite da importância dos débitos em apreço, um balanço deles deverá ser feito e dado a público sem a mínima demora, com esclarecimentos ou detalhes indispensáveis ao exame do assunto, às claras, no plenário da opinião, de cujo juízo não é curial prescindir-se se correto e acertado.

No ajuste a elaborar-se é óbvio que os Estados como a União se obrigarão proporcionalmente, efetivamente, irremediavelmente, a efetuar, com a pontualidade exigível, a contribuição que lhes corresponder no serviço financeiro e decorrente da transação a contratar-se.

Honra-se quem paga suas dívidas, e se uma recíproca verdadeira existe é a de que se desonra quem as sonega sofismando-as.

Conduta reparadora idêntica, ansiosamente aguarda-se do preclaro presidente Getúlio Vargas, no tocante à lei de 18 de dezembro de 1926, votada pelo Congresso Nacional, sancionada sob a assinatura de s. ex., por s. ex. regulamentada e por s. ex. presidida em seus inícios de execução.

De caráter absolutamente essencial nessa lei é o seu art. 2º que assim reza: Todo o papel-moeda atualmente em circulação na importância de 2.569.304:350\$000 será convertido em ouro na base de 0,gr.200 por mil réis.

Das vantagens e facilidades, por esse artigo decretadas em proveito do Tesouro Nacional, ninguém há que as desconheça. Da razão de ser da base adotada seria, parece, anacrônica neste momento, além de dispersiva, qualquer discussão. Cumpriria antes assegurar-se-lhe, como for mister, o processo de mantê-la seja por meios de conversões parciais com os fundos de que trata o art. 4º da mesma lei, seja pela acumulação desses fundos absolutamente inalienáveis, seja de acordo com o que indicassem os entendidos, que neste país não faltam, sobre a matéria. Ouvi-los é medida de sabedoria inadiável.

Mate-se o papel-moeda antes que ele nos arraste à inanição irremediável.

Enquanto for ele o nosso meio circulante, nem crédito agrícola, nem crédito hipotecário, nem crédito pessoal e nem orçamentos estáveis entre nós florescerão.

De uma feita assisti em uma de nossas repartições técnicas uma controvérsia típica.

Um de seus auxiliares em exercício, após haver ensaiado elaborar um orçamento de certa obra a executar-se, dirige-se ao seu chefe e pergunta-lhe: qual o mil-réis que devo adotar por unidade monetária, o de 15, o de 12 ou o de quantos dinheiros? Ora essa, replica-lhe o resoluto chefe, ora essa, então porque o mil-réis

vale 1, 2, 3... 15 ou 27, deixa de ser o mil-réis? Faça suas contas no mil-réis, eis tudo. CORREIO DA MANHÃ (RJ) ed. 11004 4/11/1930

### III

Já era um orçamento prorrogado o que a República encontrou em novembro de 89. De improviso surgiu a sugestão de, por decreto, adotar-se um novo. Seria, obtemperou-se, a ditadura financeira e reconsiderou-se em tempo o improviso sugerido.

Prevaleceu, por ocasião dessa reconsideração, a iniciativa do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que, não se conformando com o alvitre de decretarem-se orçamentos novos, ponderou: 1º) se defeituosos os orçamentos vindos do Império, foram, contudo, elaborados através debates parlamentares à luz da publicidade, sanção de que se não poderiam revestir os novos; 2º) se as receitas públicas na monarquia, como os republicanos predicaram por toda parte, eram de praxe mal empregadas, porque, não raro, em despesas suntuárias e inúteis, cabia-lhes o dever de corrigirem essa praxe, realizando as supressões de gastos lesivos ao erário público e com as economias decorrentes dessas supressões criarem-se serviços novos de incontestável e apreciada vantagem., marcando-se, assim, as tendências do regime novo em confronto com as práticas abusivas do extinto.

Ditadura financeira, nunca!

E assim foi nos primeiros dias da República. E tudo ia bem. E tudo continuaria bem se, de inopinado, não viesse tudo perturbar o nunca assaz execrado retrocesso de 17 de janeiro. Refiro-me, bem se percebe, ao decreto dessa data que concedeu a companhias particulares a faculdade de efetuarem emissões – uma vez que a lastrassem a tanto por tanto com títulos da dívida interna – de notas bancárias mas, na realidade, de curso forçado, porque só convertíveis em espécie quando sem interrupção de um dia, de uma hora, de um instante, durante os 365 dias do ano, a troca de 27 dinheiros por mil réis não discrepasse nem mesmo de uma fração infinitesimal do pence.

Funesto aparelho de bater moeda, que de moeda só teve o nome e que, por não ter representativo realizável à vista, não passou de papel-moeda da mais desonesta estirpe.

Com esse dislate ressurgiu o alvitre de decretarem-se orçamentos novos, revogados ficando, de vez, ou de uma penada, os da monarquia. Ainda assim quem, se der ao cuidado de compará-los entre si, os novos com os revogados, convencer-se-á de que os distingue, uns dos outros, a circunstância de exorbitantemente haverem sido acrescidos nos primeiros as verbas da despesa, que nos segundos eram relativamente moderadas.

Como não ser assim, quando o aparelho de bater moeda já funcionava?

Do gravíssimo erro administrativo, que foi a causa geradora dos desnorteados rumos da República Velha, ainda hoje se sofrem as consequências, embora se não tenham esquivado algumas de nossas presidências quadriennais, como a de Campos Salles, a de Afonso Penna, ao empenho de delas libertar-nos.

Desde janeiro de 89 até os dias que correm a questão financeira, para servir-me de epíteto vulgarizado, tem sido o bus-illis de numerosos candidatos a estadistas, sem as provas documentadas da própria aptidão em rudimentos das quatro espécies aritméticas.

Esse mesmo bus-illis aí está a desafiar-nos a meditação patriótica, nesta hora confusa, porque ainda sobrevive o conflito entre a sanha de tudo destruir e os desígnios reconstrutores da Revolução.

Da elevação técnica e proficiente destes ainda se não fez com nitidez a demonstração e o alcance; enquanto subsistir essa lacuna a sanha destruidora não se deterá.

Compreende-se que as dificuldades do momento, por si mesmas consideráveis, agravar-se-iam desmesuradamente se o ruído do tropel das guerrilhas, inquestionavelmente comprovantes das energias da raça brasileira, houvesse de prosseguir ressoando-nos aos ouvidos já atarantados com tanto barulho.

Aí está um governo em ação, instituído desta vez, como já o fora a Junta Governativa Pacificadora, não sob a doentia indiferença pública, mas, ao contrário, sob os aplausos calorosos da opinião nacional consciente e resoluta. Tréguas ao propósito, de si mesmo efêmero, que aí anda à caça dos responsáveis diretos da precariedade da situação político-administrativa a que descemos, confundindo-nos, num mesmo arrastão vindicativo, com a gente proba, que nos não falta para, de fato, exculpá-los num intempestivo nivelar de bons e maus a uma mesma depressão, falazmente considerada como medida do caráter de todos os nossos políticos, de todas as nossas classes sociais, senão de toda a família brasileira.

Do ponto de vista político, revogar a Constituição de 24 de fevereiro é audácia perigosíssima. Preceitos nela existem que força é acautelá-los contra a rasoura das paixões revoltas. Notadamente os do art. 73 e seus parágrafos, o da autonomia municipal, o da autonomia dos Estados, além de outros e, sobretudo, o da independência legal da Igreja ante o estado, o do arbitramento leal, franco, obrigatório, verdadeira ante-moral oposta à deflagração da guerra – preceitos que nas demais nações não têm a mesma acolhida que lhes assegura nossa lei básica.

Dir-se-á que a Constituinte a ser convocada restabelecê-los-á, mas o público pergunta-nos: Por que, pois essa suspensão provisória, que mesmo se fora de um só dia, pesar-nos-ia como se durasse um século de atribulações desconcertantes?

Esse mesmo público não está satisfeito ante a delonga em revogarem-se a reforma constitucional de 1926, feita e sancionada na escuridão do estado de sítio e as leis celeradas contra a imprensa, oriundas do mesmo sítio.

Não está satisfeito e descortina nessa delonga um sintoma de fraqueza que mal se disfarça sob o golpe radical de se não respeitar sequer a Constituição da República Velha. CORREIO DA MANHÃ (RJ) ed.11006 6/11/1930

## IV

Uma alteração de palavras, ainda que de não grande importância, tornou confuso o último trecho do monólogo de anteontem.

Referindo-me às responsabilidades político-financeiras deste instante, quis indagar e de novo indago:

Nesse trabalho urgente do saneamento da circulação monetária, que tanto perturba o escambo comercial, quererá s. ex. o sr. Ministro da Fazenda tomar, ou não, por ponto de partida de suas elucubrações o disposto no art. 2, da lei de dezembro de 1926?

A meu ver, esse artigo encerra o que, sobretudo, essa lei tem de essencial:

**“Todo o papel-moeda em circulação, na importância de 2.569.304:380\$500, diz ela, será convertido em ouro, na base de 0,200 (duzentos miligramas) por mil réis.”**

Nunca ninguém houvera alvitrado uma concordata desse gênero, em que a parte diretamente interessada, o portador do mil-réis, sem ser sequer pessoalmente ouvido, houve, por decreto, de resignar-se à injunção de só trocar quaisquer economias suas em papel-moeda, por um quantum previamente determinado, excluída toda a esperança de as ver acaso melhor cotadas, por uma esporádica melhoria do preço do mil réis de curso forçado.

Com esse objetivo apresentara-se candidato à presidência da República o dr. Washington Luís Pereira de Souza; com ele recebera s. ex. os sufrágios da força política em atividade; eleito, fê-lo votar pelo parlamento, sendo que durante essas diversas fases do processo em andamento, se críticas escassas, parlamentares ou extra parlamentares, discordantes houve do programa de s. ex., foram estas, em geral, menos por motivos substanciais que pelo de haver s. ex. adotado uma taxa cambial vil, segundo a fórmula então familiarizada.

Quererá agora s. ex. o sr. Ministro da Fazenda, que é, bem se sabe, uma aptidão aureolada, quererá s. ex. alterar aquela taxa vil, no intuito de corrigi-la aumentando-lhe o valor?

Toda discussão a este respeito, salvo melhor juízo, tenho por anacrônica e dispersiva, tanto mais que, só para mantê-la ao nível da lei de dezembro, já se defronta um problema complexíssimo.

Possa dar-se-lhe efetividade perfeitamente garantida e já será ótimo, porque o art. 2º da citada lei corresponderá, de fato, à consolidação, sem juros, de uma dívida do Tesouro e a prazo bem compreendidamente a delimitar-se, em vez da simples promessa de que com a antecedência de seis meses (art. 3º, da lei de dezembro), seria prefixada a data em que realmente haveria de ser essa dívida resgatada.

Descrimina, por outro lado, a mesma lei de dezembro, em seu art. 4º, para prover a esse resgate, os recursos financeiros necessários.

Destes, alguns suponho serem reais, porque desde muito legalmente instituídos, como os fundos de garantia e resgate do papel-moeda.

Outros, quiçá, problemáticos, mas nem por isso de impossível realização, são também ali enumerados, tais como os saldos orçamentários, as operações de crédito, além de alguns mais acaso surgíveis...

Juntar-se-lhes-ia –vem-me à ideia – a importância de £ 10.000.000, pertencente ao Tesouro, dando-se-lhe muito mais vantajoso emprego do que o que se lhe tem querido dar, como lastro de camufladas emissões bancárias, irrealizáveis à vista.

Voltar-se às emissões dessa espécie será, mais que um contra senso, a degradação irremediável de nosso meio circulante, com repercussão nos Estados da República no tocante ao progredir do trato mercantil entre eles.

Quem se surpreenderia se, perdida a confiança na ciência ou arte financeira da União, criassem eles próprios seus próprios regimes monetários, na base de notas bancárias convertíveis em espécie, que tanto é quanto a circulação monetária metálica real.

Circulação metálica já teve o Rio Grande do Sul, por haverem os bravos de 35 a 45 ali admitido, com o consenso da população gaúcha em massa, o curso, de fato, do ouro amoedado, inglês, como americano, boliviano, chileno, etc., etc., e conseqüente repúdio do papel-moeda do Império. E, sobretudo, o que é mais interessante, é que mesmo após a pacificação Caxias-Canabarro, continuou aquela população a não aceitar em troca de sua produção senão ouro e bem metalicamente sonante. Só por ocasião da guerra contra o Paraguai foi que, estimulado ao auge o patriotismo da raça, todo o povo do extremo meridional do país, estancieiros abastados ou remediados, manufactureiros, grandes ou pequenos, da erva mate, sem par, como foi e ainda é a dos gaúchos, todo o povo, repito, acorreu com suas economias acumuladas em ouro e foi trocá-las pelo papel-moeda do Tesouro de curso forçado que, por isso mesmo que era de curso forçado, não gozava de condições aquisitivas estáveis, para haver os meios indispensáveis à manutenção das tropas nacionais nos campos da batalha que durou cinco anos, senão mais.

Cinco anos de heroísmos pessoais e coletivos, de penas e sofrimentos inenarráveis, de que partilhou, mais que nenhuma outra de nosso grande Brasil, a população sul-rio-grandense, e a respeito da qual, com carradas de razão, Bento Gonçalves, já em 1838, declamava:

**“Nas guerras externas do Império éramos os primeiros a disparar o primeiro tiro de canhão e os últimos a sofrermos a sanha dos inimigos”.**

Notas bancárias, por privilégio concedido a associações particulares, que as emitam e não as convertam, nunca mais!

Desse gênero foram as dos malfadados bens de janeiro de 90.

Que horror só de nelas pensar -se ainda!

De 27 pence por mil réis, ou, em linguagem mais aborígine, de  $\frac{1}{4}$  da oitava de ouro de 22 quilates por mil réis trouxeram-nos ela aos  $5\frac{1}{4}$  por mil réis, ou em outros termos a  $\frac{7}{144}$  avos da mesma oitava por mil réis de curso forçado e ingarantido.

Não virá de feição, antes de ir adiante, assinalar que no Brasil, mais, talvez, que em qualquer outro país, salienta-se a diferença entre o que seja moeda legal de valor real e moeda legal representativa ou não de valor realizável à vista ou à vontade de seus portadores?

Moedas legais de valor real, são, por exemplo, o mil réis ouro da lei de 46, equivalente a uma quarta parte da oitava ouro de 22 quilates, como seus múltiplos e submúltiplos, rigorosamente equivalentes também aos respectivos múltiplos e submúltiplos da referida quarta parte da oitava de ouro de 22 quilates.

É, como toda gente sabe, da comparação desse mil-réis – constituído de 917 milésimas partes de ouro fino e 83 outras de liga – com o padrão monetário inglês, ou com o francês, ou com o português, ou com o americano, etc., etc., é que decorrem as paridades em ouro do nosso padrão com os padrões monetários dos diversos países do mundo.

Moeda legal representativa de valor real é o dinheiro-papel fiduciário, que o Tesouro ou dado instituto bancário emita com a condição da conversibilidade à vista e à vontade do portador, na base do mil-réis equivalente à quarta parte da oitava de ouro de 22 quilates, ou na de determinado submúltiplo desse padrão, por exemplo, as notas da Caixa de Conversão de 1906 e, mesmo, as da Caixa de Estabilização de 1926.

Moeda legal, finalmente, não representativa de valor real, é o papel-moeda do Tesouro, ou a nota bancária privilegiada, a usufruírem o abusivo direito do curso forçado, que, entretanto, não tem onde apoiar-se, pois nem o texto e muito menos o espírito da Constituição de 24 de fevereiro o admitem.

Esse mil-réis de curso forçado, que tanto nos embaraça a vida, nada tem de comum, a não ser no nome, com o mil-réis da lei de setembro de 46.

O mil-réis de 46 é padrão, é unidade monetária; o mil-réis de curso forçado, na mais tolerante das hipóteses, é papel de crédito, mas da pior espécie por ser decretado e não fundado.

Aquele é constitucional. Este é bastardo fruto da incapacidade governamental em conúbio com o engenho do moedeiro falso. Deste engenho, aliás hereditário, valeu-se D. João VI, o criador do papel-moeda no Brasil. CORREIO DA MANHÃ (RJ) ed. 1101011/11/1930.

## V

A sociedade, de fato, por si só, é sobre maneira interessante. Fundamentalmente assenta no conjunto das aptidões humanas. Com elas e como elas evolve sem parar.

Inconcusso conceito é esse, ao alcance, aliás, da quotidiana observação vulgar.

Dada a variedade das aptidões humanas, natural e lógico é que os frutos do trabalho individual ou coletivo, caracterizem-se, como, de fato, se caracterizam, por utilidades múltiplas e distintas, segundo a equivalência das quais vêm eles sendo permutados, uns por outros, desde que o mundo é mundo. Não foi, não é, nunca será outro o objetivo substancial do trato mercantil.

Apenas no grau de precisão a que já atingiu o cômputo dessa equivalência basilar é que os processos comerciais de agora diferem dos de outrora. Computaram-na, outrora, mais a olho que por medida, ao passo que hoje numérica e pecuniariamente é ela definida.

Progresso, sem dúvida, considerável! Genial, dir-se-ia, sem exagero.

Nada tem, entretanto, de sobre-humano. Ao contrário, é obra exclusiva do labor social, o método criador dos padrões unitários em que cientificamente se apoia a metrologia das grandezas ou a sua avaliação positivamente exata, direta ou indireta.

Direta, quando se mede a distância entre pontos assinalados, aplicando-se-lhe, materialmente, a unidade de comprimento; indireta, quando a media dessa distância, em função dessa unidade, é deduzida ou calculada, partindo-se de dados incontestes.

Direta ou de visu é a avaliação pecuniária de dada massa de ouro pela comparação, graças à balança, de seu peso com o da respectiva unidade monetária; indireta é a avaliação dessa massa em função da mesma unidade mediante cálculo aritmético.

Familiarizada anda toda gente, culta ou inculta, com as razões rudimentares que legitimam os padrões-unitários em uso.

Ninguém há que se conforme com o absurdo de medir-se dada distância com um metro que dê de si, que se dilate ou se contraia, sem ciência nem consciência de quem dele se sirva.

Contra senso da mesma estirpe é o de utilizar-se, à guisa de unidade monetária, do mil-réis de curso forçado, oscilante em seu valor, cada dia, para não dizer a cada hora, a cada instante.

Muito embora de estabilidade, em absoluto, não inalterável, o ouro, desde remotas eras, vem usufruindo foros de substância ou substractum de valor monetário relativamente consistente.

Principalmente, por isso, exerce, na prática mundial dos negócios, a função nobre de termo de comparação no cômputo das grandezas pecuniárias. A seu império, nenhuma transação, privada ou pública, é livre de subtrair-se.

Sob o regime, por exemplo, do mil réis-papel-moeda oscilante, vendedor e comprador, ao sopesarem as condições em que se lhes apresenta dada transação de compra e venda, põem-se, preliminarmente, de acordo sobre o que possa valer, no

momento de a efetuarem, esse mil-réis, com relação ao de vinte e sete dinheiros esterlinos, ou, em linguagem mais nossa, com relação à quarta parte da oitava de ouro de 22 quilates (Lei de 11 de setembro de 1846).

- O custo de minha mercadoria, compreendido o meu lucro, pondera o vendedor, posso fixá-lo em cem mil réis de vinte e sete dinheiros esterlinos, ou em cem vezes a quarta parte da oitava de ouro de 22 quilates. Por importância que não **pague esse custo, não lh'a posso ceder.**

- Bem entendido, replica-lhe o comprador: pagar-lhe-ei esse custo desde já, à vista. Não o farei, porém, com o mil-réis **de “vinte e sete pence”, pela razão** bem simples de se não o encontrar em circulação, ma, no que corre e a esta hora **corresponde a “treze e meio pence”, seu submúltiplo, aliás.** Aqui tem 200\$000 de **“treze e meio pence”, que perfazem os 100\$000 de “vinte e sete”.**

- De fato, agrega o vendedor, trata-se de uma só e mesma quantia, bem que sob expressões numéricas distintas:  $100 \times \frac{1}{4}$  da oitava de ouro, e  $200 \times \frac{1}{8}$  da mesma oitava de ouro, concretamente, se equivalem. Está feito o negócio.

No dia seguinte, por haver o mil-réis da véspera cedido o passo ao de treze pence, eis que o vendedor, ao verificar que com os duzentos recebidos horas antes já não tem como prover-se de mercadoria idêntica a por ele cedida, exclama, desolado:

- Fiz mau negócio, já perco dinheiro.

O comprador, ao contrário, rejubila.

Inversa seria, compreende-se, a recíproca situação de ambos se a oscilação do mil-réis corrente se houvesse dado em sentido oposto.

Por essa alternativa, **entre um “gosto” e um “desgosto”, rege-se a sorte**, para não dizer a vida – o que, aliás, seria mais significativo – de toda a gente neste imenso Brasil, enfeudado à moeda de curso forçado.

Força é convir, que o trato mercantil em tais condições, se de todo não é o caos, **participa, pelo menos dos azares da roleta ou do “jogo do bicho”.**

A unidade principal do nosso padrão monetário nacional, quer dizer, o mil réis ouro definido em 46, e o mil réis de vinte e sete dinheiros esterlinos confundem-se, como o atesta a linguagem habitual, câmbio par, porque aquela e este se equivalem, ou porque, em outros termos,  $n/27$  avos da quarta parte da oitava de ouro de 22 quilates e o mil réis de **“n” dinheiros esterlinos se equivalem.**

Utilíssima é essa equivalência. Cumpre não olvidá-la.

Para obter-se em função da oitava de 22 quilates o valor efetivo de mil réis de **qualquer número de dinheiros esterlinos, basta nela substituir “n” por esse número.**

Trata-se do mil-réis de 1 dinheiro, do de 14 dinheiros – qual foi o mil-réis mínimo verificado em um dia da guerra domo Paraguai; do de 15 – qual foi o da Caixa

de Conversão de 1906; do de 27, - qual é o do padrão de 46; ou do de 67,5, que existiu outrora, etc., etc., ter-se-á, sucessivamente, fazendo

$n = 1, n = 14, n = 15, n = 27, n = 67,5$

mil réis de 1 dinheiro =  $1/27$  de  $1/4 = 1/108$  da oitava de ouro

mil réis de 14 dinheiros =  $14/27$  de  $1/4 = 7/54$  da oitava de ouro

mil réis de 15 dinheiros =  $15/27$  de  $1/4 = 5/36$  da oitava de ouro

mil réis de 27 dinheiros =  $27/27$  de  $1/4 = 1/4$  da oitava de ouro

mil réis de 67,5 dinheiros =  $67,5/27$  de  $1/4 = 5/8$  da oitava de ouro

Nos tempos do Império, essas noções elementares, mas indispensáveis, talvez, andassem, mais que agora, na memória da administração pública do país. Ainda assim, - pelo hábito de contar-se erroneamente, pois desse erro não escapa quem toma por unidade o mil réis de curso forçado, instável, quase enigmático, nesse mil réis, repito, é que assentavam nossos parlamentos a previsão das receitas e despesas públicas. Desses parlamentos foi invento original o dispositivo que, mais que todos, superintendia a inexatidão teórica e prática de seus orçamentos: a verba elástica das diferenças de câmbio, com que mal se encobria a depreciação ou oscilações do preço real do papel durante cada exercício.

De fato, era um deficit que, em geral, se apurava para saldar o qual sempre se pôs em contribuição, ou a emissão de apólices, ou a emissão de papel, ou, ainda, e quando possível, a emissão de empréstimos externos.

Essa diferença de câmbio, capítulo obrigado nos orçamentos de tempos idos, graças, sobretudo à agravação viciada de nosso meio circulante, também subsiste nos orçamentos da República, sob uma forma, porém modernizada:

Para pagamento das despesas em ouro, a arrecadação das receitas necessárias é feita também em ouro, isto é, na base do mil-réis de 27 pences; e quanto os previstos em papel-moeda, os recursos pedidos aos contribuintes são levados, por sua vez, ao Tesouro nesse mesmo papel-moeda. Dá-se o desequilíbrio entre as despesas e receitas deste gênero, que fazer?

As sobras em ouro admissíveis, mais por palpite que por demonstração, transmutam-se em papel-moeda e assim especava a insuficiência das recolhidas em papel-moeda.

O jogo das fórmulas, a antiga e a moderna, no fundo é o mesmo e nada corrige, subsistindo o regime dos orçamentos inverídicos. Quando terão eles por base uma unidade monetária não fictícia? CORREIO DA MANHÃ (RJ) ed. 11011 12/11/1930.

## VI

À precisão proporcionada ao trato mercantil pela criação da unidade monetária, superpuseram-se novas vantagens, notadamente a de alargar-se-lhe o âmbito das transações, com a subsequente circulação dos metais amoadados, na base daquela unidade. Dessa monetização assenhorearam-se, país por país, seus próprios governos. Daí a formação de diversos sistemas monetários nacionais, distintos entre si, mas de cuja comparabilidade ressalta passar-se de uns para outros mediante elementar operação sobre números concretos e, portanto, a possibilidade de unificarem-se todos em um só, capaz de ser universalmente aceito.

Monetizados o ouro e a prata, quer dizer, instituído um instrumento monetário circulante, a permuta, antes direta, dos frutos do trabalho, individual ou coletivo, passou normalmente a ser efetuada por meio desse instrumento, de que força foi proverem-se os industriais de toda ordem, com tempo e previsão.

Ocorreu-lhes, diante dessa necessidade, entesourar seus saldos beneficiários em metais amoadados, com o inconveniente, porém, de imobilizá-los, em desproveito de terceiros que deles carecessem, dispondo de capacidade para movimentá-los e restituí-los, acrescidos, aos seus donos, em prazo convencionado.

Não tardou, naturalmente, uma cooperação bem orientada, de inspirar, a uns e outros, a instituição que, a fim de remediar de vez aquele inconveniente, conceberam, fundaram e desde então existe: os Bancos de Depósitos e Descontos.

Repositórios de economias livres que se lhes confiem, são os institutos desse gênero gestores delas, diga-se, em geral, conscienciosos, competentes e honestos, para deixar em aberto a presunção de que os pode haver ímprobos e desumanados pela agiotagem ou avareza.

Não se cogita aqui de semelhantes excrescências, nem de chamar a atenção pública sobre os governos dilapidadores da moeda, que lhe alteram o título, subtraem-lhe o peso, defraudam-lhe o valor real e mandam-na que com este circule, como se subsistisse intacto.

Ao agiota, que o corrija, ou o elimine, sua própria clientela, retirando-lhe a confiança e se não prestando a ser por ele explorada, seus únicos meios de vida.

E, quanto aos governos aladroados, quem duvidará que a opinião ativa é que cumpre desalojá-lo das alturas do poder?

Quem contestará que a passividade, ante um governo moedeiro falso, em vez de traduzir respeito à autoridade, desprestigia a nobre função do mando, socialmente instituída para que a ela se alce quem saiba compreendê-la e a exerça subordinando-se ao bem geral dos governados?

A circulação monetária metálica satisfez, por séculos e séculos, as exigências do trato mercantil.

Houve, contudo, com o decorrer dos tempos, de mostrar-se menos adaptável à intensidade das transações ante a circunstância de, para liquidá-las, ser necessário efetuar-se a transferência de numerário, num vai e vem sem tréguas de umas para outras praças comerciais, desprovendo-se, dessarte, ora umas, ora outras, ora todas dos recursos monetários que estritamente lhes eram indispensáveis a todos os momentos.

Veio obviar a esse embaraço capital uma criação nova de proficuidade inexcedível – a letra de câmbio, cujo poder liberatório assenta no fato de ser ela um agente fiduciário representativo de valores reais e cuja gênese se radica no balanço dos débitos e dos créditos verificados entre praças ligadas pelo trato mercantil.

A letra de câmbio é, com efeito, um veículo de circulação de créditos disponíveis, aqui, ali ou além, com os quais saldam ou entretêm suas contas recíprocas com a mínima movimentação de numerário, praças comerciais, separadas por distâncias nem sempre fáceis de vencer.

Entre a letra de câmbio e o dinheiro-papel fiduciário, ou simplesmente o bilhete fiduciário, as afinidades são tangíveis.

Um e outro veiculam créditos fundados, não aventurados, não hipotéticos.

Pela letra de câmbio, como pelo bilhete fiduciário, responde o valor real efetivamente nascido da transação que lhes é a origem. São irmãos, para assim dizer, cabendo à letra de câmbio a primogenitura. Com efeito, só depois dela é que veio ao mundo o bilhete fiduciário realizável à vista, à vontade do portador.

Ambos movimentam o crédito mas não criam o crédito. Este, necessariamente, os antecede, pois sem ele a letra de câmbio e o bilhete fiduciário não existiriam.

Vulgarizadas já eram essas noções quando, do velho continente, para aqui embarcou-se D. João VI, enxotado por Bonaparte.

Do caudilho máximo que o maltratara, D. João também conhecia a iniciativa ou a adesão à iniciativa que veio à concretizar **-se na fundação do “Banco de França”,** modelar instituto emissor de notas bancárias convertíveis, e cuja evolução instrutiva no-la traçam, proficientemente, nossos eruditos financistas.

Quis imitar, ao menos, nessa especialidade o seu algoz, então no auge da fama e poderio.

Fundou, ninguém há que o conteste, o primeiro instituto bancário no Brasil Colônia.

Criou o **primeiro “Banco do Brasil”, a um só tempo Banco de Depósitos e Descontos e Banco emissor de bilhetes fiduciários convertíveis à vista e ao portador.**

Dentro em pouco, por se tornarem inconvertíveis tais bilhetes, o Tesouro, já no primeiro Império, houve de assumir a responsabilidade deles. Data, de então, como é sabido, o papel-moeda nacional, que se ainda não está banido dentre nós é porque

com uma versatilidade de pasmar mudamos de programa financeiro como se muda de camisa. CORREIO DA MANHÃ (RJ) ed. 11012 13/11/1930

## VII

Reafirma-se o império da lei. Temo-lo já definido em ato solene.

É, pelo menos, uma espécie de auspicioso armistício apaziguador da geral ansiedade com que se andava a investigar dos desígnios patrióticos da revolução reconstrutora.

Vem-nos esse armistício, com ocasional coincidência, no aniversário do da grande guerra!

Foi-se, em todo caso, o receio de se haver feito uma revolução, para, sobre seus heroísmos, implantar-se o domínio do arbítrio. Continua em vigor a Constituição Federal – de 24 de fevereiro de 1891, não tishada, quero crer, pelas emendas de 1926.

É substancial essa deliberação. Foi, por todos, recebida com o signo da ordem que aí vem perto. Alegre é a confiança que renasce ou se recompõe. Renasce ou recompõe-se, repito, porque idêntica foi a inspirada pela excelsa Junta Governativa Pacificadora, que, ao cabo de dez dias de exemplaríssima conduta, passou ao governo provisório as rédeas da administração do país.

**“O governo provisório** exercerá discricionariamente, quer dizer, em toda a sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a **reorganização constitucional do país.**”

Cito, nos termos transcritos – apenas com um quer dizer a mais, por parecer-me elucidativo – o texto integral do art. 1º da lei organizadora do governo provisório, em data de 11 do corrente.

Para compreender-se como e em que sentido se traça o governo provisório uma delimitação à sua ação discricionária, passe-se ao art. 4º da referida lei:

**“Continuam em vigor, diz este artigo, a Constituição Federal e Estaduais, as demais leis e decretos federais, assim como as posturas, deliberações e outros atos municipais, todos, porém, inclusive as próprias constituições, sujeitos às modificações e restrições estabelecidas por esta lei ou por decretos ou atos ulteriores do governo provisório ou de seus delegados na esfera de atribuições de cada um.”**

Tudo pode ser retificado, mas nada foi demolido pela revolução que, de armas em punho, pôs termo à tendência que, sob formas caprichosas e múltiplas, viera desde os inícios do regime federativo, mutilando-o, desvirtuando-o, avassalando-o deturpando-o a golpes de vandálico partidarismo, em que o próprio eu de cada um se flocilava e embarrigava.

Já o disse e relembro de passagem...

Para castigar a chibatadas os autores diretos ou indiretos de tais desmandos fora necessário revolver cemitério e da morada eterna desenterrar os grandes culpados que dentre nós se foram sem se penitenciarem em vida dos crimes egoisticamente perversos que na espécie praticaram. Livra-os a lei da morte dos corretivos da política-policial, mas não das responsabilidades de que têm de resgatar-se ante os pósteros, ante nós mesmos, ao clarão exempto de paixões tardias com que cumpre julgemo-los, para não lhe seguirmos a rota escabrosa que perlustraram.

Nada está revogado da Constituição de 24 de fevereiro e menos ainda dos princípios cardiais em que ela assenta e que outros não são senão os do programa republicano de 1889, essencialmente envólucro, no sentido de emancipar-se não só a vida dos municípios e dos Estados, mas a própria atividade do cidadão sob a égide da Moral.

Uma das retificações que visa, sem dúvida, o valetudinário representativismo constitucional, ou, pelo menos, as inconvenientes deliberações do Congresso Nacional, na fatura do orçamento federal e abusivas práticas do Executivo, em desacatá-lo transparece do art. 15 da lei em apreço.

Ponhamo-lo sob nossas **vistas: “Fica criado o Conselho Nacional Consultivo, com poderes e atribuições que serão regulados em lei especial”.**

Transparece, digo, essa retificação em perspectiva, através do comentário antecipado e comunicativo de Oswaldo Aranha, ontem vulgarizado pelo Correio da Manhã, em cujas colunas diariamente ando a rabiscar velharias bem mais oportunas que o modernismo pós-guerra, salva a hipótese de, melhormente educado por esse modernismo, a ele amoldar-se conscientemente, e não por convencional e utilitária adesão verbal.

São de meu prezado conterrâneo e simpático idealizador as palavras sugestivas quanto às funções que serão atribuídas ao Conselho Nacional Consultivo: **“Terá, supponho, entre outras as seguintes, que antecipo ao noticiário** do Correio da Manhã: a) a de orçar a receita e fixar a Despesa da República; b) a de tomar as contas do governo provisório; c) a de elaborar e promulgar a lei eleitoral de acordo com a qual se fará a convocação da Constituinte.

Não se trata, pois, de um aparelho que elimine da Constituição o processo legislativo que ela adotou. Sua função é transitória e não substituirá aquele. Estudará e indicará os remédios adequados a depurá-lo de seus defeitos. Não se desacata, assim, a obra de 1891. Ao contrário, o que se procura é dar-se-lhe a feição de sua própria fotografia, retocada à luz radiosa dos princípios de 1889.

A esses retoques já aludia o presidente bem avisado da Constituinte Republicana, a cujo labor pessoal exaustivo de coordenador das ideias, em jogo na memorável Assembleia, se deve, mais que a ninguém, o ter-se prontificado, após dias de constante labutar, a Constituição de 24 de fevereiro. Do preclaro repúblico relembramos as seguintes palavras por ocasião do Congresso Constituinte promulgá-la.

**“Esta** Constituição, disse Prudente de Moraes, elaborada durante o período de três meses e alguns dias, com trabalho assíduo, naturalmente tem defeitos; entretanto é força reconhecer que o Congresso Brasileiro esforçou-se por conseguir e o conseguiu consignar, no Pacto Fundamental com que dotou o país, todos os princípios cardiais da República Federativa.

Entretanto não está tudo feito; ... é preciso que todos os poderes estabelecidos pela Constituição que o Congresso promulgou coloquem-se na altura de seus deveres, procurem cumpri-los fiel e religiosamente, a fim de que as ideias cardiais aí consignadas sejam praticamente realizadas, como é necessário para a felicidade da **nação”**.

Essa, a hermenêutica duplamente traçada pelo Congresso e pela Constituição aos futuros governos da República, acaso embaraçados na aplicação ou interpretação da lei de 1891.

Pelo Congresso Constituinte nos termos lembrados, de que foi órgão seu eminente presidente; e pela própria Constituição em seu providencial art. 78, que transcrevo *ipsis litteris*: **“A especificação** das garantias e direitos expressos na Constituição não exclui outras garantias e direitos não enumerados mas resultantes **da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consigna”**.

Nada mais preciso por na carta, para assinalar que a República Velha e a República Nova são uma e a mesma coisa: a República honesta e radicalmente republicana.

Convirá, não obstante, examinar, mais de espaço, o que farei, as funções que virá desempenhar o Conselho Consultivo.

Referir-me-ei, às carreiras, apenas, à de orçar a Receita e fixar a Despesa da República, que seria sobre todas a da maior urgência, uma vez que a representação ao Congresso Nacional foi dissolvida sem ter concluído o orçamento que elaborava e deveria vigorar no exercício de 1931.

Mas, mais curial a este respeito seria, percebo, que, em vez de cometer-se essa incumbência urgentíssima ao Conselho Consultivo em projeto, o governo provisório cogitasse em prorrogar o orçamento do exercício a extinguir-se, a fim de precaver-se, no país e no exterior, de ser acoimado de instituir em matéria da maior transcendência, a ditadura financeira.

Permito-me por termo ao monólogo de hoje com a manifestação modesta de meus aplausos ao destemido e generoso compatriota J. A. Flores da Cunha, porque reluta em ser interventor, em um Estado organizado, como é o Rio Grande do Sul, bastante amadurecido para por si mesmo e em frente única corrigir os escassos senões de sua lei básica e reformar-lhe as leis orgânicas municipais sem preocupações partidárias anacrônicas que, a população gaúcha, desde muito tem por banidas de seu seio.

Parabéns. Que o Rio Grande resolva seus casos como entender... CORREIO DA MANHÃ (RJ) ed. 11014 15/11/1930.

## VIII

Dos malefícios do papel-moeda, como agente preponderante em nossa precária circulação monetária, supérfluo seria intentar-se qualquer demonstração teórica, porque reconhecidamente confirmada anda ela na prática quotidiana dos negócios privados como públicos.

Por ocasião da Constituinte de 1891, tão profundamente impressionada pelos desastres dos beús de janeiro de 1890, houve ela de preceituar, como preceituou, que ao Congresso Nacional caberia estatuir sobre a criação e funcionamento de Bancos Emissores, mas de notas conversíveis à vista, ou à vontade dos respectivos portadores. Não sei quem possa confundir a circulação fiduciária assim concebida com a emissão de papel-moeda, inquestionavelmente anticonstitucional no texto e no espírito da lei basilar de 91, não revogada pela Lei Orgânica de 11 do corrente.

Desrespeitar esse texto e esse espírito, a pretexto do modernismo pós-guerra andar por aí a persuadir a incautos letrados de que o credito se decreta e o pelourinho da crítica algo edifica, é perfeição de reacionários que, por andarem de costas, só andam para trás.

De vulgaríssimas noções elementares no assunto tem-se feito aqui o objeto de reflexões oportunas sobre as dificuldades mais salientes desta hora: a de pagar com pontualidade nossos compromissos no exterior, como urge a bem da Restauração a confiança por lá além nos falta e de que o país carece, e a de, com precisão e máxima presteza, especar a taxa de 200 miligramas ouro por mil réis, da lei de 26, como base do resgate da dívida flutuante do Tesouro representada em papel-moeda.

Correr-se-ia o perigo, quero crer, de um salto nas trevas o pretender-se alterá-la para aumentá-la, quando, na realidade, só o esforço em mantê-la seria obra da maior benemerência.

Regulada nossa situação ante nossos credores externos e, bem assentada a decisão degradativa a efetivamente libertar-nos do insidioso papel-moeda, o problema da circulação monetária poderia ser encarado com serenidade e eficiente sucesso, só com a prata da casa, presumo, e possivelmente com o concurso de capitais vindos do exterior.

Aí está o Banco do Brasil que, no caso, deverá ser aproveitado, dando-se-lhe a faculdade de emitir notas ao portador conversíveis na base da taxa do resgate do papel-moeda, resgate que em hipótese alguma fosse jamais interrompido. Conhecido o valor das ações atuais do Banco, mediante balanço do ativo real desse instituto, emitir-se-ia, à subscrição pública, um aditamento ao seu capital na medida necessária e na base do valor apurado das referidas ações. Seria a ocasião azada para que os institutos bancários estaduais acorressem com suas contribuições utilíssimas, com vantagem para eles próprios e, naturalmente, com economias consideráveis na administração do Banco do Brasil, pois seriam deste, no interior do país, os autorizados representantes, bem mais merecedores da confiança pública que suas sucursais e agências de agora, que por aí além proliferam e fazem agiotagem ruinosa para a lavoura, a pecuária e quaisquer outros surtos do labor nacional, inclusive a própria indústria bancária. Assim falando, não me faço eco de

nenhuma novidade. Toda gente compreende que, de posse de favores, privilégios e propinas, visa principalmente recomendar-se por grossos dividendos, dos quais participa o Tesouro, seu grande acionista, com a impiedade manifesta de exaurir o pobre cliente ao peso de juros formidáveis e comissões de balcão ainda por cima.

Longe de mim dizer ao vigário coisas que ninguém melhor que ele sabe e ensina.

Se do assunto ousou tratar super perfunctoriamente é porque sou povo, absolutamente povo, e com ele sinto a necessidade de libertar-se o país dos onzenários.

Desse-se ao Banco do Brasil a faculdade emissora por um prazo não excedente, admita-se, ao de quinze anos, estatuinto, como dispositivo capital, que nos bilhetes gozariam em todos os casos do curso legal e como tais seriam recebidos em pagamentos a particulares e às repartições públicas no território nacional por um valor – seja o de 200 miligramas ouro por mil réis, ou outro igualmente fixado – com a obrigação de, nessa mesma base, trocá-los em espécie à vontade dos portadores.

Onde está o ouro para esse efeito? Esse viria sem sustos incorporar-se às forças vivas do país, uma vez que restabelecêssemos a confiança que lá fora periclita e, entre nós, não mais se desse guarida à emissão de papel-moeda como meio de governo ou instrumento criador de riquezas, indústrias e economias.

Demais, por ocasião da reforma do Banco do Brasil no sentido que a traços largos delineio, ou eu sou um visionário, ou na realidade não faltará capital sonante que com seus próprios recursos ele atrairá com sobras.

E, com sobras, vê-lo-emos, esse capital sonante, buscar emprego remunerador em nosso país, donde foge acossado pelo curso forçado do papel-moeda.

A estabilização de 89, na base do mil réis de vinte e sete pence e a Caixa de Conversão na do mil réis de quinze, pelos seus efeitos, enquanto duraram, autorizam minha predição. CORREIODA MANHÃ (RJ) ed. 1101820/11/1930.

## IX

Quaisquer críticas ao Banco do Brasil, casa de crédito que pode ser das mais respeitáveis no continente, merecem-me a atenuante de ter esse instituto dependências do Poder Público, ao peso das quais se lhe atrofia a capacidade de iniciativas salutaras, senão da simples valorização de seus meios de ação útil.

De seus diretores, de incontestável competência, que por ele tem passado, sem a permanência garantida, exclusivamente pela própria técnica e integridade, quantos, no labor profícuo de tais funções, delas têm sido arredados surpreendentemente?

Tais dependências do banco para com o governo, salvo melhor conceito, fora necessário, de uma vez por todos, reconsiderar.

E não será este o momento azado para a tanto ser alcançado?

Por que não desistiria o governo de nele intrometer-se? Por ser seu maior acionista, nele manda como em casa própria, ao que parece, e dessa circunstância se prevalece para, como seu cliente de excepcional situação, nele haurir os fundos de que carece.

Tal contingência é acaso compensada pelos favores que lhe outorga o Poder Público, favores que, à primeira vista lhe embaraçam a gestão autônoma de seus legítimos interesses?

Mais prosperariam estes, quero crer, em um regime de plena liberdade bancária de que o país carece e a República ainda não instituiu nem promoveu.

Não será exato que o arcaísmo de nossas praxes nesta matéria se enraíza no pressuposto de que o papel-moeda puro sangue é dinheiro de contado a que o Tesouro recorre emitindo-o em dias de aperto, diretamente ou por intermédio do velho Instituto, para logo adiante isentá-lo de responsabilidades, encampando-lhe as emissões, mas não as resgatando?

A origem do papel-moeda é coeva, toda gente o sabe, de D. João VI, que o emitiu por intermédio do primeiro Banco do Brasil, na base de 67,5 pence ou de 5/8 da oitava de ouro de 22 quilates por mil réis. Esse mil réis que devera ser conversível, como se prometera, logo e logo, só correu pela força do curso forçado e, como tal, já em 1833 valia, quando muito, nada mais que 43,2 pence ou 2/5 da mesma oitava de ouro, nunca mais parando, salvo episódicas e esporádicas vezes, em sua ininterrupta decadência. Em 1846 desceu a 27 pence ou a 1/4 da oitava de ouro e, nesta hora, admita-se por concessão e argumento, não atinge a 6 pence ou 1/18 avos da referida oitava de ouro de 22 quilates.

Quem se der à distração de cotejar os extremos dessa escala degradativa que, de cima para baixo e através oscilações as mais nefastas do mil-réis, andamos a percorrer faz mais de século, ficará perplexo ante o vezo ou inconsciência com que ainda adotamos por unidade monetária o mil réis de curso forçado.

Admita-se que alguém, por heranças sucessivas, agora ainda possuísse economias ou fortunas acumuladas no mil réis de D. João VI e, por simples ou curioso devaneio computemo-las no mil réis de hoje, como o daquelas épocas, igualmente de curso forçado. O tostão de Dom João VI, dada sua depreciação, não alcançaria nem mesmo a bem menos de sua oitava parte, ou o conto de réis de outrora, de 67,5 pence, valer ia, quando muito, bastante menos que 125\$000atuais.

É tremendo!

Mais tremenda é a sorte que nos ameaça neste momento de libertação regeneradora, não nos emancipamos desse flagelo, que é o mil réis de curso forçado, como Belisário Penna, apóstolo realizador, nos quer exonerar, a golpes de higiene salvadora, em que é exímio, dos males endêmicos que nos deprimem a capacidade de produzir.

A que incertezas, se desta vez ainda reincidirmos na gravíssima toleima inveterada de somar quantidades heterogêneas, como o de 2, 3, 6, ou 7, et., etc., - a que incertezas, repito, ou abismos, levaremos nosso país, senão à nossa própria unidade política, se nos descuidarmos da circulação monetária nacional, profundamente mal ferida pela ditadura financeira de 1890 e que, desde então, invalidou a realização dos ideais de 1889?

Satisfeitas as preliminares do pontual pagamento dos serviços financeiros de nossa dívida externa fundada e, por outro lado, concomitantemente assegurado, como a crédito perfeitamente praticável, o resgate gradativo, inadiável e contínuo da dívida flutuante do Tesouro representada em papel-moeda, disse ontem e, ainda hoje, insisto:

Dê-se ao Banco do Brasil a faculdade emissora, por um prazo, sem concorrentes, no máximo de quinze anos, estatuinto-se como dispositivo capital que seus bilhetes fiduciários terão em todos os casos curso legal e, como tais, com o poder liberatório de efetuar pagamentos a particulares, como às repartições públicas no território nacional, na base, seja a de 200 miligramas ouro por mil réis, convertível obrigatoriamente pelo Banco nessa mesma base, à vontade do portador, sob pena de aplicar-se-lhe, quando isso não faça, o que manda o direito comum em relação a devedores que não satisfazem seus compromissos incontestes.

Basta de tergiversações neste assunto máximo, que domina todos os outros concernentes ao incremento de nossas forças econômicas. Basta de ilusórios conceitos de que com papel-moeda de curso forçado algo já se fez, por se não ponderar que tem sido, apesar dele, que nossas expansões, de país excepcionalmente dotado de forças vivas naturais, progrediram e progridem. Mas se assim é e assim foi, não é menos certo que o inimigo roaz, mais que as secas e lutas fratricidas, de nosso desenvolvimento, tem sido ele. Por que, pois não o matar enquanto não nos arrasta à inanição incurável?

Seja essa a obra reconstrutora, de incomparável vulto, que a República Nova ouse por em prática e lhe não faltarão nem louvores, nem homenagens, nem devotamentos dos raros mas impertérritos republicanos da República Velha, como Assis Brasil que já aí está a trabalhar com desvelo, independência e comunicativo desinteresse.

A ele o meu cordial abraço e o meu apelo em prol dos ideais de 89.

Não seria despropositado delinear condições peculiares a um Banco de Emissão, além do dispositivo capital acima definido. Mas não quero que se me inquine de levar meu bedelho lá onde capacidades adestradas as ditarão proficientemente, a exemplo das praticadas nos grandes Bancos de Emissão no mundo.

Como povo que sou, sem qualquer outro título que mais eu preze, aventuro investigações ou raciocínios no desígnio de concorrer com sincero esforço para a formação da opinião inconcussa, soberana, de meu maior acatamento e que se não compraz com o regime de elites por decreto no trato de quaisquer assuntos de interesse público. CORREIO DA MANHÃ (RJ) ed. 11019 21/11/1930.

## X

Nem filhotismo, nem privilégios, nem desperdício dos dinheiros públicos - eis a divisa da República Nova.

De sua execução depende, com efeito, o reatamento, na administração e na política, dos preceitos da República Velha, por malversada compreensão dos quais nos tratam com desdém quantos se presumem predestinados a refazer o mundo e suas leis, o homem e sua cerebração, a golpes de uma audácia infantil e ignara, que só descobre, na Moral pura e na Razão esclarecida, senilidades desprezíveis.

Entre a República Velha e a República Nova, a Velha, que surgiu com um programa definido, tradicional, elaborado pela brasilidade, e a Nova, que neste instante nebuloso gravita em torno desse programa, é desvairado esforço, parece, o de discriminar ideais políticos, ou concepções orgânicas, que as separem, ou as incompatibilizem.

Em nada divergem, esta é a verdade, a primeira e a segunda, na liça das opiniões realizadoras.

Cultuam, ambas, os mesmos ideais de construção e progresso, dos quais se desligam, mas profundamente, desbragadas tendências a que tem de se submeter a República Nova, como por aí propalam irresponsáveis coautores de uma paradoxal teoria revolucionária, a nortear-lhe a ação governativa.

Se a Revolução é um fato, por vezes necessário, a concepção de uma teoria revolucionária, que superintenda a política e a administração, toca às raias do incompreensível.

Tal fantasia, entretanto, aí anda a alarmar o espírito público e a perturbar a serenidade dos nossos lares.

Urge, parece, que do alto se irradie a afirmação categórica que a República Nova não é uma aventura fortuita, sem rumos preestabelecidos, mas, sim, um reerguimento dos da República Velha, com os quais se não podem confundir as práticas desonestas dos partidaristas eleitorais que os traíram, ou não os assimilaram, como não os assimilaram ainda muitos dos seus críticos, desta hora, que, se acaso os leem, sobre eles dissertam sem meditá-los.

Não se prejulgue, por outro lado, inoportunamente, do que será a República Nova, uma vez vencida esta fase inicial, ao mesmo tempo de entusiasmos e complicações acessórias impertinentemente levantadas a cada hora. À sua frente está um governo cujos membros a servem com despreendimento e conhecimento do que podem fazer de útil e bom. Não são destruidores inopinados. Derribados os óbices que lhes contrariavam o aceso ao poder, deste se não servirão, nos dias normais, que se aproximam, senão para retificar erros do passado mas desapaixonadamente, sem vinditas pessoais, patrioticamente.

O regime federativo subsistirá. Os serviços sob a gestão da União serão, de acordo com esse regime, descentralizados. Os Estados serão autônomos. Os municípios emancipar-se-ão da tutela de prefeitos ou intendentes, feitos ao dispor de corrilhos partidaristas. A opinião manifestar-se-á a todos os momentos e de sua cooperação a autoridade federal, estadual ou municipal, jamais poderá prescindir. Será a realização da República proclamada em 1889. O ensino, pouco a pouco, se irá libertando do império do oficialismo, em todos os seus graus, como a Igreja já se libertou. Não haverá classes sociais protegidas nem cidadãos privilegiados por direito e arbítrio, mas tão somente por suas virtudes e talentos.

Nem outros foram os propósitos da brasilidade em todos os tempos. Longe andam eles, se cotejados com a realidade de a sanear e de que foi genitora a politicalha. A esta é, pois, que na prática política e administrativa a República Nova combaterá até exterminá-la.

Se o não fizer fracassará. Mas nesse empenho, é óbvio, distinguirá o joio do trigo. Não envolverá, no mesmo saco, maus e bons, exculpando por essa forma os criminosos e martirizando inocentes.

A Constituição de 24 de fevereiro será revista, tendo por base os seus princípios cardiais. O representativismo deixará de seu um funcionalismo de parasitas desocupados. Respeitada sua missão precípua, orçará a Receita e a Despesa, com a atribuição de acompanhar a execução dos orçamentos, de modo a impedir que o Executivo deles faça uma arma de corrupção e predomínio. Assim na União, assim nos Estados e nos municípios.

A consequência, mais ou menos próxima, desse método governamental, será, em primeiro lugar, o chamar a postos as atividades úteis, que após desiludidas, davam provas, não há muito, de uma passividade contagiosa; e, em segundo lugar, mesmo por efeito da opinião revigorada, uma renovação indispensável dos impostos que nos vem impondo o estatismo absorvente, retrógrado e, por cima disso, promotor de revoluções.

Confiemos. CORREIO DA MANHÃ (RJ) ed. 1102022/11/1930.

# **O BARÃO DO CERRO LARGO NAS MEMÓRIAS DO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO – ANOTAÇÕES RELATIVAS À REVOLTA DE 1825 NA PROVÍNCIA CISPLATINA E À SUBSEQUENTE GUERRA ENTRE O IMPÉRIO DO BRASIL E A REPÚBLICA DAS PROVÍNCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA**

José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, e José de Abreu, Barão do Cerro Largo, fizeram-se notáveis na história do Rio Grande do Sul, principalmente nas duas primeiras décadas do Século XIX.

Apesar de atuarem principalmente em áreas distintas, aquele no governo provincial e este na comandância militar, seu convívio foi conflituoso e afetou não só as relações particulares como também a causa pública.

A finalidade deste trabalho é tecer comentários sobre o conflito protagonizado pelas duas personagens, à vista das memórias de José Feliciano, compiladas e postas em ordem pelo Conselheiro Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, Barão Homem de Mello, bem como apontar algumas de suas consequências relevantes para a segurança da Província do Rio Grande do Sul durante a revolta de 1825 na Província Cisplatina, que evoluiu para a guerra entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata e teve como resultado a independência da República Oriental do Uruguai.

Apresentam-se, inicialmente, seus esforços biográficos.

José Feliciano nasceu em Santos, na então Capitania de São Paulo, em 9 de maio de 1774, filho de José Fernandes Martins, nascido em Portugal, na Província do Minho, Vila de Guimarães, Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, comerciante, servidor público civil e militar, falecido como coronel de milícias reformado, e Thereza de Jesus Pinheiro, brasileira descendente de família nobre de origem portuguesa.

No Brasil, fez seus primeiros estudos e foi iniciado na carreira eclesiástica. Em Portugal desde 1792, foi admitido em Coimbra no Colégio das Artes para estudar filosofia racional e moral e, no ano seguinte, matriculou-se no curso jurídico, vindo a bacharelar-se em direito canônico em 1798.

Em Lisboa, procurou destino compatível com sua formação e, depois de afastar-se do estado eclesiástico, entre 1799 e 1801 trabalhou no Arco do Cego, na Quinta do Manique, em Arronches, na tradução e publicação de obras literárias sob a supervisão do Ministro de Ultramar Rodrigo de Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares, até voltar ao Brasil nomeado juiz da recém criada alfândega da Capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul, com exercício do cargo de auditor dos regimentos dessa Capitania enquanto não instalada a referida repartição.

Chegado a Porto Alegre em 1802, foi eleito deputado procurador da coroa e fiscal da Junta da Real Fazenda. Coronel auditor desde 1811, em 1812 marchou com o exército pacificador de Dom Diogo Martim Afonso de Souza Teles de Menezes,

futuro Conde de Rio Pardo, através da Banda Oriental do Uruguai, por Santa Tereza até Pando, de onde regressou ao Rio Grande do Sul. Em 1813, participou da comissão militar constituída para julgar os implicados em crime de rebelião na campanha do ano anterior e, em 1816, foi nomeado vogal permanente da Junta de Justiça. Em 9 de maio de 1819, casou-se com Maria Elisa Júlia de Lima.

Em 1821, foi escolhido para representar a Província de São Paulo nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, em Lisboa, regressando ao Brasil em 1823 e passando, de imediato, a representar a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, dissolvida no mesmo ano por ordem do Imperador Dom Pedro I.

Por nomeação imperial efetivada em 25 de novembro de 1823 e juramentada em 23 de janeiro de 1824, tornou-se Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Após viagem que se estendeu de 2 a 26 de fevereiro, em 8 de março tomou posse do cargo perante a Câmara Municipal de Porto Alegre.

Seu governo, que perdurou até 14 de janeiro de 1826, foi fecundo em realizações. Acudiu às necessidades prementes dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai e, visando ao seu incremento e à sua prosperidade, promoveu a fundação de uma colônia alemã no Povo de São João. Procedeu à repartição de terrenos auríferos. Criou mesa fiscal de arrecadação na vila de São José do Norte. Favoreceu a criação de expostos mediante a doação e o aforamento de terrenos. Empenhou-se na construção de nova cadeia pública em Porto Alegre. Impugnou o loteamento da várzea em que hoje se localiza o Parque Farroupilha, na Capital do Estado. Fundou a colônia alemã de São Leopoldo e o núcleo colonial de São Pedro de Alcântara em Torres que, mais tarde, transferiu-se para Três Forquilhas. Ocupou-se com a atração e a catequização de índios selvagens. Presidiu a Junta de Justiça buscando dar-lhe eficiência e celeridade. E foi o primeiro provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, inaugurada quando da sua presidência. Sua atuação durante a revolta da Cisplatina será objeto de consideração ulterior. Foi substituído pelo Brigadeiro José Egídio Gordilho Veloso de Barbuda, futuro Primeiro Visconde de Camamu que, em 4 de novembro de 1826, por sua vez transmitiu o cargo para o Brigadeiro Salvador José Maciel, o qual o exerceu até 2 de agosto de 1829.

Foi agraciado, em 12 de outubro de 1825, com o título nobiliárquico de Visconde de São Leopoldo e, por decreto imperial de 25 de novembro de 1825, nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Seguiu para o Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1826, lá chegando em 7 de março para, em 10 desse mês, tomar posse do cargo ministerial. No mesmo ano de 1826, foi nomeado Senador pela Província de São Paulo.

Em 24 de novembro de 1826, veio à Província do Rio Grande do Sul acompanhando Dom Pedro I. Permaneceu em Porto Alegre de 14 a 21 de dezembro, retornando após ao Rio de Janeiro onde desembarcou em 15 de janeiro de 1827. Reportando-se a essa viagem, suas memórias registraram: **“Estavam já a este tempo claramente desenhados os intuitos políticos da Inglaterra, a qual procurava por todos os modos estorvar que a Província Cisplatina continuasse unida ao Brasil.”**

Ocupou, interinamente, a pasta da Justiça de março a 18 de maio de 1827, data em que, por decreto do Imperador, passou a integrar o Conselho de Estado. Nesse interregno, assistiu a instalação dos dois primeiros cursos jurídicos do Brasil, em São Paulo e Olinda, referendando em 11 de agosto, como Ministro do Império, a lei que os criou. Celebrou com o plenipotenciário Manuel José Garcia, em 24 de maio de 1827, a convenção preliminar de paz entre a República das Províncias Unidas do Rio da Prata e o Imperador do Brasil, afinal repelida pelo governo platino. Permaneceu no Ministério do Império até 20 de novembro, quando se exonerou em companhia dos demais Ministros.

Como Membro do Conselho de Estado, proferiu, na sessão de 27 de agosto de 1828, o voto sobre a segunda convenção preliminar de paz ajustada com o governo de Buenos Aires. Essa convenção foi proposta pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, Marquês de Aracati. O referido voto – do qual se fará a seguir transcrição de significativa passagem - foi anexado como Documento nº 3 às suas memórias:

“Não dissimularei a surpresa, que senti, ao ler-se o art. 1º, no qual a Província Cisplatina era expressamente cedida e desmembrada do Império para constituir-se em Estado independente; de improviso me assaltaram idéias funestas das consequências que arrastaria esta transação; o desar do Império, largando, sem pelo menos ser obrigado por um daqueles calamitosos acontecimentos que fazem mudar a face dos Estados, uma província, sobre a qual reclamamos desde a sua origem direitos incontrastáveis, revalidados posteriormente pelo fato solene da sua união, pacificada à custa de tanto sangue, e de tantos cabedais, e deixada agora sem a compensação devida das enormes despesas em uma justa guerra, em que fomos agredidos; acrescia a crítica situação a que ficávamos reduzidos, aberto e vulnerável o Império por aquele lado, sem garantias de segurança, que só se obtêm por barreiras naturais e invariáveis; e, a história das nações atesta, que para consegui-las não se pouparam aos maiores esforços e sacrifícios; sem garantias de tranquilidade, pois que nenhuma duração se pode esperar de negociações com um governo, que nem tem forma regular, nem caráter legítimo, nem estabilidade e consistência.

Com estas e outras reflexões, que sobremaneira pesavam em meu ânimo, balanceei as informações, que os três ministros e secretários de Estado, simultaneamente negociadores da presente convenção, por si e pelos ministros seus colegas, expenderam em conselho de Estado, de que os nossos recursos tocavam aos últimos apuros; a extraordinária deserção e descoroçoamento em o nosso exército; o desgosto geral, a desesperação e partidos que se manifestavam na província de São Pedro; as opiniões e escritos subversivos que contaminavam esta mesma capital; e por cúmulo de tudo, nações estranhas e poderosas começavam a ingerir-se em nossas querelas até com ameaças expressas de fazer levantar o bloqueio da nossa esquadra em o rio da Prata.

Rodeados de perigos internos e externos, julguei de prudência precaver os males de uma erupção violenta, que arriscasse nossa independência e

existência política, e que à vista da declaração oficial do ministério **vergasse embora o rigor dos princípios ao império das circunstâncias.**”

Em 29 de novembro de 1828, por motivo de saúde e buscando o reencontro familiar, embarcou com destino à Província do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, tomou ciência do decreto de 9 de março de 1830, que o exonerou do Conselho de Estado. Sobre esse episódio, uma sentença memorável, consignada nas suas memórias:

**“Em vez de guardar ressentimento, só tenho a dizer do Sr. D. Pedro I o mesmo que de Carlos I da Inglaterra escreveu o historiador Goldsmith: ‘todas as suas faltas procediam da sua imperfeita educação, ao passo que as suas virtudes e excelentes qualidades nasciam do seu coração.’”**

Foi substituído, no Conselho de Estado, pelo Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, Marquês de Barbacena.

Depois da abdicação de Dom Pedro I, viajou para o Rio de Janeiro em 11 de abril de 1831, adentrando a baía de Guanabara em 4 de maio e fazendo-se presente no Senado já em 6 do mesmo mês. Entre 10 de dezembro de 1831 e 5 de janeiro de 1832, esteve em trânsito para Porto Alegre, onde permaneceu até 1837, ano em que, de retorno ao Rio de Janeiro, voltou a comparecer às sessões do Senado, nele sendo assíduo até 1840, quando novamente fez vela ao Sul. Extraíam-se de suas memórias um memento sobre essa época:

**“No domínio do gabinete Montezuma [Francisco Gomes Brandão ou Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha], organizado em 16 de maio de 1837, tocou ao extremo o abandono da infeliz Província de São Pedro, o que obrigou-me a empenhar-me no Senado em sérios debates com o Ministro da Guerra José Saturnino [José Saturnino da Costa Pereira]. Esse gabinete felizmente caiu no fim de quatro meses com a renúncia do regente Feijó em 19 de setembro de 1837.”**

Entretanto, em 1838, fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi eleito seu presidente perpétuo.

Mais uma vez, em 18 de março de 1841, dirigiu-se ao Rio de Janeiro para ter presença na festa da coroação de Dom Pedro II, em 18 de julho, lá permanecendo até 3 de dezembro de 1843 quando, pela última vez, velejou para Porto Alegre, onde aportou em 6 de janeiro de 1844.

Foi eleito Deputado Provincial no Rio Grande do Sul, mas escusou-se da posse por ocasião da instalação da Assembléia, em 27 de fevereiro de 1846.

Recolhido à vida privada, faleceu em Porto Alegre, no dia 6 de julho de 1847.

O casal de José Feliciano com Maria Elisa gerou dez filhos, dos quais seis tornaram-se adultos: Maria José Fernandes Pinheiro, que casou com o Chefe de Divisão Francisco Cândido de Castro Menezes e não deixou descendência; Maria

Teresa Fernandes Pinheiro, que casou com o Marechal Francisco Antônio da Silva Bittencourt e deixou descendência; Maria Benedita Fernandes Pinheiro, que faleceu solteira; Maria Rita Fernandes Pinheiro, que casou com o Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, Segundo Visconde de Pelotas e deixou descendência; José Feliciano Fernandes Pinheiro, que casou com Maria Pereira Prestes e não deixou descendência; e Maria Elisa Fernandes Pinheiro, que faleceu solteira.

Dentre as obras que constituem o legado literário de José Feliciano, arroladas por Eduardo Duarte, destacam-se as seguintes: **“Cultura Americana”, Lisboa, 1799** (sobre a agricultura na América do Norte e nas Antilhas de colonização inglesa), **tradução do inglês; “História Nova e Completa da América”, Lisboa, 1800; “Sistema Universal da História Natural”, Lisboa, 1800, tradução do inglês; “Anais da Capitania de São Pedro”, Rio de Janeiro, 1819; e “Da Vida e Feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão”, Rio de Janeiro, 1841.**

José de Abreu, o Barão do Cerro Largo, teria nascido no Continente do Rio Grande, no Povo Novo (Barão do Rio Branco nas Biografias, Achylles Porto Alegre), ou na Banda Oriental do Uruguai, em Maldonado (Mario Teixeira de Carvalho), em 1770 (Barão do Rio Branco nas Biografias) ou 1771 (Mario Teixeira de Carvalho). Mais recentemente, afirmou-se que nasceu sob domínio espanhol, cerca de 1770 (Moacyr Domingues). Ele próprio, ao requerer justificação de solteiro, livre e desimpedido para habilitar-se ao casamento com Maria Feliciano da Silva, em 1794, qualificou-se **como “filho legítimo de João de Abreu e de Ana Maria, natural e batizado na matriz de Maldonado, domínios de Espanha”, referindo “a menoridade em que viera para este Continente”.**

Seu pai, João de Abreu, soldado dragão (cavaleiro equipado e treinado para combater também como infante), natural da Freguesia de Santa Maria do Pinheiro, Concelho de Vieira, Arcebispado de Braga, veio para o Rio Grande do Sul em companhia de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, e resolveu radicar-se no Povo Novo, onde recebeu uma data de terras e casou-se com Maria de Souza (Mario Teixeira de Carvalho), natural da Ilha Terceira, ou Ana Bernarda de Jesus (Moacyr Domingues), ou ainda Ana Maria, segundo ele próprio na referida justificação. Talvez contribua para explicar a controvérsia acerca do local do nascimento de José de Abreu, o fato de que, em 1763, quando da ocupação do Povo Novo pelos espanhóis de Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón, João ter-se deslocado para São Carlos - estabelecimento fundado, nesse mesmo ano pelo mencionado general espanhol, no lugar então chamado Maldonado Chico e povoado com famílias portuguesas, de origem açoriana em sua maior parte, retiradas do Rio Grande (María A. Diaz de Guerra) - onde permaneceu dezessete anos. Apenas dois de seus oito filhos teriam nascido no Povo Novo. Aliás, José de Abreu foi descrito como misturado, indiático, de cabelo corredio, descendente de caboclo, enfim meio-índio (Barão do Rio Branco nas Biografias)

Em 28 de dezembro de 1784, com treze anos, depois de receber educação primária, José de Abreu iniciou sua carreira militar sentando praça, voluntariamente, no Regimento de Dragões do Rio Grande (Barão do Rio Branco nas Biografias, Achylles Porto Alegre) ou na Companhia de Infantaria e Artilharia, nela servindo por dez anos (Mario Teixeira de Carvalho). Ele próprio, na aludida **justificação, se disse “soldado das Companhias de Infantaria deste Continente”.**

Após sua promoção a cabo, teria sido transferido para o Regimento de Infantaria. Como há notícia de que era porta-estandarte em 6 de fevereiro de 1798, é duvidoso seu enquadramento como infante, ao menos nessa época, pois os estandartes eram sinais distintivos próprios da cavalaria, ao passo que a infantaria tinha como insígnias as bandeiras, carregadas por oficiais denominados porta-bandeiras. Tanto os porta-estandartes como os porta-bandeiras foram, originariamente, chamados alferes; mais tarde, os alferes constituíram o posto inicial da hierarquia dos oficiais de infantaria e cavalaria; hoje, equivaleriam aos segundos-tenentes.

Participou das campanhas de 1801, a qual resultou na incorporação das Missões Orientais do Uruguai ao Continente do Rio Grande de São Pedro, e de 1811, conseqüente à ação pacificadora de Dom Diogo de Souza na Banda Oriental. Nesse período, foi promovido a alferes em 14 de novembro de 1802, a tenente em 25 de junho de 1808 e a capitão em 13 de junho de 1811. Sua promoção a sargento-mor ou major, se ocorrida, teria se efetivado entre essa data e 24 de junho de 1814, quando ascendeu ao posto de tenente-coronel e ao comando militar do Distrito de Entre-Rios - cuja área era circunscrita pelos rios Uruguai, Ibicuí, Santa Maria e Quaraí e limitava com a Banda Oriental entre Santana do Livramento e a confluência do rio Quaraí com o rio Uruguai - e também ao comando dos Esquadrões de Milícias de Entre-Rios. Entretanto, já em 20 de janeiro de 1813, fora nomeado tenente-coronel de milícias guaranis e, em 12 de julho do mesmo ano, tenente-coronel comandante do Regimento de Cavalaria de Milícias das Missões.

Sobrevindo a campanha de 1816 (Guerra de Artigas), distinguiu-se em mais de uma ocasião. Comandando um destacamento da partida do Brigadeiro Tomás da Costa Rebelo e Silva, que fazia parte da divisão chefiada pelo Tenente-General Joaquim Xavier Curado, futuro Conde de São João das Duas Barras, em 21 de setembro de 1816 descobriu a coluna artiguista de Pantaleón Sotol e impediu-a de transpor o rio Uruguai em Japeju e na barra do rio Ibicuí; em seguida, obrigou André Artigas (Andrés Guacurari ou Andresito Artigas), reforçado por Sotol, a levantar o cerco de São Borja e a retirar-se para as Missões Ocidentais do Uruguai. Fez a vanguarda do exército chefiado pelo Marechal de Campo Luís Teles da Silva Caminha e Menezes, Quinto Marquês de Alegrete. Destroçou a coluna de José Gervasio Artigas y Arnal no combate de Arapeí. Decidiu em favor das tropas luso-brasileiras a batalha do Catalão. Essa atuação valeu-lhe, em 24 de junho de 1817, a promoção a coronel de primeira-linha e o comando do Regimento de Voluntários Reais de Entre-Rios, corpo miliciano. Em 27 de agosto de 1819, seus bons serviços às armas reais foram retribuídos com a ascensão ao generalato, recebendo então os bordados de brigadeiro. Apesar do revés sofrido no combate de Ibirapuitã-Chico, tomou parte saliente na batalha de Taquembó, travada em 22 de janeiro de 1820, que pôs fim à campanha com a completa derrota das forças artiguistas por Dom José de Castelo Branco, Conde da Figueira.

Nomeado em 13 de abril de 1821 e empossado em 20 de agosto, o Brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, futuro Duque de Saldanha, foi o último Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, formalmente já convertida em província desde 28 de fevereiro de 1821. Em 1º de outubro de 1821, as Cortes de Lisboa decretaram a criação, nas províncias, de juntas governativas provisórias.

No Rio Grande, a primeira junta foi constituída em 22 de fevereiro de 1822, tendo Daun como Presidente até 29 de agosto de 1822, ocasião em que foi substituído por José Inácio da Silva, e o Marechal João de Deus Mena Barreto como Vice-Presidente. Em 7 de setembro de 1822, João de Deus assumiu a presidência, e Manoel Maria Ricalde Marques a vice-presidência. Durante esse período, Abreu exerceu o comando geral das forças da fronteira da Província. Sobreveio, em 29 de novembro de 1823, uma terceira composição, com José Inácio na presidência e Francisco Xavier Ferreira na vice-presidência, antes da posse, em 8 de março de 1824, de José Feliciano como o primeiro Presidente da Província.

Em fins de 1822, Abreu foi nomeado Governador das Armas da Província, em caráter provisório. Neste passo, importa transcrever a narrativa do Barão do Rio Branco, nas Biografias, sobre a participação de Abreu, em 1823, nas operações das forças brasileiras contra as portuguesas na Província Oriental, para cotejo com as medidas que tomou em 1825, quando da revolução rebentada na Província Cisplatina:

**“Como governador das armas do Rio Grande,** cabia-lhe a missão de prover a sua defesa, de reforçar as tropas brasileiras que a mando do primeiramente Barão e depois Visconde da Laguna [Tenente-General Carlos Frederico Lecor] sitiavam as portuguesas em Montevideú.

Abreu requisitou logo do governo o armamento necessário para ocorrer a qualquer eventualidade e fez reunir todas as forças disponíveis da província, expedindo ordens ao general Sebastião Barreto, para que se reunisse ao general Marques, e juntos marchassem a incorporar-se às forças sitiadas [sic].

Com o intento de ativar a reunião de gente, partiu a 7 de janeiro para o Rio Pardo, e a 26 assentou o seu quartel-general em São Gabriel, levando consigo armamento e mais trem de guerra de que careciam os corpos que já estavam na fronteira e os que deviam reunir-se.

Depois dos reforços que enviou ao Visconde, organizou ainda uma coluna de 1.100 homens, com a qual se postou no [rio] Queguaí, avançou em junho até Mercedes, sobre o rio Negro, regressando no mês seguinte à sua primitiva posição.

Essa coluna devia avançar até Montevideú se as circunstâncias exigissem ali a sua presença. Os acontecimentos, porém, não realizaram essa previsão.

(...)

Abreu, com a sua coluna de observação, recolheu-se à Província do Rio Grande, sendo elogiado pelos relevantes serviços que acabava de prestar e recebendo, em seguida, o posto efetivo de marechal de campo com a **insígnia do Cruzeiro.**”

A promoção graduada de Abreu a marechal-de-campo deu-se em 1º de março de 1820 e foi tornada efetiva em 13 de outubro de 1824, juntamente com sua efetivação no Comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul.

A revolução dos orientais, inconformados com a incorporação da Província Cisplatina ao Império do Brasil, teve início em 19 de abril de 1825, sob a liderança de Juan Antonio Lavalleja y de la Torre, e logo ampliou suas proporções mediante a

massiva adesão dos povos da campanha uruguaia, inclusive de oficiais do exército imperial, como o Brigadeiro José Fructuoso Rivera y Toscana.

Ante a solicitação feita por Lecor, Capitão-General da Província Cisplatina, Abreu se dispôs a reforçá-lo. Para tanto, dispunha essencialmente de oito regimentos de cavalaria, sendo seis sul-rio-grandenses, os 20º (Porto Alegre), 21º (Rio Grande), 22º (Rio Pardo), 23º (Alegrete), 24º e 25º (São Borja), e dois orientais, os 39º (Cerro Largo) e 40º (Lunarejo), bem como de um batalhão de infantaria, o 46º (Porto Alegre), todos de segunda linha ou de milícias. Os corpos de primeira linha que guarneciam a Província do Rio Grande do Sul em tempo de paz – conforme João Batista Magalhães, o 9º Batalhão de Caçadores (Porto Alegre), o 5º Regimento de Cavalaria (Rio Pardo) e o 3º Corpo de Artilharia Montada (Porto Alegre) ou, segundo Cláudio Moreira Bento, o 9º Batalhão de Caçadores (Porto Alegre) e os 3º (São Borja), 4º (Jaguarão) e 5º (Rio Pardo) Regimentos de Cavalaria Ligeira – tinham sido deslocados para Montevideú e Colônia do Santíssimo Sacramento.

Abreu, que se deslocara de Porto Alegre para São Gabriel, concentrou parte das forças disponíveis na margem direita do rio Santa Maria. Depois de cruzar o passo do Rosário, dirigiu-se para Alegrete, onde agregou outros elementos; e, em 28 de maio, pôs-se em marcha invadindo a Província Cisplatina com a idéia de costear o rio Arapeí, despontar os rios Daiman e Queguai, transpor o rio Negro e estabelecer-se em Mercedes.

Antes de chegar ao rio Negro, incorporou a coluna do Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, vinda das proximidades de Montevideú para as cercanias de Salto com a missão de proteger a retirada das famílias brasileiras que se encontravam na fronteira.

Formou com as forças reunidas uma divisão, a seu mando, composta de duas brigadas, a primeira comandada por Barreto, e a segunda pelo Coronel Bento Manoel Ribeiro, com o efetivo de uns 1.200 homens. Em 5 e 6 de julho, a divisão passou o rio Negro em Palmares.

Exposto às investidas dos orientais de Rivera, que das vizinhanças de Durazno adiantara-se em observação com 600 de seus 1.000 homens, Abreu deteve-se para restabelecer a capacidade combativa de sua divisão e aguardar o reforço de 400 homens, vindos de Quarai e Santana.

Entre 22 de agosto e 2 de setembro, Rivera tentou tomar Mercedes através de sucessivos ataques, sem bom resultado. Para afastá-lo, Abreu expediu Bento Manoel, à testa de 800 homens. Bento Manoel logrou repelir Rivera no combate de Coxilha do Arbolito ou Arroio de Áquila, travado em 4 de setembro.

Lavalleja, que cercava Colônia, deixou diante dessa praça um destacamento de cobertura e retirou-se para Florida, ordenando a Rivera que se lhe reunisse. Para impedir essa reunião, Lecor requisitou de Abreu o envio de Bento Manoel a Montevideú, à frente de 900 homens.

A seguir, sobrevieram os desastres do Rincão de Haedo, ou das Galinhas, em 24 e 25 de setembro, e de Sarandi, em 12 de outubro, que isolaram Abreu em Mercedes

com 300 homens de sua divisão e outros tantos da guarnição local, privando-o do reforço esperado, da indispensável cavalaria de remonta e da necessária provisão de carne.

Em vista disso, Abreu decidiu retirar-se para a Província do Rio Grande do Sul. Fez-se transportar pela esquadrilha do Uruguai até Salto. Dessa localidade, marchando por terra, cruzou o rio Arapeí, reuniu-se em Belém com Bento Manoel - que chefiava uma fração dos remanescentes da fragorosa derrota de Sarandi - e, por fim, fixou-se no Rincão de Mata-Perros, entre os rios Arapeí-Chico e Sarandi-Pires.

Com a entrega de Mercedes aos orientais, como resultado da capitulação do Coronel Pedro Norberto Fuentes que a defendia, completou-se o malogro da estratégia que Lecor concebera e Abreu com tanto empenho levava a cabo, fracassando ambos na tentativa de sufocar a rebelião dos orientais em seu nascedouro.

A abertura da fronteira da Província do Rio Grande do Sul às possíveis incursões dos orientais, na ausência de Abreu, induziu o Presidente José Feliciano, a criar, entre 3 e 6 de novembro, dois setores de vigilância. O primeiro estendia-se do Oceano Atlântico até Bagé e se achava sob o comando do Marechal-de-Campo Bento Corrêa da Câmara. O segundo, prolongando-se de Bagé ao rio Uruguai, era comandado por Barreto.

Abreu, em 12 de outubro de 1825, foi agraciado com o título de Barão do Cerro Largo, na mesma data em que José Feliciano recebeu o de Visconde de São Leopoldo.

Em 13 de novembro de 1825, Abreu instalou em São Gabriel o seu quartel-general e, propondo-se a montar uma cobertura defensiva nas fronteiras da Província do Rio Grande do Sul com as de Corrientes e Cisplatina, pôs em prática dispositivo cuja essência consistia nos seguintes destacamentos: o do Coronel João José Palmeiro, com 400 homens, para a barra do rio Ibicuí; e o de Bento Manoel e do Coronel Joaquim José da Silva, com 800 homens, para a margem direita do rio Quarai, com patrulhas lançadas até o rio Arapeí.

Contudo, em 1º de dezembro, Abreu foi exonerado do comando das armas e substituído pelo Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado, que assumiu o cargo em 14 de janeiro de 1826 e o desempenhou até a posse do então Visconde e mais tarde Marquês de Barbacena.

Neste passo, **vale transcrever as “Recordações Históricas” de Machado d’Oliveira:**

**“As tropas** brasileiras, que evacuaram o território da ex-província Cisplatina, retirando-se para a província de S. Pedro depois de breve ocupação da fronteira do Arapeí, serviram de núcleo para a recomposição do exército, que ao governo imperial cumpria empenhar na luta contra a estabelecida independência dos orientais, e em sustentação da declarada guerra à república Argentina: e sendo destituído do comando daquelas tropas o general barão do Cerro Largo, a quem se impôs a responsabilidade dos reveses porque elas passaram, e

que melhor quadrava com o gabinete brasileiro, que tão imprevidente, leviano e filaucioso se houve em questão de tanta monta, foi substituído pelo Brigadeiro Francisco de Paula Damasceno Rosado, o qual sem própria importância e prestígio militar, e estolidamente pretencioso a um grande nome, quis suprir deficiência adotando então o apelido de general - Massena Rosado -.

Sem vontade própria, baldo de tino e discernimento, geralmente tido em mau conceito, e apenas alardeando por notável serviço a prol do Brasil a afoiteza **de ‘ele só’ desarmar** o batalhão, que comandava na ocasião da sublevação da divisão lusitana em Montevideu, e que pouca hesitação e nenhuma relutância manifestara contra a sua desincorporação da divisão, o novo general, invectivando contra todas as disposições do seu predecessor [Cerro Largo] relativamente à guarnição da fronteira (em quem, aliás, se não podia negar o maior conhecimento prático da topografia daquela província [São Pedro], e a qualidade de mui amestrado na estratégia peculiar à guerra do sul, unindo a isto valor e sangue frio nos combates), estreou o seu comando ostentando-se pressuroso em diametral oposição a todas elas, invertendo tudo quanto se havia feito a bem da defesa da fronteira e provimento do exército, concentrando as tropas, que achou colocadas em diversas posições adequadas a essa defesa, nos arredores da capela do Livramento, na Coxilha de Santana, a cujo local deu o nome daí avante de - acampamento da imperial Carolina -; tendo antes percorrido uma pequena parte da fronteira de Entre-Rios, e visitado o acampamento de Catalan, ocupado pela brigada ao mando do Coronel **Bento Manoel Ribeiro.”**

Abreu recolheu-se à vida privada até encontrar-se com Barbacena.

Este fora nomeado comandante do Exército do Sul em 1º de outubro de 1826, partira do Rio de Janeiro em 3 de novembro e chegara em Porto Alegre no dia 23 desse mês. Entre 26 de novembro e 6 de dezembro de 1826, estivera em Rio Grande e em São José do Norte. E, em 17 de dezembro de 1826, seguira para Rio Pardo a caminho de Santana, onde assumiu seu comando entre 1º e 11 de janeiro de 1827, exercendo-o até 20 de junho de 1827, quando o passou ao seu chefe de estado-maior, Marechal-de-Campo Gustavo Henrique Braun ou Brown. Este, por sua vez, em 26 de novembro de 1827, devolveu-o a Lecor, nomeado novo comandante do Exército do Sul pelo decreto de 18 de setembro.

O encontro com Abreu foi noticiado por Barbacena ao Ministro da Guerra, Brigadeiro João Vieira de Carvalho, Conde de Lages, pela carta remetida de Rio Pardo em 20 de dezembro. Abreu teria oferecido a reunião de 1.500 a 2.000 homens que, sob o seu comando, formariam a vanguarda do exército.

Nos dizeres de **Machado d’Oliveira nas “Recordações Históricas”:**

**“O general José de Abreu, esse distinto veterano da** guerra do Sul, que, como já o disse, fora com o caráter de governador das armas da província de S. Pedro à testa de uma coluna de cavalaria em auxílio da Cisplatina, ao tempo que esta soltara o brado da sua independência,

acedendo ao convite que lhe fizera o visconde de Laguna, e dali se retirara em consequência dos reveses sofridos pelo exército do Sul; destituído desse caráter sem nenhuma consideração aos imperiosos motivos, que ocasionaram aqueles desaires, e muito menos à reputação militar do general, adquirida por longos e mui prestantes serviços, alguma parte dos quais já existe consignada na história pátria; e vivendo ignorado e silencioso nos subúrbios da capital, daí o arrancara a notícia entusiástica de que o primeiro imperador se apresentaria no exército, e à sua voz abrir-se-ia a seguinte campanha, dirigindo-a em pessoa; e deu-se logo e espontaneamente ao pesado trabalho do chamamento e reunião da força que levou ao exército; e escusando-se com insistência de tomar neste a posição consentânea com a sua patente e prestígio, e a que o general-em-chefe por vezes o convidara, tomou como mercê, não só o ser considerado como um soldado voluntário que se dedicara ao serviço do exército, como que a coluna com a qual se apresentara formaria um corpo acessório do exército, e de seu privativo comando, por ser esta a condição com que o reunira, e no que empenhara sua palavra: e o general-em-chefe acedera a isso para se não **ver privado dos serviços que esperava obter de tão distinto militar.**”

Abreu dirigiu-se para São Gabriel, onde reuniu veteranos e desertores indultados, provenientes dos distritos da Serra. Em 12 de fevereiro de 1827, Barbacena, depois de transpor o rio Camaquã-Chico, teve notícia da presença de Abreu nas proximidades. No dia 13, Abreu juntou-se a Barbacena no acampamento do rio Camaquã-Grande, junto ao passo dos Enforcados, com apenas 243 homens.

No dia 15, o contingente de Abreu foi somado a outros paisanos e desertores perdoados, formando um Corpo de Voluntários de 11 companhias de 50 homens cada uma, comandadas por oficiais milicianos. A esse Corpo foi ordenado fizesse a vanguarda do exército, juntamente com a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, do Coronel Bento Gonçalves da Silva, sendo ambas as formações colocadas sob a chefia de Abreu.

Cumprindo essa determinação, Abreu passou o rio Vacacaí-Grande em 16 de fevereiro de 1827, entrou em São Gabriel em 17, tiroteou com os adversários nos campos próximos do arroio do Salso e do banhado do Inhatium em 18 e continuou em contato com a retaguarda inimiga em 19.

No dia 20 de fevereiro de 1827, feriu-se a batalha do Passo do Rosário. Abreu, à frente do seu Corpo de Voluntários, uns 550 homens mal montados e mal armados, foi postado no flanco esquerdo do dispositivo brasileiro, em posição um tanto avançada, com um canhão de reforço, ficando separado de Bento Gonçalves, que foi deslocado para o flanco direito.

Defronte ao Corpo de Abreu, estendeu-se a ala direita inimiga, constituída pelo 1º Corpo (Lavalleja), privado da Divisão de Cavalaria de Laguna porém acrescido da Divisão de Cavalaria de Juan Zufriátegui, do 2º Corpo (Carlos Maria de Alvear y Balbastro), uns 2.450 homens ao todo.

À direita do Corpo de Abreu, colocou-se a 2ª Divisão do Exército do Sul (Brigadeiro João Crisóstomo Calado), composta da 4ª Brigada de Cavalaria (à esquerda), da 2ª Brigada de Infantaria (no centro) e da 3ª Brigada de Cavalaria (à direita).

Lavalleja mandou que três dos seus corpos carregassem contra o Corpo de Abreu. Teriam sido eles o Regimento nº 16 de Cavalaria de Linha (José de Olavarría), flanqueado à direita pelo Esquadrão de Couraceiros de Linha (Anacleto Medina), à esquerda pelo Regimento de Dragões Libertadores (Ignacio Abdón Oribe y Viana Oribe) e apoiado pelo Regimento nº 8 de Cavalaria de Linha (Juan Zufriátegui). O 16, os Couraceiros e o 8 constituíam a Divisão de Cavalaria de Juan Zufriátegui, ao redor de 1.000 homens, e os Dragões, metade da Divisão de Cavalaria Manuel Ceferino Oribe y Viana, do 1º Corpo, cerca de 400 homens. Portanto, os voluntários de Abreu foram atacados por uns 1.400 adversários, todos soldados de primeira linha.

A carga destroçou o Corpo de Abreu, que se desfez em fuga desabalada, abandonando a peça de artilharia que lhe fora confiada. Mesclado com os atacantes que o acometiam, atropelou o 5º Regimento de Cavalaria, que com o 3º da mesma arma constituía a 4ª Brigada, e precipitou-se sobre a 2ª Brigada de Infantaria. Calado, em situação crítica, não hesitou: fez com que os infantess formassem quadrado, com um canhão em cada um de dois de seus ângulos, e atirassem contra a massa de cavaleiros que vinha sobre eles, fuzilando indistinta e inevitavelmente amigos e inimigos.

Sobre esse episódio, assim se pronunciou o Barão de Rio Branco:

**“Com o grosso de suas forças, em número de 3.100 homens, avançou** Lavalleja para atacá-lo de frente. O Barão, que apenas tinha 560 voluntários mal montados, não teve a insana pretensão de resistir àquela massa imponente, que marchava ao seu encontro. Dispunha-se a recuar, batendo-se em retirada, até procurar a proteção da divisão do General Calado, quando, subitamente, apareceu uma coluna de perto de 700 homens que se lançou contra ele, atacando-o de flanco, enquanto Lavalleja o ameaçava pela frente.

Essa carga repentina e inesperada e o cansaço dos cavalos não deram tempo a que os seus soldados, dispersos a maior parte em linhas de atiradores, se formassem com rapidez.

O inimigo apanhou-os em confusão e carregou-os. Não o teriam talvez feito se Sebastião Barreto houvesse podido ou querido atender à requisição do brioso e velho general, substituindo os cavalos fracos e cansados do seu corpo por outros mais fortes e frescos.

Todos os esforços que fez o intrépido Barão do Cerro Largo para conter os seus soldados, foram inúteis.

À carga do inimigo seguiu-se o completo destroço dos bravos e infelizes voluntários, que, confundidos com os orientais, vieram sobre a segunda divisão.

Esta, não podendo distinguir os contrários dos amigos, formou quadrado e rompeu o fogo sobre a massa desordenada e confusa que lhe vinha em cima, sendo nessa ocasião mortalmente ferido o velho Barão do Cerro Largo.

Poucos momentos depois, expirava o nosso bravo, com a mesma serenidade de ânimo com que tantas vezes se arrojava aos perigos dos **combates.**”

Há dúvida sobre as circunstâncias da morte de José de Abreu. A primeira parte de Barbacena e a parte do Tenente-Coronel Antônio Elisiário de Miranda e Brito, quartel-mestre geral do Exército do Sul, dizem que Abreu foi morto pelo fogo do quadrado da infantaria brasileira. A parte de Calado refere que Abreu já vinha ferido antes da descarga das armas do quadrado de infantaria. Antônio Adolfo Frederico de Seweloh, capitão de engenheiros do estado-maior de Barbacena, em suas memórias diz ter encontrado Abreu caído no terreno após empreendida a retirada, pelo que foi buscar para ele socorro médico. Por conseguinte, Abreu, embora mortalmente ferido, não teria morrido instantaneamente. É indubitável, porém, que pereceu no campo de batalha, durante a refrega ou depois dela. Possivelmente tentasse refrear o desbarato de seus comandados e, não o conseguindo, fosse envolvido pela debandada. Contudo, afigura-se inadmissível, pelo seu passado militar destacado e ímpoluto, que maculasse seus bordados de marechal-de-campo, conspurcasse seu brasão de armas e infamasse seu título nobiliárquico com a desonra, dando as costas ao inimigo e procurando na fuga salvação indigna, covarde e inglória.

Ocasamento de José de Abreu com Maria Feliciano da Silva gerou quatro filhos, todos com descendência: Cláudio José de Abreu, José Inácio da Silva e Abreu, Cândido José de Abreu e Manoel José de Abreu. O terceiro descendente do casal de José de Abreu e Maria Feliciano, Cândido José de Abreu, casou-se com Guiomar Angélica de Abreu. A quinta descendente do casal de Cândido José e Guiomar, Maria Cândida de Abreu, casou-se com Francisco Álvares. O quarto descendente do casal de Maria Cândida e Francisco, Antônio Cândido Álvares, casou-se com Ambrozina Xavier Álvares. A terceira descendente do casal de Antônio Cândido e Ambrozina, Ambrozina Álvares Niederauer, casou-se com Hermínio Borges Niederauer. A segunda descendente do casal de Ambrozina e Hermínio, Nilza Niederauer Beltrão, casou-se com Romeu Beltrão. O primogênito deste casal, pentaneto de José de Abreu, é o autor deste trabalho.

As memórias do Visconde de São Leopoldo versam sobre o Barão do Cerro Largo em dois capítulos, quais sejam o IX, referente ao período entre meados de abril de 1825 (revolução na Província Cisplatina) e 14 de janeiro de 1826 (passagem do governo da Província do Rio Grande do Sul), e o XI, relativo ao interregno entre 29 de novembro de 1826 (entrada pela barra do norte da ilha de Santa Catarina) e 20 de fevereiro de 1827 (batalha do Passo do Rosário).

Analise-se o Capítulo IX, à vista da respectiva transcrição, com os comentários cabíveis:

**“Em meado de abril de 1825, rebentou na ‘Cisplatina’ a revolução nacional, que só veio a terminar com a desmembração daquela província, formando Estado independente.**

A notícia e aviso sobre este grave acontecimento, recebi-os em Porto Alegre nos primeiros dias de maio seguinte.

Era então comandante das armas da província o general José de Abreu, antigo soldado dragão, homem ignorante, e de muito maus antecedentes.

Por algumas afoitezas que praticara nas guerras contra Artigas, ganhara a proteção dos superiores e decidido favor na corte.

Assim chegara, aliás sem merecimento algum real, ao posto de marechal de campo, e mais tarde foi agraciado com o título de barão do Cerro Largo.

Logo ao tomar posse da presidência, fora um dos meus primeiros cuidados restabelecer e manter inalterável a harmonia, que encontrei perturbada entre o referido barão como comandante das armas e os governos anteriores. Impossível, porém, era obter este resultado, insuflado como era o general por dois oficiais às suas ordens, a quem convinha a desunião para melhor o governarem, e deste modo o ciúme de autoridade, que permanecia latente no curso ordinário da administração, mal podia disfarçar-se e deixar de produzir conflitos e perturbações durante o **período crítico da guerra. (...)**

Sejam quais forem os motivos ocultos da abominação de Abreu por José Feliciano, se é que existentes, não há dúvida de que o seu fundamento aparente era o conflito de atribuições resultante do exercício das funções inerentes ao comando das armas, por aquele, e à presidência da Província, por este. É provável que José Feliciano, como Presidente, pretendesse de algum modo subordinar José de Abreu, e que este, valendo-se das peculiaridades do seu cargo, resistisse ao que se lhe afigurava como invasão de competência, ilegalidade ou abuso de poder.

Essa disputa, conseqüente à organização política e administrativa da Província, bem poderia ter surgido antes da presidência de José Feliciano, no tempo das juntas governativas provisórias.

A aversão para com Abreu levou José Feliciano ao excesso de não admitir, no antagonista, a qualificação reconhecida por autoridades do porte do Conde de Rio Pardo, do Marquês de Alegrete e do Conde da Figueira, que foram os três primeiros Capitães-Generais da Capitania-Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul, nem os méritos de suas promoções na carreira militar e de sua nobilitação no baronato. Que Abreu, homem de instrução rudimentar e soldado que galgou graduações e postos até o generalato sem outra escola que a rude vivência da caserna e das campanhas, fosse taxado de ignorante por um bacharel pela Universidade de Coimbra, é compreensível. Mas é duvidoso, senão inadmissível, que, assentando praça como soldado raso e avançando na carreira militar até atingir a alta patente de marechal-de-campo, o fizesse sem apresentar bons antecedentes, de conformidade com os critérios vigentes no meio em que viveu.

**(...) Já antes** de romper a revolução **na 'Cisplatina'**, prevenira-me em ofício reservado o capitão-general da mesma, barão da Laguna, dos receios que devíamos ter das disposições hostis dos governos de Entre-Rios e de Santa Fé, habilmente fomentadas pelo governo de Buenos Aires.

Produzido o tal evento, imediatamente providenciei como urgia a gravidade das circunstâncias. Puxaram-se todas as tropas para cobrir a

nossa fronteira, fornecidas de armamento, cavalos, e numerário suficiente na caixa militar.

Quando, porém, eu descansava na crença de manter-se o comandante das armas firme na defensiva, única posição que podíamos honrosamente manter: eis que o comandante das armas, de própria autoridade, sem a mínima combinação, sem nem ainda prevenir-me, levado só dos conselhos dos seus, marchou com as forças que se achavam reunidas no **'Passo do Rosário', com o fim** de ir ocupar um ponto no distrito da vila de Alegrete; daí pretendia, ao que parece, sufocar a rebelião e velar na segurança de nossa fronteira até Missões. Afigurando-se-lhe, entretanto, que a revolta não tomava maiores proporções, circunscrevendo-se ao território do rio Negro para baixo, mudou repentinamente de plano, e foi reunir-se às tropas da Cisplatina estacionadas na linha **do Uruguai. (...)**"

Observe-se que das Províncias de Entre-Rios e Santa Fé não poderiam partir ataques diretos contra a Província do Rio Grande do Sul, que se limitava a noroeste com as Missões Ocidentais do Uruguai, a oeste com a Província de Corrientes e ao sul com a Província Cisplatina. Por conseguinte, abstraída uma improvável incursão por meio dos rios Uruguai e Paraná, agressores egressos aquelas províncias somente teriam possibilidade de hostilizar a Província do Rio Grande do Sul atravessando territórios limítrofes.

É intuitivo que a missão precípua de Abreu, como Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul, era defendê-la de agressões armadas internas ou externas, com os meios ao seu dispor e de acordo com a discricionariedade permitida ao seu comando. Poderia fazê-lo através de estratégia ofensiva ou defensiva, a seu critério. Não estaria na competência do Presidente José Feliciano, que não era o comandante das tropas reunidas na Província sob sua presidência, obstar-lhe decisão nesse sentido. Porém, a defesa da Província inseria-se na defesa do Império, e Abreu estava sujeito à estratégia imperial, não devendo agir com autonomia em relação a ela nem deixar de cumprir ordens superiores.

Mesmo que não houvesse ordem formal para isso, emitida por autoridade militar de mais alta hierarquia, seria de esperar que o comandante das armas de uma determinada província não omitisse colaboração com outra comandância que a solicitasse, ou pelo menos agisse de conformidade com as providências por esta tomadas para afastar determinado perigo. Destarte, tendo considerado segura a Província do Rio Grande do Sul, não se mostra absurdo, em princípio, o alvitre de Abreu de cooperar com Lecor procurando sufocar a revolta na Província Cisplatina, seja por determinação superior, seja por iniciativa própria.

**"(..)** Deste modo, fez retrogradar as tropas que marchavam para a fronteira do Alegrete, e reunindo-as às que consigo levava, passou o rio **Arapeí, no 'Passo' da estância do capitão** Chagas, no dia 28 de maio, penetrando no território ocupado pelos rebeldes à testa de uma coluna de mil homens. Daí marchou em direção ao rio Negro, no intuito de atravessá-**lo no 'Passo do Quintera'. No trânsito reuniu**-se o brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto que se achava postado na linha do Uruguai. Elevou-se assim o total das forças ao número de mil e

oitocentas praças, que ficaram distribuídas em duas brigadas; a primeira ao mando do brigadeiro Barreto, e a segunda comandada pelo coronel Bento Manoel Ribeiro. Não pode a passagem da coluna invasora efetuar **-se naquele 'Passo', pela grande cheia das águas**, havendo os rebeldes dali retirado todos os botes e canoas. Passou afinal o exército **mais abaixo, no 'Passo Palmares', em pelotas, na falta absoluta** de outros meios.

Desse ponto oficiou-me em data de 14 de julho de 1825, comunicando-me ser o seu principal fim 'ir quanto antes procurar os rebeldes, que há toda probabilidade de se acharem reunidos ao traidor Frutuoso Rivera no sítio de Santiago, que distava daquele passo dez léguas, e atacá-los por todos **os modos possíveis'**.

Desenganei-me de uma vez que o general corria precipitadamente à sua ruína. Penetrar, no coração de um inverno frigidíssimo em que a cavahada e boiada, principal força e recurso de nossos exércitos do sul, se definham e aniquilam sem poder dar um passo, isto sem outra forragem além da relva do campo: penetrar, digo, assim em estação a mais desabrida, tendo de acarretar grosso trem, em uma campanha deserta e devastada, donde nenhuns recursos se podiam tirar ou receber, cortadas, como então estavam pela força das águas, as comunicações com o Rio Grande e Montevideu; seguir assim rodeado de mil obstáculos, em busca de um caudilho, cercado de imenso prestígio e autoridade absoluta entre os seus, apoiando-se em forças numerosas reunidas em toda extensão da província rebelada, e animadas do mais ardente espírito de revolta ... não podia dar-se mais rematada loucura e **inconcebível cegueira! (...)**"

A crítica de José Feliciano ao intento de Abreu é procedente.

Conquanto haja incerteza quanto ao porte de sua força total, que oscilaria entre 1.200 e 2.000 homens, não há dúvida de que a invasão, na época em que procedida, foi temerária sob o ponto de vista logístico. Aliás, depois de transpor o rio Negro, sua capacidade operacional achava-se seriamente comprometida, como reconheceu o Barão do Rio Branco ao registrar: **"Depois de uma** marcha laboriosa, feita no rigor do inverno, chegou a divisão auxiliadora do general Abreu à margem esquerda do rio Negro, vadeando nos dias 5 e 6 de julho. Compunha-se ela de uns 1.200 homens, desprovidos de tudo e fatigados por uma marcha terrivelmente penosa, em razão dos obstáculos naturais que tiveram de vencer. Os menores arroios tinham-se convertido em torrentes caudalosas, que obrigavam o general a caminhar muitas léguas, para procurar as suas nascentes, despontando-as, como se diz no sul. Forçoso lhe foi dar, então, descanso aos soldados, cujos cavalos estavam em mísero estado, e pedir alguns auxílios ao coronel Norberto Fontes, comandante de Mercedes, que lhe acudiu prontamente com alguns mantimentos e com um cirurgião."

É de anotar-se que, em 1823, Abreu executara marcha semelhante, embora em condições melhores: naquela ocasião, evitou o rigor do inverno e não foi empenhado em combate.

Essas agruras eram inevitáveis nas províncias do Sul, escassamente povoadas, sem estradas dignas desse nome e sem obras de arte que facilitassem a marcha por

serras, cerros, campos e matos, assim como a transposição de cursos d'água. Acrescenta-se a precariedade dos meios técnicos e logísticos de que dispunham os exércitos nessa época. Aliás, dificuldades comparáveis afligiram o Marechal-de-Campo Luís Alves de Lima e Silva, então Conde de Caxias, na primavera de 1851, e o Marechal-de-Campo João Propício Mena Barreto, Segundo Barão de São Gabriel, na primavera de 1864 e no verão de 1865, quando suas tropas invadiram o Uruguai.

**“(…) Angustiado por tanto desacerto, vendo a fronteira da província** descoberta e exposta à invasão, oficieei ao ministro da guerra João Vieira de Carvalho, para que enfreasse o general comandante das armas na desassistida carreira que levava. Em resposta, foi-me expedida a portaria de 26 de julho de 1825, na qual me declarava aquele ministro, **que ‘o governador** das armas desta província, entrado na Cisplatina, obrara conforme a urgência das circunstâncias e as intenções do **Imperador!’**

A surpresa e admiração com que recebi este ofício, não necessito eu dizê-lo. (...)”

Dessa passagem depreende-se que, se Abreu não recebeu ordem formal de invadir a Província Cisplatina, pelo menos, ao fazê-lo, interpretou acertadamente o pensamento do alto ou do supremo comando do exército imperial.

Relativamente aos rigores que afligiram a tropa de Abreu, poder-se-ia objetar que também afetavam seus adversários. A colocação é verdadeira mas comporta uma ressalva de forte atenuação. Os contrários manobravam no próprio território, apoiavam-se em bases de operação próximas e contavam com o apoio de quase toda a população vizinha.

**“(…) Abandonado a mim mesmo, fiz marchar da** capital a pequena guarnição que me restava, o corpo **de ‘Guaranis’, ao mando de seu** general José Luís Mena Barreto.

Este mesmo, apenas chegado à fronteira, o comandante das armas o puxou para a Banda Oriental, dando-lhe destino com tanta incúria e falta de tato que, fazendo ele junção, com o corpo do coronel Jerônimo Gomes Jardim, manifestou-se entre ambos tal rivalidade e desarmonia, que não puderam mais entender-se e servir juntos. Fructuoso Rivera, que incidentalmente corria o campo, aproveitando-se habilmente dessa desinteligência, desbaratou completamente a divisão do coronel José Luís, que foi morto no combate. Este desastroso resultado teve lugar no **‘Rincão das Galinhas’, quando** o atravessava o desditoso comandante **dos ‘Guaranis’.**

Foi este o prelúdio **de revés ainda mais funesto. (...)”**

Ao terminar o inverno e iniciar-se a primavera de 1825, estima-se que Lavalleja estacionasse na barra do rio Santa Luzia Chico e Rivera em Durazno, enquanto Quirós assediava Colônia e Manuel Oribe, Montevideu. Todos eles operavam à margem esquerda do rio Negro. Também na margem esquerda desse rio, Abreu fixara-se nas proximidades de Mercedes, deixando sua cavalaria no Rincão de Haedo ou das Galinhas, na margem direita do mesmo rio, junto à confluência deste com o rio Uruguai. Lançado por Lavalleja, Rivera atacou Mercedes em diversas

oportunidades, entre 22 de agosto e 2 de setembro, sendo repellido em todas elas. Abreu destacou Bento Manoel para batê-lo, o que logrou em 4 de setembro, na Coxilha do Arbolito ou no Arroio de Águila. Todavia, refeito do choque, Rivera transpôs o rio Negro e, em 23 de setembro desbaratou a guarda do referido rincão, apossando-se de 6.000 cavalos. Abreu nada fez ou pode fazer para coibir ou evitar esse desastre.

Mas a taça de fel a ser sorvida por Abreu ainda não se enchera até a borda. Aguardava ele a incorporação de dois regimentos de cavalaria de milícias formados por índios guaranis, o 24º, comandado pelo Coronel Jerônimo Gomes Jardim, e o 25º, sob o comando do Coronel José Luís Mena Barreto. Aquele vinha de Quaraí, e este de Santana. Ambos se reuniram em Paissandu mas, a partir dessa localidade, marcharam separados porque José Luís, embora mais moderno, não admitiu a precedência de Jerônimo. Recalcando os orientais de Laguna, que antes haviam ocupado Paissandu e aprisionado sua guarnição, os dois regimentos adentraram o Rincão de Haedo ou das Galinhas e, em 24 de setembro de 1825, foram sucessivamente surpreendidos por Rivera que, primeiramente, destroçou o 24º e, em seguida, também o 25º.

É inegável a responsabilidade de Abreu pelo duplo insucesso. A guarda do Rincão, de apenas 50 homens, separada da força a que pertencia por um rio caudaloso, não deveria permanecer sem cobertura. Não se deveria descuidar da recuperação de Rivera, chefe que supria suas deficiências de formação militar com o devotamento dos subordinados, o conhecimento do terreno, a dissimulação de suas intenções e a astúcia com que se valia de sua inteligência. E o reforço esperado, quantitativa e qualitativamente fraco, não deveria ficar exposto à interceptação pelo inimigo durante sua longa e desordenada marcha de aproximação.

**“(…) No dia 12 de outubro de 1825, o coronel Bento Manoel Ribeiro, com a cavalaria estropiada, após uma larga marcha, tomado talvez da vangloria de mandar em chefe pela primeira vez, empenhou combate com sua brigada contra uma divisão oriental ao mando imediato dos valentes chefes Rivera e Lavallega. Teve lugar o encontro junto ao arroio ‘Sarandi’, e dele tomou nome a ação. A divisão inimiga compunha-se das três armas, infantaria, cavalaria e artilharia, e ocupava uma posição vantajosa, escolhida com antecipação e pleno conhecimento do terreno. Rota logo em começo a linha de batalha dos nossos, pela traidora **defecção dos ‘Guaranís’, que formavam o centro, seguiu-se o inteiro desbarato de nossa força, sendo geral a debandada.****

Não é meu intento descrever aqui os pormenores desta e outras ações, mas só expor o que baste para pôr os fatos em sua verdadeira luz **naquilo, que se refere à minha administração. (…)**”

Liminarmente, afirme-se que José de Abreu nada teve a ver com a fragorosa derrota sofrida por Bento Manoel e seus comandados em Sarandi.

Depois do combate da coxilha do Arbolito ou do arroio de Águila, Bento Manoel, com sua brigada composta essencialmente dos 22º e 23º Regimentos de Cavalaria de Milícias e de um esquadrão do 4º Regimento de Cavalaria de Linha, foi reforçado por esquadrões do 3º e do 5º Regimentos de Cavalaria de Linha e dirigiu-se

a Montevideu com 800 homens, onde Lecor proporcionou-lhe mais 400 homens de reforço (um esquadrão de guerrilhas do país e de portugueses rebaixados, um contingente do 7º Batalhão de Caçadores, 80 guaranis de infantaria e um pequeno contingente de condutores de artilharia, todos armados como cavaleiros). À ordem de Lecor, Bento Manoel partiu em 1º de outubro de 1825 com 1.200 homens para encontrar-se com Bento Gonçalves, vindo de Cerro Largo com 350 homens e, reunidos, baterem Lavalleja antes que este se juntasse com Rivera e outros chefes. Entretanto, Lavalleja logrou concentrar suas forças na Horqueta de Sarandi, em 11 de outubro, de modo que, no dia seguinte, Bento Manoel e Bento Gonçalves, ao atravessarem o arroio Castro, afluente do rio Yi, defrontaram-se, nas cabeceiras do arroio Sarandi, com a hoste inimiga reunida.

Os orientais, chefiados por Lavalleja, estavam assim dispostos: à direita, sob o comando de Pablo Zufriategui, em primeiro escalão, a infantaria dos Tiradores de Maldonado com uma peça de artilharia (100 homens) e, em segundo escalão, a cavalaria dos Milicianos de Canelones e dos Hussardos Orientais (600 homens); no centro, comandados por Manuel Ceferino Oribe y Viana, os Dragões Libertadores e um esquadrão dos Dragões da União (800 homens); à direita, sob a chefia de Rivera, em primeiro escalão, a cavalaria dos Tiradores de Maldonado (100 homens) e, em segundo escalão, as milícias de Julián Laguna e Andrés Latorre, bem como os restantes Dragões da União e as milícias departamentais dos rios Yi e Negro (800 homens); de reserva, Leonardo Oliveira com as cavalarias milicianas de Maldonado e São José (400 homens). Ao todo, 100 infantes e 2.200 cavaleiros, aproximadamente.

O dispositivo dos brasileiros, às ordens de Bento Manoel, era o seguinte: à direita, Bento Gonçalves com o 39º Regimento de Cavalaria de Milícias e paisanos (450 homens); no centro, o Coronel Joaquim Antônio de Alencastre com os esquadrões dos 3º, 4º e 5º Regimentos de Cavalaria de Linha e elementos armados como cavaleiros (800 homens); e à esquerda, Bento Manoel com os restantes milicianos e cavalarianos improvisados (300 homens). No total, cerca de 1.550 cavaleiros.

Iniciada a batalha com a carga impetuosa da cavalaria oriental, os flancos brasileiros foram destroçados. O centro repeliu os atacantes e contra-atacou, mas foi detido pela reserva adversária, cercado e afinal forçado a render-se. Lavalleja venceu a batalha, principalmente, porque dispôs suas tropas em profundidade e reforçou as alas, reproduzindo, de algum modo, o modelo clássico da vitória de Aníbal em Cannae, sobre Lúcio Paulo Emílio e Caio Terêncio Varrão.

Em números aproximados, Bento Manoel perdeu 565 prisioneiros, inclusive 158 feridos, salvando-se ao todo 730 homens, pelo que os mortos somaram 255. Depois do desastre, Bento Manoel e Bento Gonçalves retiraram-se para Santana e o Alto Quaraí com 550 homens, deslocando-se Bento Gonçalves em seguida para o rio Jaguarão.

Abstraídos fatores pontuais como o mau estado da cavalaria ou a defecção dos guaranis, o revés de Sarandi foi devido, em parte, ao erro de Lecor no avaliar a potencialidade do inimigo, mas não menos ao excesso de confiança de Bento Manoel, que teria rejeitado as ponderações de Bento Gonçalves acerca da inesperada superioridade numérica e de meios dos adversários. A eventual responsabilidade de

Abreu adviria, no máximo, à remota causalidade de ser Bento Manoel um seu comandante de brigada.

**“(...) Desprezando colocar-se no ‘Rincão das Galinhas’, ponto militar importante sobre o Uruguai, de onde podia ao menos velar sobre a fronteira, havia o comandante das armas assentado o seu quartel general na ‘Capela de Mercedes’, sem a mínima providência, e sem atenção às necessidades das operações militares. Recebida aí a notícia daquela fatal derrota, o referido general, julgando tudo perdido, fugiu atordado pelo rio Negro abaixo, sem poder passar -me avisos por causa das distâncias e interrupção das comunicações. A notícia do revés sofrido chegou-me pela fronteira do rio Pardo, trazida por alguns dos fugitivos da ação.**

Minha consternação foi grande, antevendo o lúgubre desenlace de uma invasão na província. Neste transe, puxei à fronteira os últimos restos de alguma tropa e armamento, os mesmos inválidos e reformados, e paisanos voluntários em massa; queimavam-se os campos avançados da nossa raia para privar o inimigo de pastos com que alimentasse a sua cavalaria.

Declarei nula e írrita a delegação que de suas atribuições fizera o comandante das armas ao brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto para representar sua pessoa e cargo, exercendo as respectivas funções. Nenhuma lei autoriza a substituição voluntária nos cargos públicos; e no caso presente explicitamente defere o comando, no impedimento do efetivo, ao oficial mais antigo. Assim, o requisito legal da substituição verificava-se na pessoa do marechal de campo Corrêa da Câmara, que aliás estava em serviço na província.

Ignorava-se nesta o destino do comandante das armas, correndo que descera pelo rio Negro e Uruguai em busca de Montevideu, para daí voltar por mar ao Rio Grande.

**Neste aperto, convoquei o ‘conselho da presidência’, e, como medida indispensável até que se apresentasse aquele general, assumi a mim a direção dos negócios militares, provendo sobre a linha de defesa da província.**

Ao referido marechal Câmara confiei a fronteira do Rio Grande, desde o mar até Bagé; ao brigadeiro Barreto incumbi a guarda da fronteira desde a margem direita do rio Negro até o Uruguai, recomendando-lhes mui positivamente observassem entre si inteira harmonia e acordo em bem do serviço; subordinados a estes dois comandantes gerais estabeleci comandantes parciais intermediários, que tornassem mais pronta e eficaz a ação daqueles generais. Com estas medidas manteve-se em respeito a linha de defesa, contendo-se o inimigo, que apenas apareceu sobre o Taquarembó, sem se atrever a invadir a Província. O governo de S. M. o Imperador se dignou aprovar estas providências, logo que lhes foram **comunicadas. (...)”**

Em que pese o referendo do governo imperial, José Feliciano praticou evidente invasão de competência e abuso de poder, ao anular a delegação do comando das armas praticada por Abreu em relação a Barreto e dispor sobre a defesa da fronteira com a Província Oriental. É estranho que, depois de fazê-lo, designasse justamente

Barreto para guardar um dos dois setores de fronteira que criou de modo arbitrário e, de resto, injustificado pelos fatos, pois não houve invasão da Província.

**“(...) Em meado de novembro surdiu aqui o comandante das armas, barão do Cerro Largo, inanido de forças, quase cego, em estado deplorável por fadigas e privações, que passou, como ele próprio me expôs em officio. Consta que escapara entre grandes riscos, descendo pelo ‘Rio Negro’ até encontrar a nossa esquadilha do Uruguai ao mando do chefe [Capitão-de-Fragata] Jacinto Roque de Sena Pereira; e daí fazendo jornadas a pé, conseguiu entrar na província. Em conformidade do que eu havia prevenido nas instruções expedidas aos comandantes de todos os pontos da fronteira, imediatamente foi o mesmo general empossado do mando superior. Aqui transcrevo pelo interesse histórico, que oferece, o principal tópico do officio, que nessa ocasião me dirigiu, datado da capela de S. Gabriel aos 13 de novembro de 1825: ‘Na fronteira das Missões achava-se o coronel Palmeiro acampado na barra do Ibicuí, com mais de quatrocentos homens, estando efetivamente guarnecida toda a linha desse ponto para cima até Santo Ângelo. Da referida barra do Ibicuí para baixo cruzavam pequenas partidas nos ‘Passos’ de Santana [hoje Uruguaiana], Tacumbu e Belém. Na estância do ‘Tenente Batista’, em Quaraí, achava-se postado o coronel Bento Manoel Ribeiro com oitocentos homens. Encontrou em marcha o coronel Joaquim José da Silva, ao qual mandou seguir para o Quaraí e postar-se na estância de Ricardo José de Magalhães, onde em outro tempo estivera acampado o general Curado. Aos dois coronéis ordenou, que conservassem patrulhas na costa do Arapeí. Colocou em Santana o brigadeiro Barreto, e deu providências convenientes para Bagé e fronteira do Rio Grande.’**

Concluía o referido officio com estas palavras:

**‘Beijo as mãos de V. Ex. pelo muito, que se tem interessado na causa que defendemos, e em benefício de toda esta província, que jamais teremos nós os habitantes dela modo com que agradecer a V. Ex. tantos benefícios’**

Durante todo o meu governo, eu sofrera os maiores desgostos e contradições em minhas relações com o comandante das armas, gemendo debaixo da maior intriga, e faltando-me sempre o apoio do ministro da guerra de então. Todos os dias recebi insultos e provocações da péssima roda do general, chegando um official às ordens deste a imprimir e difundir pela província um papel contra mim, o que muito me magoou, posto nada achassem, que pudesse prejudicar a minha honra e reputação. Conservei-me superior à ofensa, praticando com o general todas as atenções e delicadezas, fazendo timbre de manter a harmonia entre as duas primeiras autoridades da província em bem do serviço.

Aquele honroso testemunho de reconhecimento eu o recebi, pois, com íntima satisfação; e tanto mais sincero era ele, quanto era pública a desafeição, que me votava o mesmo governador das armas. (...).”

Depois do combate do Rincão e da batalha de Sarandi, a divisão de Abreu, reduzida a 300 homens e privada de remonta e municio de gado, perdeu sua

mobilidade e, com ela, a capacidade de acometer o inimigo e, também, de cobrir Mercedes com eficiência. Entre encerrar-se nessa vila e ligar-se à sorte da respectiva guarnição - mais ou menos do mesmo porte, que afinal veio a capitular - ou retirar-se, a princípio por via fluvial, para a Província do Rio Grande do Sul a fim de cooperar na cobertura da fronteira, Abreu optou, acertadamente, pela última alternativa.

As providências tomadas por Abreu para prevenir ataques de partidas orientais - animadas não tanto pelo intuito da observação e do reconhecimento armado porém, principalmente, pela expectativa da pilhagem e do roubo de gado - foram adequadas às circunstâncias. Esse tipo de hostilidade, nas guerras e nas guerrilhas do Sul, era praticado pelas tropas regulares, em geral como recurso dirigido à privação dos meios logísticos do adversário e, por exceção, nas eventualidades de penúria. Também dessa prática e de outras piores valiam-se, habitualmente, forças irregulares, desertores, bandidos e vagos, supostamente inspirados por ideais patrióticos. Era o terror que, como o medo, são fenômenos inerentes a todas as guerras, em todos os tempos.

A propósito das cautelas adotadas por Abreu, assim se pronunciou Tasso Fragoso em A Batalha do Passo do Rosário:

**“Só em meados deste mês [novembro de 1825] reapareceu o general**

Abreu e reassumiu as funções de seu cargo. De São Gabriel escreveu ao presidente da Província (13 de novembro) participando-lhe estar na fronteira das Missões o coronel Palmeiro com mais de 400 homens, acampado na barra do Ibicuí e vigiando a barra do Uruguai até Santo Ângelo, enquanto da referida barra para baixo cruzavam pequenas partidas nos passos de Santana, Tucumbu e Belém; ter posto o coronel Bento Manoel Ribeiro, com 800, na estância do Tenente Batista, à margem do Quaraí, e haver dirigido o coronel Joaquim José da Silva, que encontrara em caminho, para a estância de Ricardo José de Magalhães no mesmo rio Quaraí. E acrescentava ter determinado aos dois últimos coronéis conservassem patrulhas na costa do Arapeí.

Meditando sobre a carta, compreenderá o leitor que a idéia de Abreu com suas medidas de cobertura era em resumo vigiar o Uruguai e resguardar-se com o Quaraí, destacando patrulhas de exploração até o rio Arapeí. Pouco se sabe das precauções tomadas no outro extremo da fronteira, para onde se havia retirado Bento Gonçalves, por ordem do próprio Abreu. Tínhamos com certeza uma guarda no forte de Santa Tereza e um destacamento no Chuí, e sem dúvida forças em Jaguarão; o rio deste nome servia-nos provavelmente de linha de defesa.

Como era natural, os orientais atacaram sem demora o extremo meridional da fronteira, que era o que lhes ficava mais próximo. A 31 de dezembro ainda do mesmo ano de 1825, o coronel Leonardo Oliveira surpreendeu a guarda brasileira de Santa Tereza, comandada pelo alferes Joaquim de Oliveira e apossou-se do forte; a seguir atacou o destacamento do Chuí, a cuja testa se encontrava o major Inácio José Cabral da Costa, e o desbaratou.

Ressalta do exposto que os orientais dominavam por completo toda a campanha da Cisplatina, ao sul de uma linha que seguisse o álveo do

Quaraim até as suas cabeceiras, depois alcançasse o Jaguarão e descesse por ele. Nada, portanto, mais fácil do que a reunião do exército argentino.

Seria de grande interesse militar saberem-se as medidas de cobertura que ele tomou, enquanto esteve na margem esquerda do Uruguai e depois que se trasladou para o território cisplatino. Encontrávamo-nos demasiado próximos dele, para que se não previssem medidas de precaução. Só a fraqueza numérica dos contingentes brasileiros ou, quiçá, a incapacidade estratégica de seu chefe, explica não termos operado ofensivamente para lá da linha do Arapeí, ao menos até Salto, na esperança de embaraçar a passagem do inimigo pelo Uruguai e de perturbar-lhe as comunicações. A verdade incontestável é que ficamos na defensiva estratégica, limitando-nos a repelir as incursões do **adversário.**”

Sob a presidência de José Feliciano e o comando das armas de Abreu, a Província do Rio Grande do Sul, na transição de 1825 para 1826, somente teve perturbada sua fronteira com a Província Cisplatina pelos ataques de Leonardo Oliveira, principalmente pelo destroço da guarda do Chuí, seguida de invasão que levou o chefe oriental a avançar até Santa Vitória do Palmar.

No entanto, a fronteira da Província Cisplatina com a Província do Rio Grande do Sul foi palco de duas escaramuças, ambas com vantagem para as armas brasileiras. A primeira delas deu-se em 7 de dezembro de 1825. Nas proximidades de Cerro Largo, junto ao arroio dos Conventos, afluente do rio Tacuarí, o Tenente-Coronel Bonifácio Isás Calderón, que fazia a vanguarda de Bento Gonçalves, desbaratou um destacamento da força oriental de Inácio Oribe. A segunda feriu-se em 10 de dezembro, três dias depois. Na barra do arroio Ararungá, afluente do rio Arapeí, um destacamento de Bento Manoel dispersou uma partida oriental comandada por José Maria Raña, fazendo com que Laguna, seu chefe, se transferisse de Salto para Paissandu.

Conquanto sublinhando a desafeição de Abreu para com ele, José Feliciano pareceu atribuí-la à influência, sobre o ânimo daquela personagem, de terceiros pertencentes ao círculo de relações dela. Não obstante, a aparente magnanimidade com que acolheu o reconhecimento e a gratidão de Abreu não é bastante para apagar um certo viés de desforra.

**(...) Por decreto** de 21 de novembro de 1825, dignara-se S. M. o Imperador nomear-me para o elevado cargo de ministro e secretário de Estado dos negócios do Império; e por aviso de 26 do mesmo mês foi recomendada a brevidade de minha partida.

Em consequência, entreguei, ao sábado 14 de janeiro de 1826, o governo da província ao meu sucessor o brigadeiro José Egídio Gordilho.

Apesar dos azares da guerra, não perdi um só palmo de território; e por uma rigorosa economia, independente de sofrimentos pecuniários do tesouro do Rio de Janeiro, fiz face às despesas extraordinárias de soldos, fornecimentos de cavalhadas e boiadas, compra e transporte de armamento, e fardamento, ministrando ainda auxílios para pagamento **de soldos aos corpos estacionados na Cisplatina.**”

No mesmo dia em que José Feliciano transmitiu o cargo de Presidente da Província do Rio Grande do Sul a José Egídio, Abreu também passou o comando das armas dessa Província a Rosado.

**A afirmação de José Feliciano de não ter perdido “um só palmo de território”** é verdadeira na medida em que a incursão de Leonardo Oliveira a Santa Vitória, quando do ataque à guarda do Chuí, não foi seguida de ocupação territorial.

José Feliciano deixou claro que a Província do Rio Grande do Sul, a par do tesouro do Império do Brasil, concorreu para as despesas da conflagração de 1825 a 1828, tanto incorridas no território provincial como no da Província Cisplatina. A rigor, não parece justo que o fizesse de modo autônomo; a revolução oriental de 1825, seguida da guerra com os platinos, de 1825 a 1828, constituía-se em questão central, não especificamente provincial; portanto, o respectivo custeio incumbiria aos cofres do Império, não aos erários de quaisquer províncias. Por conseguinte, a Província do Rio Grande do Sul foi duplamente sacrificada: primeiro, por arcar isoladamente com dispêndios bélicos; segundo, por fazê-lo conjuntamente com as demais províncias, através da fazenda imperial. Além disso, sofreu perdas humanas em maior grau do que as experimentadas pelas províncias que lhe ficavam ao norte, pois nenhuma delas contribuiu com tropas milicianas, ou de segunda linha, para a defesa do Império. Quanto aos danos materiais, somente a ela afligiram os saques, pilhagens e destruições a que, eventualmente, estiveram expostas estâncias e povoados, e notavelmente a ela, em conjunto com outras províncias, gravou o prejuízo ao comércio, à indústria e aos serviços correlatos. Esse sacrifício e essas perdas, danos e prejuízos estavam vivos na memória da população sul-riograndense em 1835 e, associados ao dano moral infligido pelo desfecho da contenda - que a muitos afigurou-se uma manifesta derrota política, militar e econômica - cooperaram para desencadear a Revolução Farroupilha de 1835 e justificar a República Rio-Grandense de 1836.

Proceda-se, agora, à análise do Capítulo XI, transcrito e comentado como segue:

**“No dia 20 de fevereiro ferira-se no ‘Passo do Rosário’, entre as forças republicanas ao mando do general Alvear e o nosso exército comandado pelo Marquês de Barbacena a renhida peleja, cujo resultado produziu a mais penosa impressão no ânimo de todos os brasileiros.**

O inimigo na véspera simulou que se retirava; mas verdadeiramente foi para atrair os imperiais a que o seguissem, e assim desalojá-los da posição vantajosa que haviam tomado, e ao amanhecer do dia saiu-lhes em frente. O general inimigo, vendo que o vento lhe era favorável, lançou fogo ao campo intermédio entre um e outro: o fumo, as labaredas, isto ao ponto do meio-**dia, abrasaram o nosso exército. (...)**”

Partindo do seu acampamento do Arroio Grande, na Província Cisplatina, Alvear, à testa do exército platino, pôs-se em marcha no dia 26 de dezembro de 1826. Avançando pelo vale do Rio Negro, Alvear invadiu a Província do Rio Grande do Sul e, em 26 de janeiro de 1827, ocupou Bagé.

Enquanto isso, Barbacena marchou de Santana em 13 de janeiro e, evitando a interposição de Alvear, juntou-se com o reforço de Braun nas nascentes do arroio Lechiguana, em 5 de fevereiro.

Alvear desistiu de atacar Barbacena e manobrou buscando as pontas do rio Santa Maria; de 13 a 16 de fevereiro, sua vanguarda esteve em São Gabriel, onde Barbacena entrou no mesmo dia 16.

Acossado pela 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira do exército brasileiro, comandada por Bento Manoel, Alvear repeliu-a nos combates de Vacacaí e Umbu, respectivamente em 13 e 15 de fevereiro. Em 19 de fevereiro, Alvear chegou ao passo do Rosário no rio Santa Maria e, ante o risco de cruzá-lo com Barbacena em seus calcanhares, decidiu-se por dar batalha.

O incêndio que se alastrou por mais de um lugar do campo de batalha foi ateadado pelos platinos e teve início na sanga que dividia os dois exércitos, por obra dos atiradores do Batalhão nº 5 de Caçadores que recuaram ante o ataque da 1ª Divisão do exército brasileiro.

“(…) Um militar, que assistiu à ação, informou-me, que não foi tanto o fogo que obrigou à retirada, mas a falta de munições. O general em chefe, Marquês de Barbacena, tinha caído no laço que lhe armou o inimigo: este todo o dia 19 o entreteve com guerrilhas, debaixo das quais seguiu a retirada. Muitos dos que rodeavam o general o entusiasmavam para que picesse a retirada. Barbacena dispôs tudo com o maior segredo: pela meia-noite levantou o campo, dirigiu-se ao Passo do Rosário, que ficava do acampamento três a quatro léguas; em marcha encontrou quatorze carretas, que mais o persuadiram que o inimigo ia abandonando bagagem. Mas qual não foi a sua admiração quando, ao chegar ao passo, viu o exército inimigo, que se computava em 9.000 (o exército imperial dizia-se que montaria a 6.000), disposto em batalha em uma altura vantajosa, e escolhida de antemão! O nosso exército marchou com as três armas; mas não sendo possível à meia-noite apanhar animais para meter em carretas, só com o dia se fez este serviço, e quando o exército levava tantas horas de adiantamento: pelejou-se com vária sorte, mas apareceu da nossa parte a vantagem dos quadrados de infantaria, repelindo vitoriosamente a cavalaria do inimigo, em que consistia sua principal força. O general, embebido no seu principal fito, não tinha prevenido a guarda da bagagem; e o inimigo, que no meio da ação viu vir descendo o comboio de uma altura, destacou força que facilmente e sem resistência dele se apoderou: assim se tomaram munições, bagagens, arquivos militares, enfim, tudo.

O soldado ficou num momento sem fardamento, desde o general até o tambor, senão aquele fato que tinha no corpo, e sem mais munições que as que tinha na cartucheira. Esta foi a verdadeira causa que obrigou a retirar do combate; causa que o general sempre encobriu, porque lhe era imputável, deixando tudo por mão para correr iludido atrás do inimigo. (…)

Ainda em 19 de fevereiro de 1827, ao sair da lua, a vanguarda de Barbacena buscou contato com os platinos. À uma ou às duas horas de 20, o grosso da tropa brasileira levantou seu acampamento, a cerca de uma légua do passo do Rosário, e começou a marchar. Pelas seis horas, o dispositivo inimigo foi descoberto. E entre as sete e as oito horas, a batalha teve início.

Durante a noite de 19 para 20 de fevereiro, os platinos de Alvear contra-marcharam do passo do Rosário e tomaram posição no campo de batalha. Às cinco horas, seu 1º Corpo e um batalhão de infantaria receberam ordem para sair ao encontro do adversário.

O exército platino, às ordens de Alvear e tendo Lucio Mansilla como chefe do estado-maior, encontrava-se assim disposto: em primeiro escalão, à direita, o 1º Corpo (Lavallega) menos a Divisão Laguna, no centro, o Batalhão nº 5 de Caçadores e à esquerda, a Divisão Laguna; em segundo escalão, o 2º Corpo (Alvear) mais a Divisão José Maria Paz do 3º Corpo (Miguel Estanislao Soler), tendo à direita, a Divisão Juan Zufriátegui, no centro, as Divisões Federico Brandsen e Paz e à esquerda, a Divisão Juan Gallo de Lavalle; de reserva, o 3º Corpo menos a Divisão Paz, o qual, aproximando-se em marcha, ao final da batalha tomou posição no centro.

O exército brasileiro, com Barbacena no comando-em-chefe e Braun na chefia do estado-maior, dispôs-se como segue: à direita, a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Bento Gonçalves); no centro, a 1ª Divisão (Barreto) e, de reserva, mais recuada e mais distante, a 2ª Divisão (Calado); à esquerda, mais avançado, o Corpo de Voluntários (Abreu).

A refrega propriamente dita principiou com o ataque da 1ª Divisão à posição platina. O avanço brasileiro foi detido pelo 2º Corpo que também pôs fora de combate a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, parte da qual foi expelida do campo de batalha. Lavallega destroçou o Corpo de Voluntários e apoderou-se do comboio brasileiro, mas esbarrou na 2ª Divisão, que lhe resistiu com firmeza aos ataques repetidos. Por volta das quatorze horas, ante o contra-ataque de Alvear, Barbacena convenceu-se da impossibilidade da vitória e ordenou a retirada do seu exército, que se fez em boa ordem. A perseguição do inimigo foi frouxa e cessou às dezesseis ou dezessete horas.

O Exército brasileiro contava com cerca de 6.200 combatentes e 400 não-combatentes. O platino montava a uns 8.130 combatentes e 1.050 não-combatentes.

Barbacena perdeu, oficialmente, 403 homens (172 mortos, 91 feridos e 74 prisioneiros), mas é possível que houvesse 1.241 baixas (200 mortos, 150 prisioneiros, inclusive feridos deixados no campo de batalha, 91 feridos que acompanharam o exército na retirada e 800 dispersos ou extraviados). As perdas oficiais de Alvear foram de 337 homens (141 mortos, 226 feridos e 36 desaparecidos), mas podem ter chegado a 438 homens (159 mortos, 253 feridos e 26 dispersos).

O episódio das quatorze (na verdade, quinze) carretas deu-se após a batalha, no passo do Cacequi, onde Barbacena encontrou aqueles veículos, juntamente com outros materiais que Alvear abandonara, entre 18 e 19 de fevereiro de 1827, para aligeirar sua marcha e mais brevemente chegar ao passo do Rosário.

O comboio de carretas em que eram transportados o parque, o hospital e as bagagens do exército, estava sob as ordens do Coronel Jerônimo Jardim. compreendia cerca de 550 pessoas e era guardado pelos 127 lanceiros guaranis do 25º Regimento de Cavalaria de Milícias. Foi saqueado, inclusive por elementos da sua escolta, pelos debandados do 24º Regimento de Cavalaria de Milícias que fugiram da batalha após a morte em combate do seu comandante, o Major João Severiano de Abreu, e pelos orientais de Lavalleja. Poder-se-ia apontar a insuficiência de sua guarda, mas é plausível ponderar o prejuízo que o reforço desta traria para as forças alinhadas para enfrentar o inimigo, já em inferioridade numérica relativamente a este. Talvez o problema tivesse melhor solução se outro fosse o dispositivo adotado por Barbacena e Braun para distribuir o exército imperial pelo campo de batalha.

**“(…) Consta-me, que o Marquês de Barbacena tinha destacado, para dispersar reuniões que por ali se haviam formado, a Bento Manoel com um troço de 1.500 homens pouco mais ou menos, da melhor cavalaria, a qual esteve fora de combate, como vimos; e, apesar de ouvir o estrondo da artilharia, não acudiu. O lugar, em que se conservou, denomina-se ‘Pau Fincado’. (…)”**

A 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira, composta dos regulares dos 22º e 23º Regimentos de Cavalaria de Milícias e dos irregulares das oito companhias de guerrilhas e das duas companhias de lanceiros, com 1.100 ou 1.300 homens, sob o comando de Bento Manoel, foi destacada, em 11 de fevereiro de 1827, para flanquear o exército platino pela direita. Viu-se repelida para a margem direita do rio Ibicuí após os combates de Vacacaí, em 13, e Umbu, em 15 de fevereiro. Em 19 de fevereiro, achava-se no passo de Santa Vitória.

A controvérsia acerca do fato de não participar da batalha de 20 de fevereiro persiste através do tempo e não será abordada nesta oportunidade. Todavia, cabe aqui mencionar que o conselho de guerra reunido por Barbacena, em 19 de fevereiro, considerou a ausência de Bento Manoel na batalha prevista para o dia seguinte como compensada por ser o terreno favorável à infantaria.

**“(…) Disse-me o marechal de campo Andréia (que então servia de ajudante-general do general em chefe Marquês de Barbacena) [Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa, futuro Barão de Caçapava] que a este não faltava nem coragem, nem conhecimentos administrativos do exército. Era a primeira campanha que fazia, faltavam-lhe conhecimentos práticos, por isso era fácil persuadir-se do que lhe diziam lisonjeiros, como o quartel-mestre general Elisiário, o barão do Cerro Largo e outros, acreditando que o inimigo o temia e fugia, quando só buscava estratagemas para o desviar do posto vantajoso que havia ocupado o exército brasileiro, o qual constando de mais infantaria do que cavalaria, por pedregoso o terreno, era pouco adaptado para nele manobrar a cavalaria, da qual mais abundava o exército republicano. (…)”**

É possível que Abreu tenha estimulado Barbacena a perseguir Alvear para dar-lhe batalha, mas também é provável que Barbacena não necessitasse de incentivo para essa resolução.

Já em 11 de fevereiro de 1827, antes da incorporação de Abreu, Barbacena oficiara ao Ministro da Guerra escrevendo: **“Para mim é indubitável** que o inimigo se retira, suposto haver no exército quem pense que Alvear procura os campos de Santana, vantajosos à sua cavahada, pela mesma razão que eu procuro as montanhas pedregosas de Camaquã. A incerteza não pode durar 48 horas, porque destaquei sobre seus flancos as duas brigadas ligeiras de Bento Manoel Ribeiro e Bento Gonçalves, e vou em seu seguimento”. Além disso, em 19 de fevereiro, seus generais e comandantes de brigada, em conselho de guerra, resolveram acometer o inimigo em qualquer lugar e disposição em que fosse encontrado.

**“(…) Se Bento Manoel**, ao ouvir os tiros, manda a toda a brida assegurar ao general que ele vinha em seu socorro reunir-se, e cai de fresco sobre o inimigo, a vitória era de certo do nosso exército. Os que principiaram a distrair nossa bagagem foram os nossos próprios da partida do barão de Cerro Largo: ao depois caíram os inimigos. (…)”

José Feliciano incorreu em dois equívocos.

Primeiro, o de ligar a vinda de Bento Manoel ao campo de batalha com uma hipotética vitória brasileira.

Escreveu Henrique Oscar Wiederspahn na Campanha de Ituzaingô:

**“Não podemos**, pois, deixar de dar razões ao nosso Barão do Rio Branco, quando opinava pela possibilidade de Bento Manoel atingir o local da batalha cerca das 11 horas ou mesmo em sua fase final, dadas as circunstâncias com que se iniciou a nossa retirada, entre as 14 e 15 horas. (…)

Segundo as nossas recomendações regulamentares ainda em uso, àquelas 7 ½ léguas (menos de 50 km) de distância entre a região média entre os passos de Santa Vitória e do Umbu e o campo de batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosário, poderia perfeitamente ser percorrido em pouco mais de 7 horas, no máximo, com uma velocidade de marcha entre 7 e 8 km horários. Neste caso as vanguardas de Bento Manuel chegariam perfeitamente em tempo útil, pouco depois das 14 horas e graças à cavahada de muda de que dispunha, poderia, talvez, dar novo impulso moral e físico a Barbacena e aos bravos do exército imperial.

Segundo os relatos obtidos de elementos participantes da Brigada Bento Manuel, divulgados mais tarde por personalidades de responsabilidade, seus postos avançados teriam, cerca das 7,30 horas, ouvido tiros de artilharia e descargas de fuzilaria vindos do Sul, de além do rio Cacequi, comunicando o fato. Convencido de que somente além do rio Santa Maria é que se daria a batalha, assim mesmo alguns dias depois, contando locomover-se pelos chamados campos do Loreto, situados bem mais ao Norte, entre o rio Ibicuí e seu afluente Jaguarí, e alegando falta de ordens específicas a respeito, Bento Manuel não se impressionou nem com a possibilidade de um retorno ofensivo de Alvear sobre Barbacena. Naturalmente julgava que os inimigos continuavam em retirada pelo caminho do Passo de São Simão,

conforme impressão fixa sua, comunicada ao General em Chefe no dia 15.”

Contudo, há indisfarçado otimismo nesse ponto de vista.

Sete horas de marcha cansariam os cavalos, mesmo os de muda. Supondo-se que houvesse uma troca de cavalos a cada 20 km, mais ou menos, e outra devesse ser feita antes da luta, a cavalcada desta última muda, mesmo que poupada desde a partida, teria sido tangida por mais ou menos 45 km. Por sua vez, os cavaleiros sentiriam os efeitos da cavalgada e da canícula estival, sendo duvidoso que o seu valor combativo se mantivesse elevado nessas condições.

O reforço chegaria entre os momentos do contra-ataque platino e da retirada brasileira, quando a capacidade combativa do exército imperial achava-se em declínio enquanto aumentava a da hoste adversária. Mesmo que os homens de Bento Manoel pudessem sem empregados com eficiência, teriam de enfrentar tropa motivada e em boa parte descansada porque, durante toda a refrega, Alvear sequer se valera do grosso de sua infantaria e de sua artilharia, que permaneceram intactas até o fim da batalha.

Segundo, o de atribuir aos voluntários de José de Abreu a iniciativa do saque do comboio.

Acutilados pela cavalaria inimiga e fuzilados pela infantaria amiga, os voluntários tratariam antes de salvar suas vidas. Apesar disso, os sobreviventes que conseguissem se refazer do choque bem poderiam sentir-se atraídos a buscar um quinhão residual no que sobrasse da pilhagem empreendida pelos saqueadores guaranis, platinos e, eventualmente, de outras origens.

**“(...) O exército** de Alvear tinha invadido a província pela fronteira de Bagé, e se alojou em S. Gabriel; mas, compondo-se o grosso dele de cavalaria, desde logo compreendeu que não era ali lugar azado para desenvolver sua arma principal; decidiu-se, portanto, a ir estabelecer no Ibicuí sua linha militar de operações. Apenas apontou o exército imperial, o republicano levantou campo e marchou na direção do rio Santa Maria, em cujas imediações teve tempo de escolher campo e tomar posições vantajosas, esperando descansado o seu contrário, com o intervalo de dois ou três dias.

Entretanto o general brasileiro, tomado da falsa idéia de que o inimigo lhe fugia receoso de medir-se com ele, não percebeu o estratagema, que mais se disfarçava com algumas carretilhas que foram abandonadas pela estrada. Pela meia-noite do dia 19 marchou o exército imperial; notou-se desordem na marcha: ao raiar da aurora topou-se, com alguma surpresa, com o inimigo, e observou-se a posição formidável em que se havia este colocado: em uma eminência de doce declive as cargas de cavalaria tinham toda a superioridade, e o nosso exército ofereceu um alvo seguro à sua excelente artilharia, que constava de 18 bocas de fogo de diversos calibres, mui bem servidas. Nossa artilharia era inferior em número. Apenas se chegaram os dois exércitos, sem mais disposições da nossa parte, travou-se a peleja. Teve esta o fim desairoso, para o qual

conspirou um montão de erros: o nosso exército, sem mais prevenções sobre a marcha, entrou para o campo que o inimigo lhe havia deixado como destinado; o chefe do estado maior, Brown, estendeu o exército (dizem os entendedores) em má ordem. Desfalcado de sua melhor cavalaria em número de 1.300, que o Marquês de Barbacena destacou para o Passo do Rosário com o fito de dispersar reuniões e grupos que por ali apareciam; sobre ele mandou o general Alvear uma força de 800 homens de cavalaria; porém o providente general logo lhes determinou – **‘contanto que se achassem presentes no dia do combate’** – o que executaram; ao inverso do coronel Bento Manoel, que do sítio **‘Pau Fincado’** ouviu **impassível e imóvel o estrondo** da artilharia no combate.

Por cúmulo de desgraças, conhecendo o general Alvear que o exército brasileiro achava-se tão imperfeitamente organizado, que não tinha centro nem reservas, destacou o general Lavalleja à testa de alguns esquadrões, o qual, caindo sobre as bagagens, completou o saque e a desordem, que a vanguarda dispersa e debandada do barão do Cerro Largo tinha começado. Grande erro foi compor esta vanguarda de tal gente, quando costuma sê-lo sempre de tropa escolhida. O exército brasileiro continuou em retirada, seguido de perto até Cacequi por um troço de cavalaria inimiga.

Dos últimos mapas, que eu vi, existiam 11.500 homens na província, a saber no grosso do exército para o combate, 8.000, pouco mais ou menos, e o resto em diversos pontos. Se se for a fazer conta da cavalaria, que se diz comprada, ou ao menos que se deu dinheiro para isso, é coisa enorme.”

A retaguarda platina, sob a chefia de Lavalleja, deixou São Gabriel em 16 de fevereiro de 1827. A vanguarda brasileira entrou nessa localidade em 17 de fevereiro. Nesse mesmo dia, Barbacena recebeu aviso de Bento Manoel, datado de 15, de que o inimigo se retirava pelo passo de São Simão, no rio Santa Maria.

Escreveu Tasso Fragoso em A Batalha do Passo do Rosário:

**“Depois de sair de São** Gabriel, o exército argentino penetrou no ângulo formado pelo Santa Maria e o Ibicuí. Três estradas se lhe abriam, conforme a direção que desejasse seguir: a 1ª, era a do Passo do Umbu, se lhe fosse intenção caminhar no rumo geral do norte; a 2ª, a do Passo de São Simão, por onde pareceu a Bento Ribeiro que ele iria prosseguir; e a 3ª, a do Passo do Rosário.

Estando convencido de que seu adversário continuaria a marcha pelo Passo de S. Simão, Barbacena podia ir atacá-lo: trilhando a mesma estrada e surpreendendo-o, se possível, no momento da travessia do rio Santa Maria, ou obliquando à esquerda, e vadeando este rio no Passo do Rosário.

Porque preferiu a segunda solução? Ninguém hoje poderia dizê-lo com absoluta certeza. Todavia, minha conjetura é que, estando o general brasileiro firmemente convencido de que Alvear fugia para oeste, portanto no rumo de Alegrete, entendeu que o único meio de alcançá-lo sem tropeço seria transpor o Santa Maria mais a montante, seguindo uma estrada mais direita até Alegrete, de modo a arpoá-lo no flanco

esquerdo. Ora, partindo de São Gabriel, a estrada que melhor satisfazia a essa condição, era, a do Passo do Rosário pelo banhado do Inhatium e, por isso, ele a tomou. De resto, não havia tempo que perder. Bento Ribeiro dera aviso de que Alvear passaria o Santa Maria a 17, isto é, no mesmo dia em que tal comunicação o alcançava em São Gabriel; logo, urgia abalar pelo caminho mais rápido e sem um minuto de hesitação.

No dia 18, Barbacena prosseguiu a marcha, atravessou o referido banhado e deteve-se, para acampar, junto ao arroio do Salso e do porto de João de Deus. No dia 19, partiu o exército às 5 e ½ da manhã, sempre pela estrada que conduz ao passo do Rosário; às 8 tinha notícia de estar próximo o inimigo; às 11 e ½ chegava à estância de Feliciano Duarte e, uma hora depois, acampava perto da de Manoel Pereira, afastada uma légua do referido passo. Machado de Oliveira diz que essa estância era de Francisco José, nome que, de fato, figura em uma das plantas de Seweloh.”

Quanto ao exército de Alvear, partiu de São Gabriel na noite de 13 para 14 de fevereiro de 1827, tomando o caminho da Coxilha Grande, acampando a 15 de fevereiro junto ao banhado Jacaré e chegando em 16 ao passo do rio Cacequi; lá permaneceu durante todo o dia 17; às dezesseis horas e trinta minutos de 18, abalou em direção ao passo do Rosário, onde chegou às onze horas de 19.

Portanto, não houve estratagemas algum de parte de Alvear. Sua intenção foi, apenas, atingir o passo do Rosário antes de Barbacena, o que conseguiu. Lá estando, chegou a ordenar a passagem do rio Santa Maria, o que não se consumou porque esse curso d'água estava a nado.

A artilharia platina compunha-se das 16 peças (11 canhões de 4 libras, 2 canhões de oito libras e 3 obuses de 7 polegadas) do Regimento de Artilharia Ligeira, servidas por 503 homens. A brasileira, de 12 peças, sendo 8 (6 canhões de 6 libras e 2 obuses de 6 polegadas) do 1º Corpo de Artilharia Montada, e 4 (4 canhões de 6 libras) do 4º Corpo de Artilharia de Posição, servidas por 285 homens.

A propósito da má disposição do exército brasileiro no campo de batalha, eis a opinião de Tasso Fragoso em A Batalha do Passo do Rosário:

**“O exército de Barbacena travou a batalha** por forma incompreensível. Que significa essa marcha em ponta da divisão Barreto contra a vanguarda inimiga, deixando parada no flanco esquerdo a divisão Calado?

Ainda mesmo que a esta última houvesse sido dado um setor de ataque, o plano da manobra não assentava em nenhuma idéia racional, pois se resumia a dois ataques frontais, para que se não havia previsto nenhuma reserva.

Se, porém, só se pensou em empenhar a ação com a Divisão Barreto, guardando a segunda como reserva, também são inadmissíveis as disposições tomadas, pois a localização de Calado, quase em linha com Barreto, violava o princípio fundamental do escalonamento em profundidade.

A impressão colhida no exame imparcial do mecanismo de nossas disposições, é que não fomos dirigidos por um general da envergadura de Caxias, ou então que não tivemos nenhuma direção, o que se me afigura ainda mais provável.

Machado de Oliveira [Coronel Joaquim José Machado d'Oliveira] conta que o governo havia incumbido **Brown 'do complexo das disposições que preparam os combates'. Nesse caso o incompetente** seria Brown.

O dispositivo do ataque brasileiro só encontra símile na tática linear do tempo de Frederico [Frederico II, rei da Prússia], e mesmo assim aplicada por inscientes. Essa tática assentava no emprego de duas ou três linhas contínuas, que se sucediam em profundidade. Foi, sem dúvida, lembrando-se dela que Barbacena concebeu a formação do esquema n. 9, de Seweloh, de que não soube utilizar-se no momento adequado. Havia muito que ela fora abandonada, sobretudo pelos ensinamentos decorrentes das últimas guerras **napoleônicas.**”

Henrique Oscar Wiederspahn, na Campanha de Ituzaingô, adotou posição menos incisiva:

**“Fortificara-se assim, no espírito de Barbacena, a idéia preconcebida, a hipótese que formulara, a de que iria enfrentar apenas uma retaguarda de um inimigo em fuga. Traçando-se a idéia de manobra que deveriam, Barbacena e Braun, executar e que desde o fatídico acampamento em Santana, desde princípios de janeiro, vinha sendo a preocupação do nosso General em Chefe, muito antes da chegada de seu chefe de Estado-Maior. Em 24 de janeiro encontrara von Seweloh uma ‘folha de papel’ com o traçado esquemático de um dispositivo linear que, diante dos fatos havidos nesta batalha, quanto à orientação tática pessoal de Barbacena, parece comprovar que a mesma influuiu ‘nas disposições táticas adotadas no dia 20 de fevereiro de 1827’, ligeiramente adaptada sobre as mesmas bases pré-concebidas desde a já citada ordem do dia de 12 de janeiro, com seus dispositivos de 1ª Linha, 2ª Linha e reserva, todas de ante-mão com direita, centro e esquerda. Estas reflexões sobre a situação, contra o inimigo, como anotara Von Seweloh, contrariam tudo o que geralmente se tem aceito sobre as atribuições que de fato teria tido o Marechal de Campo Gustavo Henrique Braun, chefe do Estado-Maior, como comandante de fato durante a ação, pois o próprio Tenente-Coronel Machado de Oliveira delimitou tais atribuições de maneira bastante clara, pois, ao dispor o exército para a batalha, Barbacena lhe recomendara que não fosse ‘de encontro às disposições gerais’ na execução do que julgasse dispor ‘com o possível acerto e precisão’ na ‘aplicação das diferentes armas do exército contra o inimigo’.**

Ficou resolvido, assim, levar o ataque frontal PRINCIPAL contra o que deveria ser o centro da resistência platina, contra Olazábal e Lavallega com Sebastião Barreto (1ª Divisão: 2.700 homens e 2 peças), no que este seria apoiado por Calado (2ª Divisão: 2.150 homens e 3 peças), em 2ª Linha ou RESERVA, protegido pelo Corpo Abreu (560 guerrilheiros e 1 peça) no seu flanco esquerdo, sobre a Estrada Velha e numa altura que é a garupa Sul das coxilhas da posição brasileira. Recalcado o destacamento inimigo, o exército imperial cairia de roldão sobre

Alvear, no Passo, jogando o que restava dos platinos nas águas do rio Santa Maria.

Para isso Braun, que foi quem realmente executou a idéia do General em Chefe durante o desdobramento inicial e quem de fato comandou o ataque principal durante a batalha, obedecendo as prescrições lineares que há muito vinham preocupando Barbacena, **dera ao 'Exército do Sul'** o seguinte dispositivo:

Na DIREITA – Bento Gonçalves ao Norte, protegendo aí o flanco imperial.

No CENTRO – Sebastião Barreto em primeiro escalão com a missão de levar o ataque principal de frente contra o centro de resistência inimigo.

Na ESQUERDA – Abreu defrontando a direita de Lavalleja, apoiado pelas margens do arroio Ituzaingô no flanco esquerdo e protegendo, por sua vez, a reserva imperial ou 2º escalão.

Como RESERVA – Calado no centro, um pouco à esquerda e retaguarda de Sebastião Barreto, mas mais próximo de Abreu que da outra divisão, assinalando claramente a idéia do comando de que iria defrontar-se somente **e com parte do 'Ejército Republicano'**.

Quanto à artilharia, não houve o cuidado de um emprego em massa dos seus fogos, pois as divisões receberam algumas das peças, Abreu 1 peça e as outras foram disseminadas pela base de partida do nosso ataque, perto da elevação que separava Calado de Sebastião Barreto. Braun destacara 1 companhia de infantaria para protegê-la e manter as ligações entre as duas divisões. O Coronel Tomé Joaquim Fernandes Madeira foi desastrado no comando desta artilharia que praticamente não participou da batalha, salvo a seção montada do já referido Tenente Mallet, posto à disposição de Sebastião Barreto.

Em consequência, Bento Gonçalves recebeu ordem de se deslocar da vanguarda para o flanco direito (Norte), à altura das nascentes da sanga. Este dispositivo imperial, baseado na idéia fixa do menosprezo do **inimigo 'já batido' que apenas procuraria** cobrir, com os elementos em posição, a própria fuga pelo passo do Rosário para além do rio Santa Maria, sofreria a sanção do insucesso e, assim, seria mais tarde taxado de bem menos razoável que o tomado pelo comando platino. E isto somente porque a crítica costuma ser inexorável para com os vencidos, com aqueles **que não venceram!"**

Tasso Fragoso criticou negativamente o dispositivo do exército brasileiro para a batalha do Passo do Rosário sob o aspecto tático, diferentemente de Wiederspahn, que o fez sob o ponto de vista estratégico.

Para Tasso Fragoso, Barbacena e ou Braun, embora seguindo estratégia acertada ao buscar o enfrentamento e a aniquilação do inimigo, desconhecaram as lições das últimas guerras de Napoleão Bonaparte e adotaram tática superada, inspirada nas campanhas de Frederico II.

Para Wiederspahn, Barbacena pretendeu esmagar o inimigo em retirada e, para isso, embora estrategicamente equivocado, adotou disposições lineares que, ao que parece, taticamente não estariam a merecer sua condenação.

Salvo melhor juízo, a razão está com Tasso Fragoso. Estrategicamente, a missão de Barbacena era vencer Alvear em batalha decisiva, o que tentou fazer com os recursos a seu dispor. Os erros que cometeu foram de natureza tática, inclusive o de prescindir da cooperação de Bento Manoel. O dispositivo do exército imperial desafia a compreensão mesmo de leigos, por não ter sido escalonado e carecer de centro definido, alas robustas, artilharia adequadamente posicionada e reserva suficiente.

Embora a culpa por essas falhas pudesse ser atribuída a Braun, a responsabilidade, sem dúvida nenhuma, foi de Barbacena.

Braun, alemão ou de origem alemã, servira a Inglaterra como coronel e reformara-se como marechal-de-campo em Portugal. Foi contratado em Londres pelo Império do Brasil, em 12 de maio de 1826, e efetivado neste posto do exército brasileiro, em 22 de agosto do mesmo ano. Designado para servir como chefe do estado-maior de Barbacena, partiu do Rio de Janeiro para o Sul em 25 de novembro. Assim como o de Barbacena, seu conhecimento prático da guerra nas províncias do Sul era nulo.

A 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira, formada com milicianos e combatentes irregulares, estava longe de constituir-se na melhor cavalaria do exército brasileiro.

No Exército do Sul, a cavalaria era constituída pelos sete corpos de primeira linha: os 1º (Corte ou Rio de Janeiro), 3º (São Paulo), 4º (Serrito ou Jaguarão), 5º (Rio Pardo) e 6º (Montevideu) Regimentos de Cavalaria, o Esquadrão da Bahia e o Esquadrão de Lanceiros (composto por alemães). Tendo em vista as peculiaridades da campanha em curso, notadamente as características do terreno, o melhor desses corpos seria o 5º Regimento de Cavalaria, herdeiro das tradições do Regimento de Dragões do Rio Grande, seguido dos 4º e 6º Regimentos, também afeiçoados à região da pampa. L

Lembre-se, ainda, que a 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira, com cerca de 1.200 homens, quando enfrentada pelo destacamento de Lucio Mansilla (800 homens dos Regimentos nºs 1, 2, 8 e 16 de Cavalaria de Linha e do Esquadrão de Couraceiros), não lhe suportou a investida e, depois dos combates de Vacacaí e Umbu, teve de buscar proteção transpondo do rio Ibicuí de sua margem esquerda para a direita.

Bento Manoel não foi destacado para o passo do Rosário nem recebeu a missão de dispersar reuniões, mas teve ordem de flanquear o exército platino pela direita. Para afastá-lo, Alvear, em 14 de fevereiro de 1827, destacou Mansilla, com 858 homens. Bento Manoel, no dia 15 de fevereiro, foi repellido para a margem direita do rio Ibicuí e perdeu contato tanto com Mansilla, que recolhera seu destacamento juntando-se a Alvear, como com este e o próprio Barbacena.

O Corpo de Voluntários de José de Abreu não falhou como vanguardeiro do exército Imperial, tendo se saído muito bem nessa missão. Em verdade, foi desfeito como contingente avançado da ala esquerda do dispositivo brasileiro, seja por achar-se mal montado ou mal armado, seja por carecer de disciplina suficiente. Pressentida a movimentação do inimigo para atacá-lo, seria de esperar que evitasse o desastre resistindo ao embate ou retirando-se para junto da 2ª Divisão. Acabou por

não fazer uma coisa nem outra. Foi acometido, cedeu ao choque e debandou desordenadamente, desaparecendo como força combatente. Todavia, em circunstâncias comparáveis, a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, na ala direita, também foi dispersada quando atacada pelos contrários, parte buscando abrigo na 1ª Divisão, parte abandonando o campo de batalha. Ambas as unidades tinham composição semelhante: milicianos, desertores perdoados e paisanos. O valor combativo desses componentes poderia ser inferior ao da tropa de primeira linha mas, pelo conhecimento que tinham do terreno e do ambiente em que se desenrolava a campanha, seriam excelentes observadores, reconhecedores e elementos de informação e ligação. Portanto, com indiscutível aptidão para formar a vanguarda do exército.

O cálculo de José Feliciano para o efetivo do exército imperial na Província do Rio Grande do Sul é verossímil.

Segundo Tasso Fragoso, em A Batalha do Passo do Rosário, quando da junção de Braun com Barreto, na Tapera do Madrugá, em 16 de janeiro de 1828, o exército brasileiro ficou constituído de 7 batalhões de caçadores, 11 regimentos e 2 esquadrões de cavalaria e 3 brigadas de artilharia de 4 bocas de fogo cada uma, ou seja, 8.000 homens, sem contar um batalhão de caçadores que vinha em marcha; acrescente-se a esse subtotal os 2 regimentos, de 500 homens cada um, que formavam uma brigada de cavalaria, estacionada nas Missões. Na Província Cisplatina, contavam-se um batalhão de caçadores e um esquadrão de cavalaria, em Santa Tereza, e uns 5.000 homens nas guarnições de Montevideu e Colônia. Por conseguinte, o Império do Brasil reunia, nas duas províncias, uns 15.000 combatentes.

Quanto à cavahada, ressalte-se que as campanhas militares, no Sul, eram feitas à custa de imensas manadas de eqüinos.

Uma testemunha ocular da guerra entre o Brasil e Buenos Aires, que se supõe tenha sido o Barão Carl de Leenhof, capitão de um dos corpos estrangeiros do exército imperial, escreveu em Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires:

**“Por falta de estabulação de cavalo de guerra, tanto a cavalaria portuguesa como a espanhola, nesta região, eram obrigadas a se servirem de animais bravios, que deveriam ser diariamente levados a pastagens, não podendo agüentar marchas de dois dias seguidos, o que determinava a necessidade de cinco cavalos para cada combatente. Destes, três destinavam-se à muda, o quarto para reserva, caso um deles se perdesse, e o quinto, provavelmente o melhor de todos, para eventualidades especiais, principalmente, o dia do combate.”**

Cinco ou quatro cavalos por cavaleiro, ao que se supõe, seria a quantidade ótima, somente atingida em circunstância extraordinárias; ordinariamente, havia três ou dois cavalos; com um cavalo, a tropa se sentiria praticamente a pé.

Por sua vez, Seweloh, nas Reminiscências, registrou com clarividência:

**“O sistema predominante de** fazer marchar a cavalaria em cavalos que são sucessivamente substituídos, está em contradição com a natureza desta arma, que exige conhecimento do animal e do ensino que o animal recebeu; é um sistema destruidor, que há de reduzir em pouco tempo os cavalos da província, e é incompreensível como em guerras tão freqüentes, tão longas, quase sem interrupção, ainda nenhum general se lembrasse de por um paradeiro a uma tão grave loucura. Se desde o princípio tivessem manobrado exércitos tão grandes, como os desta campanha, já os cavalos teriam desaparecido deste teatro; só a guerra feita por bandos pequenos e o grande número de cavalos explicam a não extinção deste animal indispensável. Para o futuro, o governo deve dirigir sua atenção para este assunto.

(...)

Passo em silêncio as vantagens que oferece um cavalo bom, ensinado, destinado a um só homem, que só dele trata, só nele monta; estas vantagens são inerentes à idéia que se tem de uma boa cavalaria. Admito bravos, ágeis, adestrados cavaleiros, mas ninguém chamará boa aquela cavalaria que monta em animais chucros. Creio que na campanha de 1827, tendo nós pouco mais ou menos 4.000 homens de cavalaria, cortaram a orelha direita a mais de 30.000 cavalos, sem que por isso jamais estivéssemos bem montados e nem mesmo por oito dias possuíssimos cavalaria suportável. Os cavalos são conduzidos em grandes bandos (tropilhas) na frente ou ao lado do exército; na retaguarda em maior quantidade. Os infelizes animais, impelidos pelo medo constante do azorrague dos condutores, não têm descanso nem espaço onde encontrarem alimentação suficiente para tão grande número, porque a grama, só, não ministra forças, e apenas em grande porção enche o estômago; nenhum cavalo é regularmente tratado, nem isso é possível, por causa do número. Quando o exército se põe em marcha, o soldado monta sem interesse, sem amor, sem afeição pelo cavalo, e quando este fica cansado (o meu cavalo cansou) apanha a laço qualquer outro da tropa. Em poucos dias de marcha ficam extenuados centenas de cavalos, que apenas percorreram algumas léguas; e este mal progride de um modo assustador. Os cavalos acostumados só à grama emagrecem em oito dias tão sensivelmente, que não se pode reconhecê-**los quando se altera a quantidade d’água, o descanso e a quantidade do alimento.** Passam-se dias sem que recebam água, e quando a encontram, mal têm tempo de beber, sendo impelidos para diante pela violência das bordoadas. A guarda dos cavalos exige um numeroso pessoal, que se alheia ao serviço e disciplina militar e que não participa dos combates, pelo contrário tem de ser reforçado, porque o inimigo ataca logo as cavalcadas, **por causa da sua importância.”**

Valioso é, também, o depoimento de Tasso Fragoso, em A Batalha do Passo do Rosário:

**“Os animais eram** apanhados no campo e quase que utilizados imediatamente. Vinham, pois, mal alimentados e não se encontravam em condições de fazer esforços prolongados e decisivos. Durante as marchas não era possível, salvo casos excepcionais, proporcionando-se-

lhes (sic) outra alimentação, a não ser a relva das coxilhas. Daí o ficarem quase imprestáveis ao cabo de poucos dias, embora de marchas normais, e o recurso fatal ao número para suprir a deficiência orgânica de qualquer deles. Ainda hoje, cerca de um século depois, o problema da remonta no Rio Grande não encontrou solução definitiva. O autor comandou, durante três anos, um regimento em nossa fronteira meridional, andou com ele múltiplas vezes divagando em exercícios pelos campos, e viu-se em condições pouco melhores do que os chefes de cavalari**ia em 1827.**”

Tecido esse elenco de comentários sobre o antagonismo protagonizado por Abreu e José Feliciano, em face das memórias deste, compiladas e postas em ordem por Homem de Mello, é chegado o momento de apontar algumas de suas conseqüências, que se mostraram relevantes para a segurança da Província do Rio Grande do Sul durante a revolta de 1825, na Província Cisplatina, e a guerra de 1825 a 1828, entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Primeira consequência, a desconfiança.

Dentre os muitos, elevados e reconhecidos méritos de José Feliciano - destacados por dois biógrafos de mais alta qualificação, quais sejam Aurélio Porto no prefácio da edição dos Anais da Província de São Pedro, feita pela Imprensa Nacional em 1946, e Eduardo Duarte no trabalho que apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 6 de julho de 1947 - um só bastaria para consagrá-lo: o lugar de primeiro historiador do Rio Grande do Sul, pois, segundo **Aurélio, “antes dele** ninguém se aventurou a fazer obra de conjunto, somente se registrando pequenas crônicas e informes incompletos de acontecimentos contemporâneos dos **autores”**.

O heroísmo de Abreu, exaltado pela morte em batalha, ensejou louvores repassados de melancólicas e respeitadas evocações.

O Barão do Rio Branco, nas Biografias, em 14 de julho de 1865:

**“Assim terminou a carreira gloriosa** desse distinto veterano. A vida, que inteira consagrava à pátria, devia ser também sacrificada a ela, e, de feito, sua espada só deixou de combater quando a mão que a brandia caiu desfalecida.

Com tantos serviços, com tantas glórias, com tantas virtudes, tanta abnegação e civismo, o ilustre barão do Cerro Largo teve, como prêmio e recompensa, a ingratidão e o esquecimento do governo do seu país!

Bem o disse madame de Sévigné: **‘Há serviços** tão grandes e tão importantes que só a ingratidão os pode pagar!

Mas acima das fragilidades e misérias dos contemporâneos, acima de seus ódios e de seus erros, eleva-se um dia o juízo da posteridade, pode-se já o dizer, há de destinar a tão exímio cidadão e a tão ilustre vítima um lugar distinto entre os mais gloriosos e prestantes filhos da terra de **Santa Cruz.**”

Tasso Fragoso, em A Batalha do Passo do Rosário, citando as Recordações Históricas de Machado de Oliveira:

**“Assim terminou sua gloriosa carreira militar um dos mais afamados guerreiros do sul, que ‘unicamente’ por seus distintos feitos de armas ascendeu a um dos maiores postos do exército, e foi enobrecido com um título. Como que vaticinando o fim de sua existência, ele dizia aos seus amigos, que aplaudiam a sua reaparição na campanha, que ia restituir à guerra o que só dela havia recebido”.**

Conforme as memórias de José Feliciano, Abreu não lhe deveria inspirar confiança por ser ignorante, de maus antecedentes, imbuído do ciúme da autoridade e insuflado por dois oficiais às suas ordens.

No entanto, embora José Feliciano afirmasse ser pública a desafeição que lhe votava Abreu, ao referir suas dificuldades de relacionamento para com ele, atribuiu-as ao seu círculo, não a ele próprio; e ao aludir a um papel, impresso e difundido contra si, acusou da autoria um oficial às ordens de Abreu, não a este.

Aliás, José Feliciano, ao transcrever parcialmente o ofício que Abreu lhe dirigira de São Gabriel, em 13 de novembro de 1825, mencionou a sinceridade do respeito e do reconhecimento deste pela sua pessoa e expressou a satisfação com que recebera essas manifestações.

Por fim, conquanto referindo-se amplamente à batalha do Passo do Rosário, inclusive para exprimir juízos de crítica negativa sobre Abreu e seus comandados, nada registrou acerca da morte dele, talvez por entender que a morte em combate de um militar constituía-se em mera contingência profissional.

Por conseguinte, é duvidoso que a rejeição de José Feliciano por Abreu fosse por este correspondida em igual medida.

A evidência da desconfiança pode ser vislumbrada, pelo menos, em dois momentos.

Oda declaração da nulidade da delegação, por Abreu a Barreto, da delegação do comando das armas da Província do Rio Grande do Sul e das atribuições de representação pessoal e de exercício das funções do respectivo cargo. Note-se que, segundo o Barão do Rio Branco, havia animosidade de Barreto em relação a Abreu porque àquele repugnava sujeitar-se às ordens deste, no qual via um rival feliz e glorioso.

E o da assunção, por José Feliciano, da direção dos negócios militares da Província, antecedida da convocação do Conselho da Presidência e seguida da nomeação, para a guarda da fronteira, de Bento Correia da Câmara e Barreto.

Registre-se que a substituição interina de Abreu deveria fazer-se pelo militar ao qual coubesse pela regulação aplicável, não pelo Presidente da Província, autoridade civil.

Segunda consequência, a divergência de concepções estratégicas.

José Feliciano, nas suas memórias, invocou possíveis hostilidades provindas das Províncias de Entre-Rios, Santa-Fé e Cisplatina para apontar, com clareza, a defensiva como única posição a ser honrosamente mantida, e verberou a conduta ofensivista de Abreu ao mover, de início para Alegrete e depois para a Província Cisplatina, as forças reunidas no Passo do Rosário para proteger a Província do Rio Grande do Sul.

Em manifestação preliminar, é forçoso reconhecer que a Abreu, Comandante das Armas da Província, e não a José Feliciano, seu Presidente, competia decidir a respeito da estratégia a ser adotada naquelas circunstâncias, por caber àquele a chefia militar, e a este a civil.

Ao tomar conhecimento da revolta eclodida na Província Cisplatina, a missão precípua de Abreu, Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul, era resguardar a circunscrição sob seu comando de uma eventual agressão externa. Todavia, em tese, o resguardo poderia ser feito tanto mediante uma atitude ofensiva quanto outra defensiva. Abreu optou por lutar na Província Cisplatina. Não acreditava que elementos das Missões Ocidentais do Uruguai ou da Província de Corrientes invadissem a Província do Rio Grande do Sul. Nem que essas províncias dessem passagem a entrerrianos e santafecinos para que o fizessem. Certamente, a entendia suficientemente defendida contra ataques dessas procedências.

Independentemente de um juízo de mérito dar por acertado aquele ou este posicionamento, ofensivo ou defensivo, parece indubitoso que o simples fato de Abreu abraçar o primeiro deles, e José Feliciano o segundo, seria suficiente para quebrar a desejável unidade de pontos de vista entre as autoridades militar e civil, e abrir caminho para tendências contrárias que poderiam comprometer lealdades, meios e esforços, como de fato veio a acontecer.

Terceira consequência, a intervenção do Presidente na defesa da Província.

José Feliciano, ao saber dos reveses do Rincão de Haedo ou das Galinhas e de Sarandí, decidiu intervir na defesa da Província do Rio Grande do Sul, e o fez por dois modos.

Primeiramente, anulou a delegação, que Abreu fizera a Barreto, das atribuições de comandante das armas, da representação de sua pessoa e do exercício do seu cargo. Em segundo lugar, convocou o Conselho da Presidência, talvez oficiosamente, e assumiu a direção dos negócios militares para suprir a ausência de Abreu.

Andou mal em ambas as providências.

A substituição interina de Abreu caberia ao militar regularmente previsto para exercer o comando das armas em seu lugar. Curialmente, uma autoridade civil não poderia desempenhar a direção de operações militares.

José Feliciano procurou justificar-se com duas alegações. Primeira, não ser legalmente autorizada a substituição voluntária nos cargos públicos E segunda, de modo explícito, deferir a lei o comando, no impedimento do exercente efetivo, ao

oficial mais antigo. Este, no caso em análise, seria o Marechal-de-Campo Bento Correia da Câmara, em serviço na Província do Rio Grande do Sul.

A argumentação é verossímil e admissível, mas não se ajusta à questão.

Anulável que fosse o ato de Abreu, José Feliciano não teria competência para declarar sua nulidade, cabendo esta à autoridade militar a quem Abreu estivesse subordinado. Supostamente, ao Ministro da Guerra ou, no máximo grau hierárquico, ao Imperador.

Invocando as circunstâncias extraordinárias que cercavam sua iniciativa, José Feliciano, mesmo sem o parecer do Conselho da Presidência, poderia ter entregado a direção dos negócios militares a quem considerasse o substituto legal de Abreu, ou seja, a Câmara. Se o fizesse, a intervenção se afiguraria legal. Contudo, não o fez. Preferiu o desempenho pessoal.

José Feliciano, como comandante das armas em exercício, dividiu a fronteira da Província do Rio Grande do Sul com a Província Cisplatina em dois setores, separados pelo rio Negro; de sua margem esquerda ao Oceano Atlântico, a fronteira era guardada por Câmara; de sua margem direita ao rio Uruguai, por Barreto. A um e outro estavam subordinados comandos inferiores.

Sobre esse cordão de vigilância fronteiriça, escreveu Wiederspahn na Campanha de Ituzaingô:

**“Em 19 de novembro** [Abreu] restabelecia o acampamento militar de São Gabriel, mas mantinha o reпреensível cordão defensivo inaugurado em 3 do mesmo mês e ano pelo pânico que dominara ao primeiro governador imperial da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Desembargador Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro (1777-1847), brasileiro, natural de São Paulo e que mais tarde seria agraciado com o título de Visconde de São Leopoldo.

Este nunca perdoou a Abreu o fato de haver abandonado o território sul-rio-grandense para tomar o caminho de Mercedes, na Banda Oriental rebelada. O insucesso de Sarandi e a falta de notícias de Abreu, decidiram Fernandes Pinheiro, como presidente da província, a criar um cordão defensivo constituído na fronteira ameaçada, com dois **“setores de fronteira”, o de Rio Grande a cargo do Marechal-de-Campo Bento Corrêa da Câmara (1786-1851), veterano sul-rio-grandense das lutas contra o castelhano do Prata, e o de Santana, a cargo do já mencionado Brigadeiro Sebastião Barreto, até então comandante do destacamento de vigilância de Salto.**

Este dispositivo que servia perfeitamente aos interesses secundários dos criadores e fazendeiros fronteiriços e à estratégia dos amadores da **arte da guerra, que ‘tudo sabem melhor’,** completava-se na fronteira Argentina ao Norte da foz do rio Quaraí, pelos elementos a cargo do Coronel João José Palmeiro, português ao serviço do Império e antigo oficial da marinha mercante lusa radicado no Rio Grande do Sul. Seu **setor, conhecido como “província” ou fronteira das Missões,** contava então apenas com os fracos efetivos do reorganizado 24º Regimento de

Cavalaria de 2ª Linha, o antigo Regimento de Cavalaria de Milícias de **Missões.**”

Para felicidade do Presidente e dos provincianos, não houve invasão do Província do Rio Grande do Sul nessa ocasião, e o Imperador, em cujas boas graças José Feliciano então se encontrava, aprovou essas providências tão logo delas tomou conhecimento.

Quarta consequência, a duplicação de providências.

Ausente Abreu, que ainda não voltara da sua expedição à Província Cisplatina, e sabedor dos fracassos do Rincão de Haedo ou das Galinhas e de Sarandi, José Feliciano, preocupado com possíveis incursões platinas no território da Província do Rio Grande do Sul, estabeleceu um cordão de vigilância ao longo da fronteira entre as duas Províncias.

Poucos dias depois, Abreu, de retorno, reempossou-se no comando das armas, estabeleceu-se em São Gabriel e oficiou a José Feliciano comunicando-lhe seu dispositivo para a guarda da fronteira, um tanto diferente do ordenado pelo Presidente na distribuição das tropas e dos seus respectivos comandos. A margem esquerda do rio Uruguai, de Santo Ângelo a Belém, era guardada por Palmeiro; na margem direita do rio Quarai postavam-se Bento Manoel e Joaquim José da Silva; em Santana, colocava-se Barreto; no Serrito (Jaguarão), vigiava Bento Gonçalves; e no Chuí, estacionava Inácio José Cabral da Costa. Embora situada na Província Cisplatina, a guarda de Santa Tereza, confiada a Joaquim de Oliveira, cobria o destacamento de Chuí.

Por curta que fosse a duração das medidas de José Feliciano, logo substituídas pelas providências de Abreu, a seqüência de ambas sem dúvida nenhuma acarretou dispêndios de ordem material e moral. O deslocamento de tropas gerou custos econômicos e financeiros. O esforço de implantação não ratificado trouxe perdas. O moral das forças empregadas, abalado pelos insucessos, certamente não melhorou com a redobrada passividade inerente à guarda das fronteiras. E, provavelmente, a substituição dos planos de vigilância contribuiu para criar ou acirrar frustrações, desgostos e animosidades entre os militares.

A historiografia consultada não registra reação de Bento Correia da Câmara à perda do comando que recebera de José Feliciano. Entretanto, o pré-existente antagonismo de Barreto, relativamente a Abreu, deve ter aumentado com sua remoção de uma chefia mais importante, do setor oeste da fronteira, de Bagé ao rio Uruguai, para outra de menor expressão, em Santana, constrangida entre as nascentes dos rios Quarai e Jaguarão e, além disso, subordinada ao Comandante das Armas.

Transcreva-se o Barão do Rio Branco, nas Biografias:

**“Debaixo de suas ordens [de Abreu], vinha o então br**igadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, que, achando-se acampado nas proximidades de Montevideu ao romper a revolução, havia atravessado toda a campanha

oriental até a fronteira, com o fim de proteger a retirada das famílias brasileiras ali residentes.

Tendo chegado aquele general à fronteira, precisamente quando Abreu dava os primeiros passos para organizar a divisão com que devia penetrar na Cisplatina, entendeu este que seria conveniente que se lhe incorporasse, e neste sentido oficiou ao visconde da Laguna, que aquiesceu prontamente a tão justa sugestão.

Entretanto, foi isso desgraçadamente o sinal de uma desinteligência mesquinha entre Barreto e Abreu, porque aquele repugnava militar debaixo das ordens do homem em quem via um rival feliz e glorioso. Esta desinteligência, a despeito da generosidade e do cavalheirismo com que se houve o ilustre general Abreu, afetando ignorar os manejos do seu competidor, produziu conseqüências mui funestas, e em grande parte concorreu para o mau êxito da batalha de Ituzaingo, Mas não antecipemos os fatos.

(...)

Não devemos omitir aqui um fato de muito valor pelas conseqüências que teve. Reunindo-se ao exército, o barão do Cerro Largo requisitou do general em chefe [Barbacena] o número de cavalos necessários para o seu corpo, por não lhe inspirarem confiança alguma os que traziam, em conseqüência do seu estado de fraqueza, e o marquês [de Barbacena], atendendo a tão justa requisição, ordenou imediatamente ao general Sebastião Barreto, incumbido da distribuição da cavalaria, que satisfizesse ao pedido de Abreu.

A reclamação de Cerro Largo não foi, porém, atendida. Barreto recusou-se positivamente a fornecer-lhe os cavalos de que carecia, porque, segundo então declarou, os que existiam mal chegavam para os diversos corpos do exército. Se o motivo era fundado, ou se o ditou somente a inimizade que este oficial votava desde 1825 ao barão é o que não podemos dizer com segurança: não faltaram, porém, acusadores que o denunciasses como antepondo aos interesses e à honra do país seus despeitos e ódios pessoais. O certo é que essa recusa produziu resultados funestos, e quem conhece os hábitos dos cavaleiros do sul pode avaliar a impressão que causou ela entre os soldados do barão. Não obstante, guiados pelo prestígio de seu chefe, puderam sufocar o desânimo de que estavam possuídos e continuaram no encalço do inimigo.”

Quinta conseqüência, a sucessão por substitutos menos exitosos.

Os desentendimentos e as intrigas por eles alimentadas fizeram com que o Governo Imperial, no fim do ano de 1825, decidisse substituir tanto o Presidente como o Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul. Antes, porém, foram ambos nobilitados em 12 de outubro de 1825, José Feliciano como Visconde de São Leopoldo e Abreu como Barão do Cerro Largo. Em 14 de janeiro de 1826, José Feliciano transmitiu seu cargo para Barbuda, e Abreu, na mesma data, o fez para Rosado.

Ainda nessa época, Lecor foi substituído nos cargos de capitão-general e comandante militar da Província Cisplatina pelo Tenente-General Francisco de

Paula Maggessi Tavares de Carvalho, Barão de Vila-Bela, até então 2º comandante militar da Província Cisplatina e comandante da praça de Montevideú. Mas, em 11 de abril de 1826, Lecor foi nomeado comandante-em-chefe do Exército do Sul, cargo que assumiu em 6 de maio e conservou até 12 de setembro de 1826. Por sua vez, Maggessi foi sucedido na comandância da praça montevideana por Barreto.

Abstraídas as intitulações nobiliárquicas, o grande prejudicado foi Abreu, que não recebeu outra atribuição e viu-se induzido ao recolhimento à vida privada. José Feliciano deixou a presidência provincial, mas foi guindado ao Ministério e Secretariado de Estado dos Negócios do Império. Lecor deixou a capitania-general e um comando militar provincial, porém foi investido no comando militar das duas províncias do sul. Maggessi perdeu o comando da praça de Montevideú, mas tornou-se capitão-general da Província Cisplatina. Por sua vez, Barreto recebeu um comando militar mais importante do que antes ocupava.

A presidência de Barbuda foi curta e paupérrima de realizações. O juízo de Wiederspahn sobre o Presidente, na Campanha de Ituzaingô, é severo:

“Embora Rosado não possa ser desculpado integralmente naquela falta de soldos, uniformes e material de toda espécie, com que se malbaratavam os elementos em concentração no acampamento da Imperial Carolina, o responsável principal pela desorganização reinante foi de fato o Brigadeiro Gordilho que, esquecido de todo e qualquer senso de patriotismo, se deixara levar pelos baixos sentimentos de uma desavença de caráter pessoal. Impedia ou retardava sistematicamente a remessa de material e fardamento para Santana, alegando motivos puramente burocráticos. Ciumento de suas pretensas prerrogativas de presidente provincial, procurava semear o descrédito em torno de seu inimigo político, tão injustamente censurado pelos partidários do Marechal de Campo José de Abreu e também pelos amigos do Tenente-General Lecor, Visconde de Laguna. Gordilho tornou-se um insuflador indireto da reação do nativismo anti-português da grande **maioria dos oficiais do ‘Exército do Sul’**, principalmente dos da 2ª linha (milícias), nascidos no Brasil ou aqui radicados há muito e de maneira definitiva.”

O comando de Rosado igualmente recebeu crítica em geral negativa, que Tasso Fragoso, em A Batalha do Passo do Rosário, assim como o fez posteriormente Wiederspahn na Campanha de Ituzaingô, buscou atenuar em parte:

“No 1º de dezembro de 1825, tomou o governo imperial a resolução de afastar o General Abreu do comando de nossas tropas no Rio Grande do Sul e de entregar tão espinhoso cargo ao General Francisco de Paula Massena Rosado. Caiam assim sobre o incansável e estrênuo lutador das campinas meridionais as responsabilidades dos desastres que havíamos sofrido nos primeiros recontros com os orientais em revolta.

(...)

Ao ser nomeado para substituir Abreu, encontrava-se no Rio. O Imperador entregou-lhe um contingente de tropas e fê-lo partir para o sul, com a missão de organizar e comandar o exército que deveríamos

opor às Províncias Unidas. Rosado tocou em Santa Catarina, onde permaneceu mais de um mês; a 3 de fevereiro do ano seguinte (1826) assumia o exercício de seu novo posto. Nele se conservou até 11 de janeiro de 1827, isto é, pelo dilatado espaço de pouco mais de onze meses.

As testemunhas da época são contestes em afirmar que lhe faltavam as principais qualidades para tão elevada tarefa, e que seu comando se caracterizou pela inépcia mais completa. Começou concentrado as tropas brasileiras na coxilha de Santana junto a Santana do Livramento, em lugar de todo impróprio e que ele denominou pomposamente **‘Acampamento da Imperial Carolina’**.

(...)

Recolheu a Santana a brigada de Bento Manoel Ribeiro estacionada no Rincão do Catalão, e só não procedeu da mesma forma com a de Bento Gonçalves, destacada para os lados de Jaguarão, em vista da resistência do respectivo comandante.

É ainda hoje um problema cativante reviver a situação de 1826 e remeditá-la na carta como matéria de estudo.

De que se tratava?

De reunir, com todas as garantias de segurança, um exército combatente, de equipá-lo e adestrá-lo longe das perturbações do inimigo, e, ao mesmo passo, de impedir, tanto quanto possível, as incursões deste último em nosso território, pois só assim poderíamos obstar sobretudo aos prejuízos em nossos rebanhos.

Nessas circunstâncias, é óbvio que um ponto na capela de Santana do Livramento ou perto daí não era totalmente desprovido de condições. Se a topografia da coxilha de Rosário não oferecia vantagens, nada mais fácil do que escolher outra melhor. Santana só apresentava o inconveniente da distância excessiva de Porto Alegre. Sob esse aspecto, fora melhor São Gabriel. Em todo o caso, deveria ser um dos centros de vigilância de nossa cavalaria, juntamente com Alegrete, Bagé e Jaguarão; em todos eles deveríamos ter destacamentos de cobertura, que abrissem antenas tanto para o lado do rio Uruguai como para o sul.

Era um erro, aliás da época, pensar em defender toda a nossa fronteira mediante tropas diluídas em cordão, ou obstar por completo a que o inimigo penetrasse por vezes, temporariamente, em nosso território.

Toda a nossa estratégia devia resumir-se em proteger com a cavalaria a reunião central das tropas, em pontos bem selecionados da zona periférica. Como estávamos na defensiva, bastaria vigiar a partir desses pontos, com reconhecimentos e destacamentos de descoberta, os preparativos do inimigo, ou suas linhas de irrupção.

É tradicional a crítica à concentração operada pelo Brigadeiro Rosado. Em princípio não me parece justa pelos motivos que acabo de referir. Onde sua conduta se me afigura estranhável é quando ele chama para junto de si as brigadas de Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves, sem nada interpor entre suas forças e as do adversário.

O Império não poupou esforços para ministrar a Rosado todos os elementos necessários à luta. Mandou proceder a um recrutamento geral e rigoroso, e encaminhou para o sul quantos recursos pode reunir. Mas parece que faleciam a Rosado definitivamente as qualidades próprias de um espírito organizador. Além disso, sobreveio entre ele e

seu colega, o brigadeiro José Egídio Gordilho Veloso de Barbuda (depois Visconde de Camamu), presidente do Rio Grande, uma desinteligência de resultados funestíssimos para a concentração do futuro exército. Perdeu-se um tempo precioso em recriminações recíprocas e reclamações que nada adiantavam. Machado de Oliveira afirma que o ano de comando de Rosado foi um **período de 'privações, dor e sofrimentos com inimitável constância e resignação, de que resultou um vazio considerável nas fileiras dos combatentes'.**”

Mesmo que se deixe de lado a valoração das deficiências pessoais de Barbuda e de Rosado, ou a sua falta de predicados para o exercício dos respectivos cargos e funções, é impositivo o reconhecimento de que o desentendimento entre eles acentuou essas falhas, fazendo pior o que poderia ser apenas ruim.

A visão panorâmica sobre as presidências de José Feliciano e Barbuda, bem como sobre os comandos de Abreu e de Rosado, é convincente no sentido de que a substituição dos primeiros pelos segundos foi ruínoza. Se, à época de José Feliciano e Abreu, havia antagonismo enfraquecendo a ação política e militar dos governos provincial e imperial, no período de Barbuda e Rosado o desentendimento e a debilitação desceram às raias da calamidade.

Diante dos riscos gerados por essa situação sumamente desfavorável, tornou-se urgente nova provisão imperial. Barbuda foi substituído por Valente. Lecor e Rosado foram sucedidos por Barbacena que, na posição de comandante-em-chefe do Exército do Sul, acumulou o comando de todas as tropas brasileiras destacadas nas Províncias do Rio Grande do Sul e Cisplatina.

Os comentários sobre o conflito entre José Feliciano e Abreu, bem como o registro de algumas das consequências dele para a segurança da Província do Rio Grande do Sul durante os eventos bélicos que afetaram os territórios dessa Província e da Província Cisplatina de 1825 a 1828, dão-se por concluídos.

O autor desculpa-se perante os leitores pelas repetições a que os submeteu ao longo do texto, embora considere essas repetições inevitáveis na medida em que necessárias para elucidar questões e robustecer opiniões.

Além disso, como professor que foi durante décadas, o autor valora, por experiência própria, a importância das repetições como contributos para a memorização dos fatos. A seu ver, essa memorização constitui-se em pressuposto inarredável para a plena compreensão dos acontecimentos e a esperada criação de idéias proveitosas, que os tenham por fundamento sólido.

## BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo): Acervo Pessoal. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2018.

BALDRICH, Juan Amadeo. Historia de la Guerra Del Brasil: contribución al Estudio Razonado de la Historia Militar Argentina. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1974.

BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

BENTO, Cláudio Moreira. História da 3ª Região Militar – 1807 – 1889 e Antecedentes. Porto Alegre: Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, 1994.

BEVERINA, Juan. La Guerra contra el Imperio del Brasil. Buenos Aires: Biblioteca Del Oficial/Taller Gráfico de Luís Bernard, 1927/1928. (v.1 e 2).

CARNEIRO, David. História da Guerra Cisplatina. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1946/1983.

CARVALHO, Mário Teixeira de. Nobiliário Sul-Riograndense. 2. ed. Porto Alegre: Renascença/EDIGAL, 2011.

CÉSAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul: Período Colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CIDADE, F. de Paula. Lutas, ao Sul do Brasil, com os Espanhóis e seus Descendentes. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. A Construção da Fronteira Sul: A Guerra de 1825. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2015.

CRUZ, Alcides. Incursión del General Fructuoso Rivera a las Misiones. Montevideu: Claudio Garcia Editor, 1916.

DOMINGUES, Moacyr. Portugueses no Uruguai: São Carlos de Maldonado, 1764. Porto Alegre: Edições EST, 1994.

DUARTE, Eduardo. O Visconde de São Leopoldo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 105/108, 1947.

FAVRE, Oscar Padrón. O caso de um Pueblo Índio: Historia del Êxodo Guarani-Misionero al Uruguay. Montevideu: Editorial Fin de Siglo, 1996.

FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

FRAGOSO, Augusto Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

FRAGOSO, Augusto Tasso. A Revolução Farroupilha: Narrativa Sintética das Operações Militares. Rio de Janeiro: Empresa Almanak Laemmert Ltda., 1939.

FRAGOSO, Augusto Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1956. (v.1)

GARCIA, Fernando Cacciatore de. Fronteira Iluminada: História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

GOLIN, Tao. A Fronteira: Governos e Movimentos Espontâneos na Fixação dos Limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.

GUERRA, Maria A. Diaz de. Historia de Maldonado. Maldonado: Intendência Municipal de Maldonado, 1988. (v. 1 e 2)

HOMEM DE MELLO, Francisco Inácio Marcondes. Memórias do Visconde de S. Leopoldo José Feliciano Fernandes Pinheiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil, Rio de Janeiro, t. 37/38, 1874/1875.

JÚNIOR, A. T de Freitas. Novo Guia da Guarda Nacional. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1880.

LEENHOF, Carl Von. Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires (por) Uma Testemunha Ocular. Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo/Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1975.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. A Saga no Prata. Porto Alegre: EST, 2009.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. Os Mercenários do Imperador – A Primeira Corrente Imigratória Alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

LEPRO, Alfredo. Fructuoso Rivera – Hombre del Pueblo – Sentido Revolucionário de su Vida y de su Acción. Montevideú: Ministério de Instrucción Pública, 1945.

MAGALHÃES, João Batista. A Evolução Militar do Brasil (Anotações para a História). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

MAIA, Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (Tentativa de Reconstituição Histórica). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

MONTEIRO, Jônatas da Costa Rego. As Primeiras Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano 19, n. 73, 1939.

OLIVEIRA, J. J. Machado **d. R.** Recordações Históricas. Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, 4. Trim., 1860.

PALOMEQUE, Alberto. El General Rivera: La Campaña de Misiones (1828). Buenos Aires, 1914.

PALOMEQUE, Alberto. Guerra de la Argentina y el Brasil, El General Rivera y la Campana de Misiones (1828), Buenos Aires: Arturo E. López Editor, 1914.

PIMENTEL, Fortunato. Aspectos Gerais de Cachoeira. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1941.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo). Anais da Província de S. Pedro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

PORTO ALEGRE, Achylles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Selbach, 1917.

PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954. (partes 1 e 2).

RIBEIRO, José Iran. Quando o Serviço os Chamava – Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

RIOBRANCO, Barão do. Biografias. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

RIOBRANCO, Barão do. Efemérides Brasileiras. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

RODRÍGUEZ, Susana; GONZÁLEZ, Rodolfo. En Busca de los Orígenes Perdidos – Los Guaraníes em la Construcción del Ser Uruguayo. Montevideu: Grupo Editorial Planeta, 2010.

SANMARTIN, Olyntho. Bandeirantes no Sul do Brasil. Porto Alegre: Edições A Nação, 1949.

SANMARTIN, Olyntho. Bento Manoel Ribeiro: Ensaio Histórico. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1935.

SANTOS, Amílcar Salgado dos. A Guerra entre o Brasil e a República Argentina em 1827 (Questões do Rio da Prata e as Guerras que Originaram a de 1827). São Paulo: Escola Profissional do Liceu Coração de Jesus, 1923.

SEWELOH, Antônio Adolfo Frederico de. Reminiscências da Campanha de 1827 contra Buenos Aires. Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, ano 26, n. 1, v. 35, 1936.

SILVA, Riograndino da Costa e. Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1968.

TORRES, Euclides. Bento Manoel Ribeiro: O Caudilho Maldito. Porto Alegre: EDIGAL, 2016.

VARELA, Alfredo. Revoluções Cisplatinas: A República Riograndense. Porto: Lello & Irmão Editores, 1915. (2v.)

VIANNA, Hélio. História Diplomática do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Campanha de Ituzaingô. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

## POSTFÁCIO

O autor escusa-se perante os leitores pelas eventuais falhas que constatarem nos estudos compilados.

Sejam quais forem suas virtudes e defeitos, esse volume muito deve à cooperação de várias pessoas, das quais algumas serão especialmente referidas.

O Doutor Miguel do Espírito Santo, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, colocou essa prestigiosa entidade e sua própria pessoa à inteira disposição do autor, possibilitando-lhe não só farto material de pesquisa como também a valiosa colaboração dos funcionários Thaís Nunes Feijó, Secretária Executiva, Márcia Piva Radke, Bibliotecária, Vanessa Gomes de Campos, Arquivista, Priscila Pereira Pinto, Técnica Informática e Editora da Revista do IHGRGS, e Tiago Ripoll, Técnico Administrativo.

O Engenheiro Civil Paulo Estivalet Flores Pinto forneceu ao autor sugestões, relatos e material de pesquisa.

O Doutor Fausto José Leitão Domingues disponibilizou, ao autor, oportunos comentários e preciosas fontes de pesquisa bibliográfica.

A esses amigos e a quem mais tenha contribuído, de alguma forma, para o bom êxito do trabalho, os calorosos agradecimentos do autor.